



UnB

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI

**BIBLIOTECAS DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: PROPOSTA DE
DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL**

Luanna Vieira Leite

Orientadora: Michelli Pereira da Costa

Brasília
julho de 2016

LUANNA VIEIRA LEITE

**BIBLIOTECAS DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: PROPOSTA DE
DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL**

Monografia apresentada à banca
examinadora como requisito parcial para a
conclusão do curso de Biblioteconomia da
Faculdade de Ciência da Informação,
Universidade de Brasília.

Orientadora: Michelli Pereira da Costa

Brasília
julho de 2016



Título: Bibliotecas de estabelecimentos prisionais: proposta de diretrizes internacionais para o combate à exclusão social.

Aluna: Luanna Vieira Leite.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 15 de julho de 2016.

Michelli Pereira da Costa - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Ciência da Informação

Fernando César Lima Leite – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Rodrigo Rabello da Silva – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e contínua força para perseverar.

Aos meus pais, por todo amor, esforço, apoio e ensinamentos ao longo de toda minha vida, sem os quais certamente não chegaria tão longe.

À minha irmã (eterna irmã de alma) que sempre está ao meu lado.

À minha orientadora, por toda a ajuda e confiança depositada e pela sua humanidade em compreender as dificuldades alheias e continuar seguindo junto com o mesmo entusiasmo.

À amiga Fernanda Suhet que me incentivou a trilhar novos caminhos e que sempre teve uma palavra certa para os momentos incertos.

À amiga Isabella de Oliveira com quem tive o prazer de compartilhar não somente as atividades acadêmicas, mas também (e principalmente) alegrias, tristezas, sonhos, angústias e conquistas ao longo desses anos. Enfim, tenho certeza de que fui presenteada com uma amizade para toda a vida.

Aos amigos que me acompanharam em mais uma caminhada e souberam compreender que a distância era passageira, mas necessária.

Aos amigos da PGR que me ajudaram de tantas formas para que se fizesse mais leve o término deste curso.

Aos professores e professoras que desde a infância me auxiliaram na escalada dos ombros de gigantes.

“A sociedade determinou o que foi a biblioteca do passado,
e é a sociedade que determinará o que será a biblioteca do futuro”

Jesse Hawk Shera

RESUMO

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as bibliotecas se apresentam como ferramentas estratégicas no processo de inclusão social, principalmente de indivíduos privados de liberdade em cumprimento de pena. Nesse sentido, em conformidade com legislações internacional e nacional, o sistema penitenciário brasileiro tem a obrigação de implantar bibliotecas nos estabelecimentos penais do país como medida auxiliar à assistência educacional prestada aos presos. Na prática, entretanto, verifica-se que tal regra tem encontrado diversos obstáculos para seu cumprimento, conforme demonstram relatórios de inspeção ou mesmo o censo penitenciário brasileiro. Verificada a carência de critérios técnicos objetivos para o julgamento da existência ou não de biblioteca nos estabelecimentos penais, o estudo objetivou a análise de 3 diretrizes de associações bibliotecárias internacionais (IFLA, ALA, ALIA) que versam sobre bibliotecas em sistema prisional a fim de identificar os elementos e critérios exigidos por cada uma, avaliando a aplicabilidade dos mesmos no precário contexto do sistema prisional brasileiro. Assim, a partir da identificação de 18 elementos envolvidos no processo de constituição deste tipo de biblioteca, um instrumento de análise com 27 critérios adequados ao Brasil é sugerido a fim de subsidiar o trabalho de órgãos governamentais que inspecionam os estabelecimentos penais, como o Ministério Público Brasileiro.

Palavras-chave: bibliotecas especializadas, exclusão social, sistema penitenciário, Brasil, Ministério Público, IFLA, ALA, ALIA.

ABSTRACT

In developing countries like Brazil, libraries can be a strategic tool in social inclusion process, particularly of people deprived of freedom due to a prison sentence. Therefore, in accordance to international and national legislation, the Brazilian prison system is obligated to open up libraries in all prisons of the country as a way to support educational assistance to prisoners. In practice, however, it appears that such a rule has found many implementation obstacles, as it is shown in inspection reports or even in the Brazilian prison census. Once verified the lack of objective technical criteria for judging the existence of a prison library, the study aimed to analyze 3 international library association guidelines (IFLA, ALA, ALIA) that deal with libraries in prisons system in order to identify the elements and criteria required by each and then assess their applicability in the precarious context of the Brazilian prison system. Thus, based on the identification of 18 elements involved in establishing this type of library, an analytical tool with 27 criteria applicable to Brazil is suggested to support the work of government agencies on prison inspections, such as the Brazilian Public Ministry.

Keywords: special libraries, social marginality, prison system, Public Ministry, Brazil, IFLA, ALA, ALIA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases do desenvolvimento social a partir do acesso à informação	32
Figura 2 - Plano de execução da pesquisa	78
Figura 3 - Mapa de elementos da biblioteca de estabelecimento prisional	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores do levantamento de informações do sistema prisional (junho/2014)	65
Tabela 2 – Quantidade de estabelecimentos prisionais inspecionados por órgão	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões do conceito biblioteca	39
Quadro 2 - Características da biblioteca para superação da exclusão social	46
Quadro 3 - Documentos de associações de classe sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais	79
Quadro 4 – Análise para seleção dos documentos de associações de classe sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais.....	80
Quadro 5 - Ficha de identificação dos elementos e critérios de uma biblioteca de estabelecimento prisional	83
Quadro 6 - Ficha de análise da aplicabilidade dos elementos/critérios nas bibliotecas de estabelecimento prisional do Brasil	84
Quadro 7 - Metodologia da pesquisa	85
Quadro 8 - Aspectos de escopo, propósito e restrição dos documentos de análise .	86
Quadro 9 - Critérios identificados do elemento: estrutura organizacional	89
Quadro 10 - Critérios selecionados do elemento: estrutura organizacional	92
Quadro 11 - Critérios identificados do elemento: políticas e procedimentos	92
Quadro 12 - Critérios selecionados do elemento: políticas e procedimentos	94
Quadro 13 - Critérios identificados do elemento: planejamento e avaliação	95
Quadro 14 - Critérios selecionados do elemento: planejamento e avaliação	99
Quadro 15 - Critérios identificados do elemento: bibliotecário	99
Quadro 16 - Critérios selecionados do elemento: bibliotecário	103
Quadro 17 - Critérios identificados do elemento: funcionário	103
Quadro 18 - Critérios selecionados do elemento: funcionário	105
Quadro 19 - Critérios identificados do elemento: localização.....	106
Quadro 20 - Critérios selecionados do elemento: localização.....	108
Quadro 21 - Critérios identificados do elemento: espaço físico.....	108
Quadro 22 - Critérios selecionados do elemento: espaço físico.....	111
Quadro 23 - Critérios identificados do elemento: mobiliário e equipamentos.....	112
Quadro 24 - Critérios selecionados do elemento: mobiliário e equipamentos.....	113
Quadro 25 - Critérios identificados do elemento: coleção	114
Quadro 26 - Critérios selecionados do elemento: coleção	118

Quadro 27 - Critérios identificados do elemento: política de desenvolvimento de coleções	119
Quadro 28 - Critérios selecionados do elemento: política de desenvolvimento de coleções	121
Quadro 29 - Critérios identificados do elemento: orçamento	122
Quadro 30 - Critérios selecionados do elemento: orçamento	124
Quadro 31 - Critérios identificados do elemento: serviços	124
Quadro 32 - Critérios selecionados do elemento: serviços	126
Quadro 33 - Critérios identificados do elemento: móveis e equipamentos.....	126
Quadro 34 - Critérios selecionados do elemento: programas	128
Quadro 35 - Critérios identificados do elemento: sistemas de informação.....	129
Quadro 36 - Critérios selecionados do elemento: sistemas de informação.....	131
Quadro 37 - Critérios identificados do elemento: internet	131
Quadro 38 - Critérios selecionados do elemento: internet	133
Quadro 39 - Critérios identificados do elemento: comunicação	133
Quadro 40 - Critérios selecionados do elemento: comunicação	134
Quadro 41 - Critérios identificados do elemento: marketing.....	135
Quadro 42 - Critérios selecionados do elemento: marketing.....	136
Quadro 43 - Critérios identificados do elemento: regulamento de acesso	136
Quadro 44 - Critérios selecionados do elemento: regulamento de acesso	140
Quadro 45 - Resumo de Categorias x Elementos	140
Quadro 46 - Resumo dos elementos e critérios de uma biblioteca de estabelecimento prisional.....	141
Quadro 47 - Instrumento de validação de uma biblioteca de estabelecimento prisional no Brasil	144
Quadro 48 - Elementos e critérios de bibliotecas de estabelecimento prisionais	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de bibliotecas em estabelecimentos por região em 2013 (CNMP)	72
Gráfico 2 - Percentual de garantia do acesso a meios de informação por região em 2013 (CNMP)	73

LISTA DE SIGLAS

AALA	American Association of Law Libraries
ABDF	Associação de Bibliotecários do Distrito Federal
ACDF	Associação Comercial do Distrito Federal
ALA	American Library Association
ALIA	Australian Library and Information Association
ASCLA	Association of Specialized and Cooperative Library Agencies
BN	Fundação Biblioteca Nacional
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COBD	Col-legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ENASEP	Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal
EP	Estabelecimento prisional
FACID	Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
IES	Índice de Exclusão Social
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
LA	Library Association
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
PNPCP	Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
TAFE	Technical and Further Education (Provedor de educação e treinamento vocacional australiano)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1.	OBJETIVOS.....	18
1.2.	JUSTIFICATIVA	18
2.	REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1.	EXCLUSÃO SOCIAL	20
2.2.	BIBLIOTECA COMO UM INSTRUMENTO PARA A SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL	30
2.2.1.	BIBLIOTECA: O CONCEITO EM DIMENSÕES	36
2.2.2.	BIBLIOTECA PÚBLICA: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL.....	42
2.2.3.	CARACTERÍSTICAS (ELEMENTOS, PRODUTOS E SERVIÇOS) DA BIBLIOTECA PARA A SUPERAÇÃO SOCIAL.	45
2.3.	BIBLIOTECA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL	52
2.3.1.	HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL	57
2.3.2.	BIBLIOTECAS DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL NO BRASIL	62
2.4.	MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E A PROMOÇÃO DA BIBLIOTECA NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL	69
3.	METODOLOGIA.....	76
3.1.	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	76
3.2.	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	77
3.3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	78
4.	RESULTADOS E ANÁLISE.....	86

4.1. ELEMENTOS DE ANÁLISE PARA BIBLIOTECAS E ADEQUAÇÃO DA DISCUSSÃO PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	88
4.1.1. CATEGORIA “ADMINISTRAÇÃO”	89
4.1.2. CATEGORIA “EQUIPE”	99
4.1.3. CATEGORIA “INSTALAÇÃO FÍSICA / EQUIPAMENTOS”	106
4.1.4. CATEGORIA “COLEÇÃO”	114
4.1.5. CATEGORIA “ORÇAMENTO”	121
4.1.6. CATEGORIA “SERVIÇOS E PROGRAMAS”	124
4.1.7. CATEGORIA “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO”	129
4.1.8. CATEGORIA “COMUNICAÇÃO E MARKETING”	133
4.1.9. CATEGORIA “ACESSO”	136
4.2. INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE PARA AS BIBLIOTECAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	141
5. CONCLUSÕES	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DOS ELEMENTOS E CRITÉRIOS DE BIBLIOTECAS DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS.....	157

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade da informação, um cidadão em pleno exercício de seus direitos pode vivenciar os papéis de produtor, receptor e transmissor de informações através de diálogos presenciais, e-mails, postagens nas redes sociais, veículos de comunicação (televisão, rádio e sítios eletrônicos), eventos culturais, documentos oficiais, pesquisas científicas. A esse cidadão são ofertados tantos meios para se obter informação e continuamente se aprimorar intelectual e socialmente que talvez lhe olvide de que, em geral, sua formação teve início com o acesso à informação registrada em simples livros físicos que – para indivíduos em situação adversa – permanecem sendo recursos escassos e tão necessários em pleno séc. XXI.

Em 2011, verificava-se dentre as obras mais lidas em uma instituição: O Código Penal Brasileiro (1º lugar) e o Dicionário de Língua Portuguesa (3º lugar). Mas não, não se trata das obras mais circuladas na biblioteca de uma faculdade de direito ou de um órgão do Poder Judiciário brasileiro. Essas são estatísticas da biblioteca do Instituto Penal de Campo Grande¹ que detinha, à época, 2.400 exemplares dentre dicionários, revistas, enciclopédias e livros para atender aos 774 internos. Talvez, neste momento, se faça pertinente mencionar que a 2ª obra mais emprestada tenha sido o livro *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varella (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Aliada a essas estatísticas, no “Plano diretor do sistema penitenciário” do Mato Grosso do Sul (2012, p. 41) ainda constava a explicação do chefe do estabelecimento penal para esse cenário: “os internos procuram se basear no Código para entender e auxiliar o seu processo penal”².

Assim, tem-se que, para esse caso concreto, o acesso à informação especializada traz benefícios utilitários incontestáveis, principalmente se levado em consideração o contexto de limitações de grande parte desses indivíduos. Porém, há que se expandir a análise do acesso à informação ao caso abstrato para que se

¹ Estabelecimento penal de segurança média, no estado do Mato Grosso do Sul, com finalidade de custodiar presos condenados do sexo masculino em cumprimento de pena em regime fechado. Informação obtida no sítio da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário. Disponível em: <http://www.agepen.ms.gov.br/instituto-penal-de-campo-grande/>

² Apesar de não haver explanação sobre as demais obras citadas, possivelmente ao dicionário deveria caber a função de auxiliar o preso na compreensão da complexa terminologia utilizada nas obras jurídicas.

perceba a sua essencialidade no processo de aprimoramento intelectual, educacional e social de um indivíduo.

Não à toa, na Declaração Universal de Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas (2009) explicita a universalidade do direito à informação como um dos elementos necessários para a garantia da dignidade do ser humano. E, posteriormente, ao regulamentar as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, incluía a biblioteca como instituição obrigatória em todos estabelecimentos prisionais buscando assegurar tal direito (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1955).

Igual respaldo é encontrado na legislação brasileira que garante o acesso à informação na própria Constituição Federal e, em conformidade com as orientações internacionais, dispõe sobre a criação da biblioteca em estabelecimentos prisionais tanto na Lei de Execução Penal quanto na Resolução que trata das regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil.

Em que pese essas determinações legais, o fato é que o atual sistema penitenciário brasileiro não reflete a aplicação desse e de vários outros direitos garantidos aos presos, conforme constata-se pela fala do Ministro da Justiça, chefe do órgão ao qual o sistema penitenciário brasileiro está subordinado:

Se fosse para cumprir muitos anos na prisão, em alguns dos nossos presídios, eu preferiria morrer. [...] Entre passar anos num presídio brasileiro e perder a vida, eu talvez preferisse perder a vida. [...] Do que nós precisamos? De um bom sistema, com reinserção social, e não prisão perpétua ou pena de morte. [...] Temos um sistema prisional medieval, que não só desrespeita os direitos humanos como também não possibilita a reinserção. (CARDOZO *apud* BULLA, 2012).

Afinal, fala-se de um sistema que custodia a 4ª maior população carcerária do mundo com cerca de 620 mil pessoas e cujo déficit de ocupação ultrapassa a marca de 250 mil vagas (BRASIL, 2016b). Diante de tal cenário, torna-se claro que atender à norma de implantação de bibliotecas nos estabelecimentos prisionais se transforma em um imenso desafio a ser superado. Ao mesmo tempo, tem-se que garantir tal direito significa romper com uma das tantas facetas de exclusão social já experimentadas pela maioria das pessoas condenadas ao cumprimento da pena restritiva de liberdade.

Nesse contexto, faz-se imprescindível aos órgãos públicos de controle e fiscalização bem como de defesa dos direitos coletivos atuarem para que seja dado cumprimento ao objetivo principal do sistema penitenciário moderno: a ressocialização

do preso. De acordo com censo penitenciário divulgado em 2016 (com referência a dezembro/2014), seis órgãos³ desempenharam essa função fiscalizadora, destacando-se o Ministério Público como aquele com maior abrangência de inspeções até aquele momento (BRASIL, 2016b).

A análise de alguns instrumentos utilizados por esses órgãos a fim de realizar o diagnóstico e/ou acompanhamento das disposições contidas na Lei de Execução Penal e demais leis correlatas, mostra que quanto à verificação de instalação da biblioteca no estabelecimento, em geral, ele se finda com o reporte de existência e inexistência da mesma e, recentemente, de insuficiência.

Porém, nenhum desses instrumentos ou mesmo os relatórios publicados acerca dos censos ou inspeções definem objetivamente quais são os critérios utilizados para a aferição da existência da biblioteca no sistema penitenciário brasileiro. Tal lacuna é comprovada no “Relatório da situação atual do sistema penitenciário: bibliotecas”, divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional em 2008, ao se observar que os termos “bibliotecas”, “espaços literários”, “pontos de leitura” e “salas de leitura” são tratados como similares para fins de contabilização da existência de biblioteca em um estabelecimento penal (BRASIL, 2008).

Tem-se, assim, que o resultado do último censo de que 42,55%⁴ dos estabelecimentos penais detinham bibliotecas em suas instalações (BRASIL, 2016b) torna-se questionável, visto que as informações prestadas podem ser influenciadas pela percepção subjetiva do respondente acerca do conceito de biblioteca. A mesma situação, como mencionado, ocorre em outros tipos de levantamentos além do censo penitenciário.

Perante tal problema, resta saber como garantir que os envolvidos nesse processo respondam uniformemente à pergunta: quais são os elementos e critérios que devem orientar a análise sobre a existência e desenvolvimento de uma biblioteca de estabelecimento prisional em face da precariedade do sistema penitenciário brasileiro?

³ Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária/Conselho Penitenciário, Ouvidoria do sistema prisional - estadual ou nacional, Defensoria Pública, Judiciário, Ministério Público (BRASIL, 2016b).

⁴ Houve registro de bibliotecas em 611 dos 1436 estabelecimentos penais participantes do referido censo (BRASIL, 2016b).

1.1. Objetivos

Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo propor um instrumento de desenvolvimento e análise da biblioteca como um agente de inclusão social no sistema prisional brasileiro.

Objetivos específicos

1. Selecionar documentos que apresentam elementos ou critérios de análise para bibliotecas no contexto do sistema prisional.
2. Identificar os elementos e critérios para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional.
3. Analisar a aplicabilidade dos elementos e critérios para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional para a realidade brasileira.

1.2. Justificativa

Diversos são os órgãos públicos que atuam na função de inspecionar o devido cumprimento da Lei de Execução Penal no Brasil que, conjuntamente com a Resolução que dispõe sobre as Regras Mínimas para Tratamento do preso no país, contemplam a obrigatoriedade de bibliotecas em estabelecimentos prisionais, conforme condições locais (BRASIL, 1984; BRASIL, 1994).

O Ministério Público Brasileiro se sobrepõe nessa lista por ser o órgão que tem a função de tutelar os interesses difusos e coletivos e por atualmente ser o mais abrangente em número de estabelecimentos inspecionados (BRASIL, 2016b). Assim, um trabalho colaborativo entre os Procuradores da República tem permitido a realização de visitas aos estabelecimentos prisionais com periódica emissão de relatórios sobre a situação de cada unidade.

A atual versão do formulário anual de inspeção⁵ do Ministério Público contém uma pergunta relativa à biblioteca (de preenchimento obrigatório), na seção XII – Assistência Educacional, a saber: “Há biblioteca no estabelecimento?”, podendo ser marcadas as seguintes opções: sim, não e insuficiente.

⁵ Disponível em: <http://www2.cnmp.mp.br/formularios/formularioAnualBranco.pdf>

Assim, verifica-se oportunidade para o estudo de elementos e critérios objetivos que permitam auxiliar o inspetor na avaliação da existência ou não da biblioteca no estabelecimento prisional. A partir de tal instrumento, eliminar-se-á a subjetividade que possa interferir na ação de inspeção bem como obter-se-á dados mais apurados acerca do tema para subsidiar as providências do Ministério Público.

Por fim, tem-se que esse instrumento poderá ter seu uso estendido aos demais órgãos de inspeção e aos dirigentes dos estabelecimentos prisionais que alimentam a base do censo penitenciário de maneira que sejam possíveis uma comunicação e um tratamento uniformes do problema por todas as esferas públicas. Não obstante, o instrumento igualmente poderá servir de referencial para a criação e desenvolvimento de bibliotecas no atual cenário do sistema prisional brasileiro.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo compreende a apresentação dos principais temas que permeiam a elaboração do instrumento a ser proposto pelo estudo. Primeiramente, discorre-se sobre a origem, desenvolvimento e peculiaridades nacionais da noção de exclusão social - prioritariamente sob a ótica sociológica. No segundo tópico, apresentam-se as características e a função social da biblioteca moderna que a transformam em uma importante instituição para o aprimoramento intelectual e social do indivíduo, contribuindo estrategicamente para sua inclusão na sociedade. Em seguida, expõe-se sobre o papel da biblioteca no contexto do sistema prisional e, em especial, no cenário brasileiro. Por fim, apresenta-se a respeitável contribuição do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à informação dos brasileiros privados de liberdade por meio das bibliotecas em estabelecimentos penais.

2.1. Exclusão social

Ao final da primeira década do século XXI, o retrato do Brasil era de um Estado que havia avançado no enfrentamento da pobreza e de outras mazelas sociais. Essa é a constatação de uma pesquisa divulgada recentemente que confirma importante redução do grau de exclusão social no país em comparação a estudo similar realizado com dados relativos ao ano 2000 (POCHMANN; GUERRA; SILVA, 2015b).

Tal pesquisa demonstrava uma diminuição de 31,2%⁶ no total de municípios brasileiros que apresentavam alto Índice de Exclusão Social (IES) cujo cálculo é uma ponderação de índices resultantes da padronização de sete indicadores envolvendo os assuntos: pobreza, emprego, desigualdade, alfabetização, escolaridade, concentração juvenil e violência.

Em que pesem resultados⁷ da pesquisa comprovando a melhora de diversos aspectos da realidade social brasileira no período de 2000-2010 (exceto para o item

⁶ Utilizou-se para a mensuração dos indicadores, os dados do Censo Demográfico 2010 e do Sistema de Informações de Mortalidade 2010 disponibilizados, respectivamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Ministério da Saúde (POCHMANN; GUERRA; SILVA, 2015b).

⁷ Destacam-se alguns resultados da pesquisa: a) Municípios com mais de 50% dos domicílios habitados por pessoas com renda mensal até meio salário mínimo: redução de 38,4%; b) Municípios com taxa de alfabetização inferior a 84,8%: redução de 31,2% e; c) Municípios com mais de 1/5 dos jovens a partir de 17 anos com ensino médio concluído: aumento de 538,6% (POCHMANN; GUERRA; SILVA, 2015b).

violência), a conclusão do estudo destaca como obstáculos a serem vencidos as consequências sociais da desigualdade acentuada entre as diversas regiões do país (POCHMANN; GUERRA; SILVA, 2015b). Em termos quantitativos, Pochmann, Guerra e Silva (2015a), analisando o mapa atualizado do índice de exclusão do Brasil, indicam que a variação do grau de exclusão social medido entre o estado da federação mais excludente e o menos excludente encontrava-se na casa de 60,9% em 2010.

Mas, afinal, o que compreende ser ou não um excluído?

A resposta a essa pergunta se inicia com a constatação de que expor a significação do termo 'exclusão social' em uso é um requisito para um entendimento não vicioso dos resultados de qualquer pesquisa sobre o assunto. Isso porque a noção por ele trazida, desde a década de 1990, se alastrou em contextos diversos na sociedade brasileira que variam desde pesquisas das ciências humanas, imprensa, definições de missões de organizações não governamentais e de iniciativas humanitárias até programas de partidos/governos (LEAL, 2011). Ademais, Sposati (2006) ainda adverte sobre a banalização ocorrida no uso do conceito para se referir a temas oriundos da análise da luta de classes (opressão, exploração, subordinação, dentre outros) ou como uma simples modernização dos conceitos de "pobre, carente, necessitado, oprimido".

Nessa perspectiva, Leal (2011) ressalta como necessária a delimitação da noção de exclusão quando abordada uma vez que não há consenso na definição do conceito nem mesmo na literatura científica, de modo que seu estudo, compreensão e aplicação poderão ser pautados em paradigmas diversos, conforme explica:

[...] os termos não são neutros. Eles carregam sempre uma perspectiva, associada a uma visão de mundo, construída a partir de um ponto determinado, e a um conjunto de outras noções interligadas, de pressupostos, de hipóteses, de teses. Assim, examinar uma noção [...] permite a compreensão de certa visão da sociedade, em pelo menos dois aspectos: o que ela é, sua essência e seus problemas; e, ainda, frequentemente, o que o analista (quem a observa, interpreta e fala sobre ela) espera que ela seja. Além disso, sabemos que a forma como se compreende um problema tem implicações sobre os caminhos a serem escolhidos para os tratamentos que lhe são dados, tanto no plano teórico como na prática. (LEAL, 2011, p. 7).

Assim, para fins de melhor compreensão de tema tão profundo e controverso, opta-se por apresentar o entendimento mais pacificado na literatura acerca do que não é um sinônimo direto do conceito de exclusão social: a pobreza em sentido estrito.

A Recomendação nº 1355 (1998) do Conselho Europeu que versa sobre combate à exclusão e fortalecimento da coesão social no continente, por exemplo, adotou relatório que contempla a seguinte definição dos termos:

Exclusão social [...] é um conceito muito mais amplo do que o da pobreza, porque não é apenas uma questão de recursos materiais. A pobreza implica a exclusão do acesso a bens e serviços e refere-se a uma falta ou desequilíbrio de recursos materiais. A exclusão social não significa apenas a incapacidade de fazer parte da sociedade de consumo, mas também a inadequação, a desigualdade ou de fato a total ausência de participação na vida social, econômica, política e cultural. Consequentemente, é possível ser pobre sem ser excluído, e o inverso também é verdadeiro. No entanto, o risco de exclusão social é maior no caso de grupos ou indivíduos com recursos insuficientes. (CONSELHO EUROPEU, 1998, tradução nossa).

Importante mencionar, contudo, que há trabalhos em que os autores optam pelo conceito de pobreza como a linha mestre para análise de problemas econômicos e sociais ocorridos a partir do fim do século XX. Porém, o fazem a partir de paradigmas distintos àquele que entende a pobreza como simples falta de renda. Sen (2000), prêmio Nobel de economia em 1998, discursa sobre exclusão social a partir do conceito de pobreza como privação de capacidade de viver de forma minimamente decente, mostrando que um “estilo de vida pobre” normalmente guarda relação direta com um baixo poder aquisitivo. Assim, ao “[...] olhar para vidas empobrecidas, e não apenas para carteiras vazias”, Sen (2000, p. 3, tradução nossa) dá ênfase à visão Aristotélica de que a pobreza corresponderia à falta de liberdade de uma pessoa em fazer as escolhas necessárias para se viver da forma que julgue ser digna – privações estas que teriam compatibilidade com a noção de exclusão social constante na literatura.

O fato é que apesar dessa relação entre pobreza e privação descrita já ter sido objeto de estudos cujos primeiros registros datam de 1776 (SEN, 2000), pouco se questiona quanto à atribuição de autoria da expressão “exclusão social” à francesa René Lenoir, na obra *Les exclus: un français sur dix*, apenas em 1974 (LEAL, 2011; ZIONI, 2006). A seleção dessa obra em detrimento de outras anteriores não é aleatória, sendo necessário um breve relato da situação socioeconômica da Europa e, em especial da França, entre o séc. XIX e final do séc. XX, a fim de entender tal escolha.

Assim, no séc. XIX, uma parcela da população europeia via cair por terra o pensamento liberal do século anterior de que “um homem não é pobre porque nada

tem, mas é pobre porque não trabalha” (MONTESQUIEU *apud* CASTEL, 2015, p. 284). O cenário conhecido como pauperismo – representativo de uma pobreza singular emergente – era consequência social da recente organização do trabalho advindo do processo de industrialização que afligia toda classe operária com “os desempregos”, empregos instáveis e a exploração do trabalho devido à desnecessidade de qualificação para desempenho das funções na indústria (BURET, 1840, p.120 *apud* CASTEL, 2015). A instabilidade social causada pela ameaça de desfiliação⁸ em massa, somada à indigência já existente, estimularam: o retorno da tentativa de tutela desses indigentes; a valoração do fortalecimento dos vínculos sociais na sociedade (solidariedade “orgânica”) e; a luta dos trabalhadores por proteção social que só teria resultado “efetivo” no séc. XX com a consolidação de um Estado Social (CASTEL, 2015). Segundo Sposati (2006), em 1930, a Grande Depressão trouxe a sombra do desemprego em tamanha proporção que exigiu a atuação direta do Estado através das políticas públicas sociais (*Welfare State*). Castel (2015), por sua vez, afirma que a intervenção do Estado na garantia da proteção social generalizada e no inovador papel de regulador da economia – gerando crescimento do Estado Social e crescimento econômico, respectivamente – foram decisivos para que países industrializados usufríssem de bons resultados no período pós-guerra. Na França, por exemplo, entre 1950 e meados de 1970, paralelamente a taxas anuais de crescimento de 5 a 6%, assistia-se à quase triplicação da produtividade, do consumo e da renda salarial (CASTEL, 2015, p. 479).

A partir da década de 1970, contudo, inicia-se um processo de contração desse cenário de crescimento econômico (e quase pleno emprego) e transformações da estrutura produtiva e de acumulação de capital que se faziam presentes na França e em outros países. Assim, não apenas o desemprego como outros três aspectos ligados ao trabalho são determinantes para entendimento na nova problemática social a ser enfrentada (CASTEL, 2015). O primeiro se refere às instabilidades nas formas de emprego como, por exemplo, aumento representativo do trabalho informal, recorrente alternância de atividade/inatividade, desempregos de longa duração, descontinuidade das formas de emprego, exigências por requalificações e dificuldade

⁸ A centralidade da teoria formulada por Castel (2015) não é sobre o conceito de exclusão. Isso porque não seria possível a exclusão, pensada no sentido literal de inexistência de relações sociais, uma vez que todo indivíduo está inserido em algum contexto social. Assim, o uso do conceito de desfiliação tem como objetivo demonstrar o afrouxamento ou desligamento de um conjunto de relações que o indivíduo tem com a sociedade.

de inserção no mercado por jovens e minorias. Castel (2015, p. 516) ao refletir sobre essa precarização do trabalho e o desemprego, conclui que o primeiro é o mais relevante à medida que a precariedade é a responsável por alimentar “[...] a vulnerabilidade social e [...] produzir] no final do percurso, o desemprego e a desfiliação”. Como consequência, o segundo aspecto trata do surgimento de uma classe social fruto da oscilante participação da classe operária (antes integrada) e dos assalariados da classe média no mundo do trabalho, pois mesmo ambos sendo qualificados, mostravam-se vítimas dessa precarização do trabalho. Os integrantes dessa nova parcela da população – não mais integrados – passariam a ser conhecidos como “trabalhadores sem trabalho”, “supranumerários” ou “inúteis para o mundo”. O terceiro aspecto, origem dos dois primeiros, evidencia que o avanço da sociedade salarial trazia consigo a insuficiência de prover universalmente lugares na estrutura social cuja ocupação trouxesse aos indivíduos utilidade social e reconhecimento público. Essa crise na identidade social experimentada pelos supranumerários, por sua vez, teria como reflexos: o aumento da vulnerabilidade na estrutura familiar; fragilização dos demais suportes relacionais próximos (ex.: vizinhos, grupos, associações) e; degradação do excluído nos âmbitos cívico e político (CASTEL, 2015).

Desse modo, tem-se que a singularidade do processo de precariedade do trabalho à época e a magnitude de seus efeitos negativos para a integração dos indivíduos na sociedade a fez protagonista na eclosão da “nova questão social” no final do séc. XX, conforme resume Castel:

[...] o problema atual não é apenas o da constituição de uma “periferia precária”, mas também o da ‘desestabilização dos estáveis’. O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo. [...] Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma ‘nova questão social’ que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX. (CASTEL, 2015, p. 526).

Dessa forma, a primeira ocorrência do termo “exclusão” na literatura em referência a esse grupo fruto de uma “inadaptação social”, em detrimento do uso para se referir à situação de grupos historicamente considerados à margem da sociedade

(doentes ‘morais’, doentes mentais, toxicômanos, entre outros) foi o divisor de águas para que René Lenoir – citada ao início desse relato histórico – fosse majoritariamente eleita como a precursora da expressão “exclusão social” (ALVES; ESCOREL, 2012; LEAL, 2011; SEN, 2000; ZIONI, 2006).

Importante destacar que, ao longo da explanação sobre a origem dessa expressão, prioritariamente utilizou-se como referência o teórico francês Robert Castel que juntamente com Serge Paugam, Vincent Gaulejac e Isabel Taboada-Leónetti compõem os pensadores das 3 abordagens dominantes sobre o tema na Sociologia francesa, desde o início da década de 1990 (FRÉTIGNÉ, 1999 *apud* LEAL, 2011). Os estudos desses autores estão centrados no uso de termos distintos da expressão “exclusão social” cujos conceitos, porém, detêm as características elementares que embasam a noção da exclusão, conforme pode ser observado nas breves descrições a seguir (LEAL, 2011):

- A *desinserção* de Gaulejac e Taboada-Léonetti: na visão dos autores, a prevalência de normas baseadas na mensuração da utilidade do indivíduo em função de renda, dos bens adquiridos e do poder sobre os demais determinaria a baixa valoração da pessoa frente à sociedade, quando não atingidas. Assim, a desinserção, um subprocesso da exclusão social vista pela ótica da experiência de vida particular, envolve o declínio de classe social do indivíduo e as rupturas dos seus laços sociais com a sociedade. O fator de ruptura inicial seria predominantemente derivado da área trabalhista (ex.: perda do emprego), estendendo consequências para o enfraquecimento dos laços familiares e comunitários (GAULEJAC; TABOADA-LÉONETTI, 1994 *apud* LEAL, 2011; ZIONI, 2006).
- A *desqualificação* de Paugam: através de pesquisa com 70 pessoas pertencentes a bairro com alto índice de desemprego de longa duração na França, o autor também privilegia a ótica de análise do indivíduo em detrimento da sociedade como um todo, sendo dada especial importância aos aspectos de identidade social e dos laços familiares. Nesse sentido, a desqualificação seria um processo cujas fases representariam perdas sociais cumulativas ao indivíduo, iniciando pela fragilidade fruto da ocorrência de uma primeira ruptura (normalmente

relacionada ao trabalho) e finalizando com a sua percepção de inutilidade social e questionamento do próprio sentido da vida. O caminho percorrido até o extremo final estaria preenchido por outras rupturas e vulnerabilidades associadas e decorrentes da primeira de modo que em última análise instigariam no indivíduo uma crise de identidade e pertencimento cuja “solução” muitas vezes seria buscada no alcoolismo ou em outros tipos de dependências químicas (PAUGAM, 1994 *apud* LEAL, 2011; PAUGAM, 1997 *apud* ALVES e ESCOREL, 2012). No contexto do Estado Social, o autor procede a uma categorização do nível de desqualificação do indivíduo em relação à necessidade da proteção social: fragilizado (momento da primeira ruptura onde não há presença do serviço de assistência); assistido (depende do serviço pois não se encontra mais vinculado ao mundo do trabalho) e marginalizado (ruptura dos vínculos sociais) (PAUGAM, 1997 *apud* ALVES e ESCOREL, 2012).

- A *desfiliação* de Castel: o autor centra a análise da nova questão social no trabalho como o “grande integrador” do indivíduo à sociedade – responsável por reunir e separar os assalariados e, assim, construir uma identidade social na sociedade salarial – e nas relações em redes familiares e de sociabilidade. Assim, sistematizou o processo de interação dessas duas dimensões em 4 “zonas” de coesão social: a) zona de integração (trabalho estável e relações sólidas); b) zona de vulnerabilidade (precariedade do trabalho e relações próximas frágeis); c) zona de assistência (inaptos ao trabalho, inválidos e usufruidores de proteção social) e; d) zona de desfiliação (ausência em atividades produtivas e isolamento social). Buscava-se com essa metodologia compreender a dinâmica do surgimento e movimentação dos supranumerários na sociedade (CASTEL, 2015). Cabe reiterar que para Castel (2015), não há que se falar em exclusão, pois qualquer indivíduo está inserido em um contexto social, sendo “desfiliação” o termo indicado para representar o afrouxamento do conjunto de relações com a sociedade. Em suma, no âmbito da sociedade salarial, tem-se que “o

trabalho [...] é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco” (CASTEL, 2015, p.496).

A despeito da divergência dos conceitos utilizados, tem-se que os autores possuem como traço comum abordar o tema da “exclusão social” sob a ótica da fragilidade frente aos direitos sociais e da ruptura do laço social. Não obstante tratar-se da linha de estudo predominante na literatura francesa contemporânea, esta é a que prioritariamente influencia a literatura brasileira sobre o assunto (LEAL, 2008 *apud* ALVES e ESCOREL, 2012; LEAL, 2011).

Essa influência, entretanto, sofreria adaptações tendo em vista a discrepância das realidades socioeconômicas encontradas entre os países industriais desenvolvidos, como a França, e os países menos desenvolvidos, dentre os quais se pode incluir na década de 1990 praticamente todo o continente americano.

A América Latina, no final do séc. XX, figurava no cenário internacional como uma região em que a deterioração das condições de vida de grande parte da população era uma realidade propensa à contínua expansão (KLIKSBURG, 1997). Pautado em fontes de informações internacionais, Kliksberg (1997) identificava à época como algumas das tendências sociais para a região: crescimento absoluto e relativo da pobreza; aumento da parcela da população classificada no nível de ‘pobreza extrema’; aumento do desemprego; redução de rendimentos/qualidade dos empregos; enfraquecimento da unidade familiar; crescimento vertiginoso de lares pobres chefiados e sustentados unicamente por mulheres; ascensão da violência e; decadência de contingentes crescentes das classes médias – denominados os ‘Novos Pobres’. Essa classificação social, por sua vez, foi explicada pelo autor:

Trata-se de grupos sociais que, pela estabilidade e prestígio dos empregos, pelos rendimentos que recebiam, pelas acumulações prévias em termos de educação e cultura, pelo próprio modo de vida, faziam parte da classe média e que, agora, estão experimentando sérias crises em todos esses planos. (KLIKSBURG, 1997, p. 22).

A despeito da aparente equivalência com a definição dos supranumerários europeus, oculta-se nesse jogo de palavras uma maior complexidade da pobreza e da estratificação social nos países em desenvolvimento, influenciando a percepção sobre exclusão social. Dupas (1998) afirma que os problemas socioeconômicos enfrentados nos países em desenvolvimento foram muito mais desafiadores uma vez

que a renda tinha como fonte quase exclusiva o trabalho. Principalmente, porque as políticas de *Welfare State* eram pouco representativas quando comparadas com a proteção social oferecida pelos países desenvolvidos da Europa (ALVES e ESCOREL, 2012; DUPAS, 1998).

Escorel (1999) adverte que, no caso do Brasil, havia ainda duas particularidades a serem consideradas: a pobreza nunca deixou de ser quantitativamente expressiva (diferentemente do cenário de pleno emprego da Europa) e; a duração e intensidade da escravidão dos negros, que seriam fatores determinantes na construção simbólica de associação entre a pobreza, a etnia e o tipo de trabalho. Outros autores brasileiros corroboram a noção de exclusão social no país como uma continuidade das situações de exclusão trazidas pelo processo de escravidão, mas com facetas singulares. Nesse sentido, Nascimento (1994b *apud* ESCOREL, 1999), afirma que enquanto a escravidão promovia a exclusão social e política de pessoas consideradas economicamente necessárias, a exclusão social contemporânea surgia como a integração política e a exclusão econômica de indivíduos.

Assim, a “nova questão social” se firmava no Brasil pelo aumento da violência urbana (advinda do crescimento da população de rua) e pela mudança do perfil da pobreza que surgia da emigração do campo e da expansão nos setores trabalhistas que perdiam a capacidade de absorvê-la e prover mobilidade social (ESCOREL, 1999), tornando-se um grupo supérfluo economicamente, ameaçador socialmente e incômodo politicamente (NASCIMENTO, 1994b *apud* ESCOREL, 1999). Tamanha magnitude de vulnerabilidade dessa parcela da população já repercutia até nas instituições de pesquisas estatísticas. A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), por exemplo, contemplava no cálculo do desemprego da região metropolitana de São Paulo o expressivo quantitativo de pessoas com emprego informal ou não remunerado (desemprego oculto por trabalho precário) bem como a parcela de indivíduos que haviam desistido de procurar trabalho (desemprego por desalento) (DUPAS, 1998). A formalização constitucional de direitos sociais no recente regime democrático se mostrava, portanto, ineficiente para combater a “não-cidadania” e romper as relações de rejeição e hostilidade experimentadas principalmente pela classe de pobres no Brasil (ESCOREL, 1999, p. 72-73).

Nesse contexto que Escorel (1999) propõe uma análise conceitual e metodológica da exclusão social sob 5 dimensões (econômico ocupacional, sócio familiar, política, cultural e da vida humana) como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos:

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. [...] A ausência de lugar envolve uma 'anulação' social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade. (ESCOREL, 1999, p. 81, grifo do autor).

Dentre as dimensões citadas, cabe destacar o fato de que, no Brasil, as relações familiares, locais e comunitárias prevaleciam como pilares para a formação da identidade social do indivíduo (em contraposição ao trabalho na Europa) dado que a esfera pública aqui não se fazia uma realidade para todos (ESCOREL, 1999). Na visão economicista de Kliksberg (1997, p.23), a família é a " [...] célula essencial do tecido social" de modo que " [...] não existe sistema de proteção social que a supere em eficiência, ou que leve a melhores resultados na relação *input/output*". O autor, entretanto, ressaltando o enfraquecimento dessa instituição na América Latina, principalmente entre a classe pobre, cita como consequências diretas da crise à época: a deserção de maridos e o aumento dos lares pobres chefiados exclusivamente por mulheres.

A dimensão política, por sua vez, se mostra igualmente importante à medida em que o acúmulo de fragilidades vividas por um indivíduo encontra correspondência na cidadania, ou melhor, no grau de exercício da cidadania por ele experimentada. Leal (2011), evidencia que a exclusão social vista a partir da redução dos direitos é um traço comum na literatura brasileira. Sposati (1999, p. 128 *apud* LEAL, 2011, p. 142), por exemplo, é categórica ao dizer que a exclusão social "[...] confronta diretamente com a concepção de universalidade e, com ela, a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania". Buarque (1994, *apud* ESCOREL, 1999, p. 78), por sua vez, opõe a exclusão a um direito de cidadania que aparentemente parece universal, mas que na prática é vivido de forma distinta a depender da posição social da pessoa – uma "cidadania partida". Por fim, cita-se

entendimento de um quarto autor sobre exclusão social correlacionando a restrição de direitos e a ruptura dos laços sociais:

[...] sempre que ocorrem cerceamentos socialmente difusos e sistemáticos de direitos humanos que dificultem a indivíduos, grupos ou categorias o exercício de suas liberdades, de seus direitos políticos, de sua participação na comunidade, bem como seu florescimento como pessoa, enquanto a outros indivíduos, grupos ou categorias o exercício desses direitos é possibilitado e mesmo facilitado, estaremos defronte a uma situação de desigualdade do tipo que permite ser denominada exclusão social. (ARZABE, 2001, p. 37 *apud* LEAL, 2011, p. 15).

Tem-se, assim, que será essa noção de *exclusão social como processo de fragilização dos laços sociais relacionado à restrição de direitos*, a linha utilizada neste trabalho. Nessa perspectiva, torna-se possível compreender que o direito de acesso à informação por pessoas privadas de liberdade não representa um luxo para os indivíduos que assim se encontram. Talvez a leitura de uma obra como Carandiru seja uma das poucas formas de alimentar em um indivíduo encarcerado a identidade social que foi enfraquecida ou anulada por tantos vínculos dissolvidos com o mundo extramuros ou, ainda, o acesso ao Código Penal o permita vivenciar a proteção social que nunca experimentou em liberdade ao poder tomar conhecimento da sua realidade e de seus direitos e deveres.

2.2. Biblioteca como um instrumento para a superação da exclusão social

Avaliação recente do Ministério Público Federal (2016a) demonstrou aumento de 31,38%⁹ do grau de transparência na gestão pública de estados e municípios brasileiros de acordo com levantamento do projeto Ranking Nacional da Transparência. Trata-se de iniciativa em prol do cumprimento das leis brasileiras de transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 131/2009 e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) – nos 5.567 municípios, 26 estados e Distrito Federal (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016b).

⁹ A elevação do Índice Nacional de Transparência de 3,92, em 2015, para 5,15, em 2016, reflete a atuação nacional do Ministério Público com a expedição de mais de 3 mil recomendações após a primeira avaliação. A avaliação atual, por sua vez, terá como resultado a cobrança à aderência às leis por meio da propositura de 1.987 ações civis aos entes com pendências (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016a).

O MPF espera que o projeto seja um marco para as Leis da Transparência no Brasil. Conseguimos avançar muito com a expedição de recomendações e esperamos evoluir ainda mais com a propositura das ações. A Lei da Informação finalmente está saindo do papel. (HAGE, 2016 *apud* MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016a, *online*).

Esse resultado positivo representa para o cidadão brasileiro melhores condições de controle social da atuação do poder público a partir do acesso a informações – seja por pedido ativo ou passivo – como, por exemplo: planos, orçamentos, prestações de contas e informações financeiras em tempo real. De acordo com Pereira (2002 *apud* MARTINS, PRESSER, 2015), a consolidação da democracia só poderá ser alcançada no Brasil com a conquista da transparência na administração pública, pois é através da informação e transparência que a sociedade tem condições de exercer seu poder frente ao governo, seja de forma representativa ou participativa. Martins e Presser (2015), por sua vez, ainda destacam outros importantes aspectos e benefícios do acesso à informação:

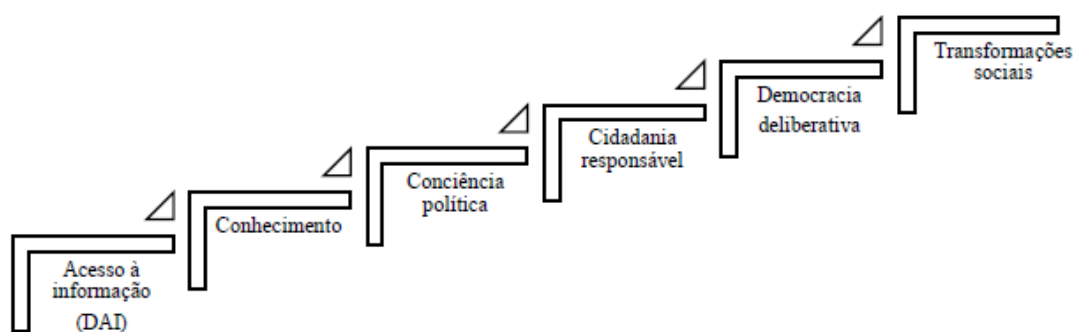
A informação, neste debate, é promotora da conscientização política, da autonomia dos indivíduos, que assim podem passar a definir o rumo de suas histórias, propondo mudanças sociais em prol de direitos individuais e coletivos. O acesso amplo dá direito ao conhecimento de informações de interesse pessoal, políticas e pedagógicas, garantindo, respectivamente, direitos e deveres civis, políticos e sociais. (MARTINS, PRESSER, 2015, p. 145).

Targino (1991, p. 155) confirma tal relação ao afirmar que a prática da cidadania só pode existir com acesso a informação uma vez que “[...] até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação”.

Freitas (2002), por sua vez, ressalta a importância da informação tanto para a construção da visão de mundo do indivíduo como para sua inserção na cultura, afirmando que o acesso à informação será a base de construção da forma do indivíduo ser e estar no mundo, possibilitando sua independência e emancipação social.

Assim, o acesso à informação se configura como um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade, fato que pressupõe em primeira instância o desenvolvimento do indivíduo através do uso da informação na geração de conhecimento e exercício da cidadania (Figura 1).

Figura 1 - Fases do desenvolvimento social a partir do acesso à informação



Fonte: Martins e Presser (2015, p. 145).

Nesse contexto, o acesso à informação torna-se um direito de todos (FREITAS, 2002; TARGINO, 1991) ou como bem resume Targino (1991, p. 155), a informação “é um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal”.

Não à toa, a Declaração Universal de Direitos Humanos reconhece o direito à informação como necessário para a garantia da dignidade de todo indivíduo, não havendo diferenciação de qualquer natureza, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião, origem nacional ou social, patrimônio, nascimento, ou qualquer outra condição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009):

Artigo XIX - Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 10).

Ainda assim, no contexto brasileiro, esse direito encontra respaldo no Art. 5º, incisos XIV e XXXIII da Constituição Federal, garantindo respectivamente o acesso universal à informação (resguardado sigilo de fonte quando necessário) e o acesso universal à informação detida pelo Estado (ressalvado sigilo por segurança da sociedade ou do Estado) (BRASIL, 1988).

Apesar dos dispositivos legais e avanços alcançados quanto a transparência governamental e a prestação de serviços públicos de forma eletrônica (governo eletrônico), a efetividade do acesso universal à informação no Brasil ainda está longe de ser uma realidade.

Essa situação, contudo, não se deve somente ao excesso de informações disponíveis já que o desenvolvimento das tecnologias tem provido meios de

disseminar o vasto conhecimento existente ou até mesmo divulgar quase instantaneamente qualquer informação gerada, independentemente de seu local de origem. Assim, não é razoável responsabilizar somente os processos inerentes à produção, organização e disseminação da informação, fazendo-se importante elencar alguns fatores externos contributivos para os problemas de distribuição e circulação de informações a extensas parcelas da população (MILANESI, 2002):

- Analfabetismo ou incapacidade de leitura;
- Distribuição não democrática de bens culturais, marginalizando os que não possuem fácil acesso a livros, internet, etc.;
- Não continuidade da leitura com ações de escrita e criação, tolhendo a possibilidade da correlação da informação com leituras prévias e com a vida pessoal e coletiva.

Em 2014, essas restrições, no Brasil, somavam uma proporção de 8,3% de analfabetos, 17,6% de analfabetos funcionais e 45,1%¹⁰ de pessoas sem acesso à *internet*. Somam-se ainda a essa triste realidade, avaliações escolares que Zandonade (2015) cita, demonstrando que mesmo os brasileiros em ambiente escolar que sabem ler, não compreendem o que leem e que parte desses alunos não tem a destreza da escrita.

Quanto às pessoas que compõem as estatísticas dos iletrados, tem-se que o cerceamento à leitura as impede de praticar uma das atividades essenciais para o seu crescimento espiritual e intelectual. Isso porque a leitura é o componente mais importante do processo de aprendizagem, permitindo a aquisição de conhecimento a qualquer momento da vida de uma pessoa de forma autônoma, principalmente após o término de uma educação formal (ZANDONADE, 2015).

Silva (1995) é enfático ao proferir que na sociedade letrada, o uso dos meios escritos é requisito para a atualização dos indivíduos. A leitura para ele é um instrumento capaz de atuar contra a alienação, a estagnação e a ignorância que não é devidamente aproveitado na sociedade brasileira por interesses políticos em se preservar uma população apática e submissa. Já no contexto do ensino-aprendizagem, ele expõe que a leitura não pode ser um processo passivo e mecânico,

¹⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/celular-e-principal-meio-de-acesso-internet-na-maioria-dos-lares>

apenas reproduzindo significados, mas sim uma prática reflexiva e crítica de fatos, verdades e comportamentos, conscientizando o leitor:

[...] a leitura mais produtiva é aquela capaz de gerar a reorganização das experiências do leitor ao nível individual e, ao nível coletivo, aquela capaz de gerar o máximo de conflito entre as interpretações – isto porque esse tipo de leitura, além de permitir a liberdade de interpretação e expressão, faz com que os leitores se enriqueçam mutuamente através de elucidações e justificativas constantes, conseguidas através da discussão e do debate. [...] A leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas [e nas bibliotecas]. (SILVA, 1981 *apud* SILVA, 1995, p. 15;51).

Com relação aos integrantes da estatística de pessoas sem acesso à *internet*, segundo Silveira (2005), seriam os novos excluídos, ou melhor, representariam uma nova faceta da exclusão social dado que os incluídos na sociedade da informação, usufruidores das facilidades das tecnologias de informação e comunicação, desfrutariam de oportunidades em proporções bem maiores que aqueles que se encontram sob o *apartheid* digital.

Machado e Suaiden (2013), ao destacarem o papel central das tecnologias de informação e comunicação na sociedade da informação, afirmam que apesar da rápida assimilação pela sociedade, elas trazem consigo os malefícios de aprofundamento das desigualdades sociais e de acesso à informação, colocando em risco o avanço da democracia no país. Assim, analfabetismo digital, poucas destreza e qualidade no processo de comunicação, isolamento e restrições ao compartilhamento do pensamento da sociedade (inteligência coletiva) são algumas das consequências trazidas pela exclusão digital, condição esta que extrapola a exclusão social na visão de SILVEIRA (2005):

Além de ser um veto cognitivo e um rompimento com a mais liberal das ideias de igualdade formal e de direito de oportunidade, a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. Estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos de informação. Desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância. (SILVEIRA, 2005, p. 17-18).

Pimentel (2006) reitera essa visão de que apesar da condição de excluído social por si só já criar obstáculos para o acesso à informação, o processo de socializar o excluído digital se demonstra ainda mais perverso, pois enquanto o incluído digital possui infinitas fontes e variações de informação, comunicação,

interatividade, incentivos à criatividade e ao aprimoramento, as opções disponíveis para o desenvolvimento socioeconômico e cognitivo do excluído digital são bastante limitadas pela falta desse acesso.

Dessa forma, verifica-se que para o desenvolvimento do potencial humano torna-se imprescindível o enfrentamento não somente das formas mais tradicionais de apartamento informacional – o analfabetismo e o analfabetismo funcional – mas também a busca pelo acesso mais democrático dos bens culturais e o combate à exclusão digital que igualmente segregam os indivíduos do acesso à informação, impedem a geração de conhecimento, fragilizam os vínculos sociais e dificultam a melhoria na qualidade de vida da sociedade na qual estão inseridos.

Esses desafios, por sua vez, expressam a necessidade da sociedade estar em contínua adaptação à evolução das realidades informacional e tecnológica. Segundo Milanesi (1998), um desenvolvimento econômico-social só faz sentido se aliado a instrumentos educativos, priorizando ensino, circulação irrestrita de informação e pesquisa, benefícios ainda desfrutados principalmente pelas classes com maior poder aquisitivo no Brasil.

Nessa perspectiva, Targino (1991) demonstra o papel estratégico da biblioteconomia no processo de desenvolvimento da democracia e cidadania, concluindo que se a detenção de informação está diretamente associada a poder econômico, social e político, imprescindível se faria a existência de bibliotecas para suporte ao processo de desenvolvimento do país. Não obstante, essa importante função da biblioteca para o progresso tanto do cidadão quanto da sociedade é igualmente exaltada por Pimentel (2006):

A Biblioteca é uma alternativa de inclusão social e se configura como um ambiente democrático, independentemente da condição social, pois a informação exerce um papel fundamental no grau de consciência que cada cidadão tem dos seus direitos e deveres como membro de uma sociedade. Conhecer a função social da Biblioteca, bem como da comunidade a qual está inserida permite construir uma relação de proximidade, fundamental para estabelecer diretrizes de ações que resultem em um trabalho competente e socialmente comprometido com o fazer cultural. É aí que se insere a Biblioteca, que nos últimos tempos tem sido objeto de discussão como uma das unidades culturais mais importantes de disseminação e democratização da informação, fatores imprescindíveis na problemática que envolve as questões de exclusão e inclusão social. (PIMENTEL, 2006, p. 22).

Dessa forma, o entendimento da função de uma biblioteca não deve findar-se em uma instituição à qual compete a guarda de recursos informacionais. Martins e Presser (2015), citando Araújo, chamam atenção para o fato que a promoção da cidadania decorre do uso da informação como um elemento constitutivo dos espaços sociais de cidadania. Milanesi (2002) também indica não ser suficiente a existência de um acervo, seja ele físico ou virtual, pois a informação só agrega valor para um indivíduo quando absorvida como conhecimento, discutida, transformada por trocas pessoais, em suma, socializada.

Assim, é importante desmistificar a noção de biblioteca como uma instituição exclusivamente dedicada à organização e preservação do conhecimento humano. O papel dessa instituição no processo de inclusão social é “[...] tornar a informação democratizada” (BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008, p. 34). Afinal, um acervo perfeitamente organizado de nada serve se não houver harmonia entre ele e as necessidades do público-alvo (MILANESI, 2002).

2.2.1. Biblioteca: o conceito em dimensões

A associação do conceito de biblioteca a um conjunto de livros, apesar de simplista e não condizente com a complexidade dessa instituição nos tempos modernos, guarda ainda respaldo histórico do seu processo de evolução, sendo uma perspectiva erroneamente replicada ainda hoje.

Por exemplo, ao se fazer uso da inteligência coletiva disponível na rede mundial de computadores, tem-se que a primeira resposta a uma pesquisa¹¹ sobre a definição da palavra biblioteca resulta na apresentação de três conceitos, dentre os quais destacam-se: “coleção de livros” e “lugar onde se guardam coleções de livros”¹². Por sua vez, o segundo conceito é detalhado como edifício/recinto onde coleções de livros, periódicos e outros documentos são armazenadas, organizadas e processadas, podendo os usuários consultá-las localmente ou realizar empréstimo, sob determinadas condições.

¹¹ A pesquisa foi feita a partir da ferramenta de pesquisa Google, dispondo dos termos “definição” + “biblioteca”.

¹² O terceiro conceito está relacionado à área de ciência da computação em que uma biblioteca se refere a um conjunto estruturado de códigos-fonte de programas e rotinas, cabíveis de serem utilizados por programadores durante o desenvolvimento de outros aplicativos. Esta definição de biblioteca, apesar de largamente conhecida na área de informática, não é foco deste estudo.

A própria etimologia da palavra biblioteca também reitera tal entendimento ultrapassado: originária do grego *bibliothéke*, através do latim *bibliotheca*, cuja raiz *biblíon* significa livro e *théke* remete a estruturas de proteção como caixa, estante, edifício (FONSECA, 2007). Não o bastante, esse vínculo unívoco da biblioteca com os livros ainda é reforçado no estudo da língua portuguesa ao ser ensinado aos alunos do ensino elementar que biblioteca é o coletivo de livros (TARGINO, 1984). Ranganathan (2009), contudo, esclarece tratar-se de uma instituição distante dessa aparente simplicidade:

Deve-se ter plena consciência de que um acervo de livros sem leitores não tem mais direito de ser chamada de biblioteca do que um grupo de leitores sem livros, e que a mera justaposição de livros e leitores sem o pessoal, que sabe promover o contato entre o leitor certo e o livro certo, no tempo certo e do modo certo, tampouco constitui uma biblioteca. (RANGANATHAN, 2009, p. 242).

O fato é que a palavra biblioteca foi utilizada durante séculos para representar uma instituição cujas características, em termos gerais, variaram ao longo do desenvolvimento da sociedade:

- a) Bibliotecas da Antiguidade, verdadeiros templos, com caráter predominantemente sagrado cujos objetos conservados eram papiros, sendo o acesso e a administração restritos a sacerdotes e iniciados (TARGINO, 1984);
- b) Bibliotecas da Idade Média, com aspecto predominantemente religioso e cujos objetos conservados (papiros e pergaminhos) eram acessíveis aos poucos letrados (sacerdotes, monges e nobres) (TARGINO, 1984). À época, os mosteiros detinham o papel importante na produção de manuscritos, sendo a regalia de formação de coleções particulares possível somente aos religiosos, reis e outros poucos uma vez que obras literárias eram demasiado caras (MILANESI, 1998);
- c) Bibliotecas da Idade Moderna, que transpuseram seu papel de “repositórios de coleções preciosas”, não se restringindo somente a uma elite. Influenciadas pelo acelerado processo de circulação da informação com o advento dos livros impressos, a biblioteca passou a prestar serviços, incorporando princípios de democratização, socialização e especialização. Neste período se destaca o desenvolvimento das

bibliotecas universitárias, nacionais e públicas (TARGINO, 1984; MILANESI, 1998);

- d) Bibliotecas a partir do séc. XIX, que deixam seu status de “museu” com acesso ainda limitado e ampliam sua atuação social na prestação de serviços públicos ao contingente crescente de leitores, suprimindo as necessidades educativas advindas da popularização do ensino e dos livros (TARGINO, 1984; MILANESI, 1998);
- e) Bibliotecas a partir do séc. XX, que ultrapassando o paradigma de instituição conservadora e organizadora do conhecimento e incorporando recursos informacionais em diferentes suportes advindos de avanços tecnológicos, passam a sistematizar o acesso à produção intelectual e demais informações necessárias ao desenvolvimento de todo cidadão (TARGINO, 1984; MILANESI, 1998). Uma biblioteca moderna seria uma composição de leitores, pessoal (equipe técnica) e livros (RANGANATHAN, 2009), atualmente podendo ser este último generalizado para recursos informacionais.

Um olhar despercebido talvez creditasse imaturidade da instituição como a causa de recorrentes mudanças, porém tratar-se-ia de um mito facilmente solucionado quando constatada que a transformação é um elemento intrínseco à biblioteca.

Ao enunciar a 5ª lei da biblioteconomia – “a biblioteca é um organismo em crescimento” – Ranganathan (2009, p. 241) afirma que, como tal, a biblioteca está suscetível a mudanças lentas, bruscas e evoluções em sua forma tendo em vista que “um organismo em crescimento absorve matéria nova, elimina matéria antiga, muda de tamanho e assume novas aparências e formas”. Targino (1984) ainda reforça essa visão ao afirmar que a biblioteca é um sistema aberto em contínua reconstrução, influenciado pelos vínculos com a sociedade e pelo sistema ao qual está integrado.

Assim, um exemplo de adequação da biblioteca ao sistema macro foi a sugestão de Ranganathan – ainda no início do século XX – para que a função de conservação do patrimônio cultural fosse incumbida, dentro de critérios geográficos de cada país, a uma única ou a poucas bibliotecas específicas (as denominadas bibliotecas nacionais) a fim de responder aos altos investimentos financeiros demandados para tal tarefa. Por outro lado, uma adaptação da instituição originada a

partir da sociedade pode ser confirmada pelas especializações das bibliotecas ao longo do tempo a fim de atender a grupos específicos de usuários (RANGANATHAN, 2009).

Nesse contexto, tem-se que as transformações percebidas pela biblioteca ao longo do tempo não impedem a formulação de um conceito que abarque todas as suas diversas significações. Segundo Targino (1984), os atributos – ou dimensões – que caracterizam a biblioteca são aqueles que mantém, ainda durante o processo de sua transformação, certa identidade e uniformidade. Portanto, considerando essa noção ampliada, a autora sistematizou o conceito “biblioteca” em um conjunto de 6 dimensões essenciais à sua apreensão (Quadro 1), a fim de possibilitar a realização de uma pesquisa sobre a percepção do conceito de biblioteca junto a um grupo de indivíduos do nordeste brasileiro.

Quadro 1 - Dimensões do conceito biblioteca

Dimensão 1: Instalação
O local deve compreender espaço para o acervo bem como área suficiente para os usuários, estimulando a interação entre os frequentadores e as coleções. Dá-se destaque às características de iluminação, manutenção e sinalização por entender que são as mais perceptíveis pelos usuários, porém outros aspectos devem ser considerados durante o planejamento e/ou adaptação do estabelecimento para implantação da biblioteca: localização, extensão, acessibilidade, distribuição de área para os diversos setores e serviços, decoração, acústica.
Dimensão 2: Recursos
A existência de recursos humanos, materiais e financeiros é essencial para o funcionamento da instituição. Quanto aos recursos humanos, tem-se o bibliotecário como o profissional cuja formação é própria e adequada ao desempenho das funções necessárias para o cumprimento dos objetivos da biblioteca. Devido a restrições (econômicas e humanas), a formação de auxiliares de biblioteca para o desempenho de algumas atividades tem sido uma alternativa a fim de suprir a ausência desse profissional. Além disso, menciona-se a participação conjunta de membros da comunidade e de outras áreas ao trabalho bibliotecário. Quanto aos recursos materiais, destaca-se a necessidade de equipamentos, materiais permanentes e de consumo adequados às atividades planejadas. Quanto aos recursos financeiros, esses são indispensáveis para manter a biblioteca em operação, abarcando orçamento para instalações, pessoal, aquisição e atualização do acervo, prestação de serviços, etc.
Dimensão 3: Coleção
Os diferentes recursos informacionais e o conteúdo são os aspectos mais relevantes dessa dimensão. Com relação ao aspecto físico da coleção, destacam-se livros, obras de referência, publicações periódicas, folhetos, materiais audiovisuais, manuscritos, fotografias, mapas, pinturas ou qualquer outro tipo de suporte de informação necessário ao acervo para a execução das atividades da biblioteca. Quanto ao conteúdo, os assuntos devem estar em consonância com o interesse dos usuários em potencial da biblioteca de modo que poderão ser abrangentes, se tal heterogeneidade for característica da comunidade, ou específicos caso as necessidades

informacionais dos usuários sejam restritas a um grupo homogêneo (ex.: público infanto-juvenil) ou a uma dada área de conhecimento (ex.: ciências sociais).

Dimensão 4: Características funcionais

A evolução da biblioteca como instituição social incorporou uma série de finalidades a serem cumpridas: informar, educar e prover recreação por meio da disseminação das informações preservadas, dispondo dos serviços bibliotecários ao público bem como de atividades culturais e de assistência para o alcance de seus objetivos. Assim, destacam-se as funções de preservação, disseminação, informação, educação, recreação, serviços ao público e atividades de extensão.

Dimensão 5: Finalidades básicas

Tendo em vista sua relação intrínseca com o público a ser entendido, cabe distinguir se a atuação da biblioteca visa o atendimento social ou a interesses de alguns particulares.

Dimensão 6: Tipos

A despeito de não haver consenso universal na literatura, tem-se que as bibliotecas são comumente classificadas conforme o público atendido, sendo elencadas pela autora os seguintes tipos de bibliotecas:

- Públicas: mantidas pelo poder público cujo objetivo é o atendimento às necessidades informacionais de *todos os membros da comunidade* para seu aprimoramento educacional e cultural contínuo;
- Infanto-juvenis: centros de informação e cultura, pesquisa e de formação do hábito e gosto pela leitura de *crianças e jovens*;
- Itinerantes: extensão do serviço da biblioteca pública, disponibilizando informação e cultura a *populações desprivilegiadas* de recursos informacionais seja por questões geográficas ou socioeconômicas (ex.: áreas rurais, suburbanas).
- Escolares: promotoras do processo de ensino-aprendizagem, oferecendo recurso informacional adequado a *professores e alunos* e contribuindo para o acesso e incentivo a leitura e pesquisa dos educandos;
- Universitárias: provêm o corpo *discente e docente* de uma universidade com recursos informacionais necessários para realização de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Especializadas: vinculadas a uma organização com fins específicos, são direcionadas a atender a este *público especializado* através de recursos informacionais focados em uma área de conhecimento e normalmente abrangendo materiais não convencionais (ex.: relatórios e normas técnicos, patentes).
- Especiais: provedora de recursos informacionais sobre assuntos diversos, oferta seus serviços a um *público específico*, distinto dos anteriores (ex.: hospitalizados, presos, deficientes físicos);
- Particulares: pertencentes a *indivíduos, famílias ou a formas de organização* que restringem o uso do acervo apenas a seus membros.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações de Targino (1984).

Uma vez estabelecidas as dimensões do conceito biblioteca e constatando a existência de conceitos diversos sobre o tema na literatura científica, Targino (1984) propõe uma definição a esse termo que carrega a complexidade e o dinamismo expectados:

Biblioteca é o local, onde uma coleção organizada e constituída de acordo com a demanda e necessidade de usuários efetivos e potenciais a que se destina (tanto no que concerne ao tipo de material como à diversificação dos assuntos), está à disposição dos interessados, para suprir suas necessidades informativas, educacionais ou recreativas. Para tanto, requer recursos

humanos, materiais e financeiros que assegurem a continuidade e atualização dos seus serviços. (TARGINO, 1984. p. 59).

O fato é que a diversidade de definições citada pela autora para o conceito “biblioteca” traz consequências que vão além do estudo teórico da área, ou seja, influencia a forma de atuação da instituição nos diversos sistemas onde está integrada. Por exemplo, a legislação brasileira é precária quanto ao assunto, sendo incompleta quanto à definição e atribuições dos diferentes tipos de bibliotecas e omissa na definição do conceito de biblioteca em si. Essa situação é comprovada na justificção do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2015, cuja ementa se refere a instituição da Política Nacional de Bibliotecas:

Diante da inexistência de um texto legal que contemple os aspectos teóricos essenciais sobre a concepção e as responsabilidades técnicas, políticas e sociais das bibliotecas como equipamentos de cultura e de educação a serviço da sociedade brasileira, este projeto de lei cumpre a função de preencher essa lacuna. (BUARQUE, 2015, p. 21).

Assim, tem-se que havendo a aprovação de tal Projeto de Lei, em trâmite no Senado Federal, a biblioteca no Brasil será positivada como

[...] todo espaço físico ou virtual que mantenha bens simbólicos organizados, tecnicamente tratados, em condições de busca, recuperação e disseminação, e que ofereça, de forma sistemática e continuada, entre outros, serviços de consulta e empréstimo a seus grupos de usuários preferenciais. (BUARQUE, 2015, p. 21).

O projeto ainda contempla, dentre outras disposições, a definição e tipificação da biblioteca em 7 categorias¹³: biblioteca pública, biblioteca especializada, biblioteca escolar, biblioteca universitária, biblioteca comunitária, biblioteca especial¹⁴ e biblioteca nacional.

Tem-se pelo exposto que abordar o conceito biblioteca demanda que diversos aspectos sejam ponderados e definidos a fim de melhor atender às demandas informacionais do grupo de usuários a qual se destina: sua existência física ou virtual,

¹³ Ressalva-se que, na motivação do projeto, fica demonstrada a existência de outros tipos de bibliotecas, tendo sido consideradas aquelas cuja noção pôde ser embasada na literatura científica.

¹⁴ Ressalta-se que não há artigo próprio para tratamento da biblioteca especial no Projeto de Lei, apesar de constar na justificção que ela está no rol de bibliotecas a serem individualmente definidas. Há, por sua vez, menção às categorias de usuários em situação especial, a saber: integrantes de minorias linguísticas, presos, reclusos ou detentos, pessoas com deficiência e pessoas hospitalizadas.

a pertinência de diferentes suportes e conteúdo a compor as coleções, sua função frente à informação bem como os serviços prestados. Em que pese as especificidades de cada um dos tipos possíveis de biblioteca mencionados anteriormente, compete a qualquer biblioteca estimular e garantir o acesso à informação para seu respectivo público, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de cada cidadão. Diante desse cenário que a pública, ao deter a responsabilidade de atender a todos, torna-se a biblioteca mais representativa com relação ao combate à exclusão social.

2.2.2. Biblioteca pública: uma instituição social

O conceito vigente de biblioteca pública – de acordo com o Manifesto da Unesco - é a de um centro local de informação que disponibiliza prontamente aos usuários conhecimento e informação de todos os tipos, a partir da oferta de serviços e coleções em suporte e tecnologias diversos que se façam mais adequados às necessidades de seu público e condições locais. Tem-se, ainda, pontuado que essas coleções e serviços não devem sofrer censura de qualquer natureza (ideológica, política ou religioso) e que o oferecimento desses serviços deva ser pautado na igualdade do acesso para a coletividade, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1994).

Essa visão universal e democrática da biblioteca pública, contudo, resulta da evolução de sua atuação em conjunto com o desenvolvimento da sociedade. De acordo com a Biblioteca Nacional (2010), o surgimento da biblioteca pública remonta à Revolução Industrial, no final do séc. XIX, cuja atividade estava ligada a funções educativas e moralizantes da classe trabalhadora. No final da primeira metade do século XX, aprofundava-se sua função com relação ao ensino devido à maior proximidade com a classe média e à comunidade estudantil, sendo qualificada como um centro de educação popular na 1ª versão do Manifesto sobre biblioteca pública da UNESCO, em 1949.

As décadas de 1970-1980, por sua vez, seriam marcadas por contestações da biblioteca como instituição replicadora de valores da classe média e da cultura elitista da época. Movimentos culturais contrários à continuidade dessa condição exigiam que à biblioteca fossem incorporadas ações de cunho social em prol das classes mais

desamparadas. Assim, em 1972, o 2º Manifesto da UNESCO preconizaria educação, cultura, lazer e informação como funções dessa biblioteca (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

Já a visão atual da biblioteca pública foi uma resposta ao surgimento da sociedade da informação (final do séc. XX) – caracterizada pela revolução advinda do avanço das tecnologias da informação e comunicação como pilares para o desenvolvimento das sociedades. Nesse contexto, a integração a essa nova realidade dominada pela informação e pelos recursos tecnológicos tornava-se imprescindível a todos os indivíduos. E, conseqüentemente, coube às instituições se adaptarem a fim de se manterem competitivas, ou melhor, “vivas” – inclusive as bibliotecas. Assim, no 3º Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994), a democratização do acesso às novas tecnologias de informação ganha destaque dentre as funções da instituição (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

Nessa perspectiva de instituição voltada para a informação, alfabetização, educação e cultura, o Manifesto vigente enumera as 12 missões da biblioteca pública contemporânea:

1. Criar e fortalecer os hábitos de *leitura* nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a *educação* individual e a *auto formação*, assim como a *educação formal* a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma *criativa*;
4. Estimular a *imaginação* e *criatividade* das crianças e dos jovens;
5. Promover o *conhecimento* sobre a *herança cultural*, o apreço pelas *artes* e pelas *realizações* e *inovações científicas*;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de *expressão cultural das artes do espetáculo*;
7. Fomentar o *diálogo intercultural* e a *diversidade cultural*;
8. Apoiar a *tradição oral*;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de *informação* da comunidade local;
10. Proporcionar *serviços de informação* adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a *informação* e a *informática*;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de *alfabetização* para os diferentes grupos etários. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1994, *online*, grifo nosso).

Segundo Suaiden (1995), a biblioteca pública é a única dentre todos os demais tipos de biblioteca que detém intrinsecamente as características de instituição social. Esse posicionamento tem como principais motivações o seu extenso campo de ação

– demonstrado pelas missões da instituição – e a heterogeneidade dos usuários que essa biblioteca atende, apresentando-se como um local contínuo para a educação do indivíduo.

Essa visão é corroborada por Targino (1991) ao dispor que o exercício da democratização da informação como estímulo à construção da cidadania ganha maior relevância na biblioteca pública. Assim, caberia a essa biblioteca a disponibilização de informações a todos os cidadãos (independentemente do nível de educação formal) que os possibilitassem ter ciência de seus deveres e almejar seus direitos a fim de participar do desenvolvimento humano. Nesse sentido, omitir-se ao estímulo do uso e acesso universais à informação seria um afrontamento à ética humana, visto a capacidade de os espaços informacionais reduzirem o foço existente entre os que desfrutam dos benefícios informacionais e os que estão excluídos desse processo (BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008).

Esse protagonismo da biblioteca pública no desempenho da função social foi também a conclusão do trabalho de Calixto et al. (2012) embasado em extensa revisão de literatura latino-americana, anglo-saxônica e escandinava acerca do tema. Verificou-se que a biblioteca como um lugar de interação promove a conexão e a confiança social através da coordenação e cooperação entre os indivíduos em prol do benefício mútuo – o chamado capital social –, sendo essa função das bibliotecas contributiva para a inclusão social.

Este papel traduz-se genericamente no facto de elas serem um local de encontro das comunidades (fisicamente enquanto edifício público, pelas suas atividades, pelas suas extensões, como por exemplo as bibliotecas itinerantes, ou através da utilização das redes sociais), facilitando as relações sociais, e contribuindo decisivamente para o capital social. Estas funções resultam em grandes benefícios, e a investigação empírica em diversos países ilustra abundantemente o impacto individual e coletivo, a contribuição para a confiança e o bem-estar da comunidade que a biblioteca pública representa, assumindo assim desde logo um lugar na luta contra a exclusão social. (CALIXTO et al., 2012, p. 12).

Nesse sentido, os autores sugerem ações com intuito de aproveitar ao máximo a potencialidade da biblioteca no combate à exclusão social, dentre as quais destacam-se: definição e adoção de princípios e diretrizes internacionais para atuação nesse campo, planejamento proativo das atividades bibliotecárias com foco na luta contra a exclusão social, formação específica da equipe bibliotecária e trabalho integrado com organismos comunitários e agentes da sociedade civil.

Essa última sugestão, por sua vez, mostra-se ser um aliado importante na busca pela efetiva concretização da contribuição da biblioteca no processo de inclusão social, principalmente nos países em desenvolvimento que tanto necessitam de informação e cultura e, paradoxalmente, são aqueles menos favorecidos com políticas públicas a esse respeito.

A implantação de uma biblioteca como instrumento para superação da exclusão social, portanto, mostra-se uma empreitada laboriosa condicionada às cobranças da sociedade e às ações políticas necessárias para que seja possível colocá-la em prática, fruto da priorização da educação e da informação como base para o desenvolvimento do país (BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008). Trilhando esse percurso, a biblioteca pública poderá desempenhar de forma coordenada e universal as ações de informar, alfabetizar, educar, prover cultura e estimular o convívio em sociedade, incentivando a prática da cidadania de todos os integrantes da sociedade.

2.2.3. Características (elementos, produtos e serviços) da biblioteca para a superação social.

Os aspectos democratizante e educativo da informação se apresentam como fatores cooperantes no processo de transformação de significação social e cultural. É nesse sentido que a biblioteca, na sociedade contemporânea, se vê instigada a deixar sua imagem histórica de local de organização e preservação do conhecimento humano para ser um centro organizado de serviços de informação (TARGINO, 1991). A fim de cumprir tal objetivo, cabe às bibliotecas disporem, além do tratamento técnico e organização da informação, um conjunto de produtos e serviços a fim de promover o engrandecimento do indivíduo na sociedade.

Importante ter em mente, contudo, que não há regra única sobre quais, quantos e formas de serviços e produtos informacionais capaz de atender plenamente a todas as bibliotecas. Faz parte da essência da instituição atender às necessidades de seus usuários e esses, por sua vez, são diferentes em cada comunidade e pode-se dizer ainda a cada lapso temporal. Nesse sentido, Bernardino e Suaiden (2011) destacam tanto o fato da mutabilidade da sociedade (e, por tanto, dos indivíduos) quanto o princípio da biblioteca em pautar seus esforços em prol das necessidades e particularidades de informação do seu usuário. Tal compreensão de que cada

biblioteca é uma instituição singular adaptada ao seu público-alvo também é respaldada por Miranda (1978):

A biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra. Consequentemente, objetivos gerais acabam por ajustarem-se às possibilidades e necessidades específicas de cada biblioteca. Longe de constituir-se numa desvantagem, esta é a essência mesma de qualquer instituição democrática: a de ajustar-se a um plano diretor ou a um sistema geral sem perder de vista os seus próprios objetivos, sem renunciar a satisfazer as necessidades peculiares de seus próprios usuários. (MIRANDA, 1978 *apud* BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 34).

Dessa forma, tomando como base as dimensões do conceito biblioteca sistematizado por Targino (1984), a amplitude de atuação de uma biblioteca pública e os aspectos definidos para esta no Manifesto da Unesco, elenca-se a seguir um rol – não exaustivo – das principais características contributivas dessa instituição no processo de inclusão social de um indivíduo:

Quadro 2 - Características da biblioteca para superação da exclusão social

Dimensão	Característica	Influência direta no desempenho do aspecto			
		Informação	Alfabetização	Educação	Cultura
Coleção	Recursos informacionais	x	x	x	x
	Organização do acervo e catálogos	x		x	
Características funcionais	Programa de incentivo à leitura e alfabetização	x	x	x	x
	Serviço de informação à comunidade e educação de usuários	x	x	x	
	Ação cultural	x			x
Recursos	Pessoal	x		x	
	Instalações para informação digital	x	x	x	
Instalação	Espaço de encontro	x			x

Fonte: Elaboração própria.

1) Dimensão “Coleções”

a) Recursos Informacionais

A biblioteca deve oferecer ampla diversidade de recursos informacionais em múltiplos suportes que atenda às necessidades informativas, educativas e recreativas dos usuários e que reflita a cultura da sociedade.

A quantidade de materiais deve ser suficiente e compatível com a demanda da comunidade. Como regra geral, um acervo constituído deve possuir entre 2 e 3 itens *per capita*¹⁵, podendo esse valor ser minorado quando a comunidade atendida superar 100.000 habitantes. Considera-se para fins de acervo mínimo o quantitativo de 2.500 itens em pequenos pontos de atendimento. Não obstante, deve-se igualmente planejar taxas padronizadas para aquisição e descarte de itens do acervo¹⁶, sendo sugeridas as seguintes normas para quantificação do número de obras a serem adquiridas para reposição anual do acervo da biblioteca: 0,25 obra/per capita para população abaixo de 25.000; 0,225 obra/per capita para população entre 25.000 e 50.000 e; 0,20 obra/per capita para população acima de 50.000 habitantes (KOONTZ; GUBBIN, 2012).

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Acesso à informação diversificada e atualizada, cultura e lazer;
- (2) Disponibilidade gratuita de materiais para a prática da leitura;
- (3) Disponibilidade de variados e suficientes recursos informacionais possibilita a ação de seleção por parte dos usuários, liberdade esta que conscientiza o cidadão de seu poder de escolha e o convida a uma análise crítica sobre a utilidade e pertinência de uma informação frente às demais disponíveis;
- (4) Suporte às atividades educativas de alfabetização e ensino formal;
- (5) Possibilidade de apreensão contínua de novos conhecimentos.

b) Organização do acervo e catálogos

A metodologia de organização de uma biblioteca é uma decisão que cabe a seus administradores, levando em consideração aspectos como tamanho e diversidade de assuntos/suportes existentes no acervo. A definição de critérios e normas de organização – fundamento básico de uma biblioteca – faz possível

¹⁵ Quando não há informações demográficas confiáveis, a IFLA indica a utilização de outros parâmetros para estabelecer a norma do tamanho do acervo, como: tamanho estimado da comunidade atendida, tamanho da biblioteca, quantidade de usuários reais e potenciais (KOONTZ; GUBBIN, 2012).

¹⁶ As taxas de aquisição também podem divergir no caso de bibliotecas pequenas e itinerantes dada à limitação de espaço físico. Dessa forma, a IFLA sugere que nesses casos as taxas de aquisição, renovação ou intercâmbio sejam elaboradas com base no tamanho do acervo. No mesmo sentido, as coleções especiais devem ser tratadas de forma distinta do acervo geral de modo que os processos de aquisição e descarte de obras reflita as necessidades especiais da comunidade (KOONTZ; GUBBIN, 2012).

a localização dos materiais desejados pelos usuários, objetivo primordial da instituição. O catálogo do acervo, seja físico ou virtual, surge como instrumento estratégico adicional para a dinamização desse processo de busca pelo conhecimento.

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Otimização do acesso à informação;
- (2) Independência do usuário com relação à busca de informações uma vez compreendido o método de organização da biblioteca;
- (3) Facilidade na busca de informações correlatas à desejada visto que a ordenação de um acervo pressupõe a reunião de materiais por semelhanças.

2) Dimensão “Características Funcionais”

a) Programa de incentivo à leitura e alfabetização

Os projetos de leitura, segundo Bernardino e Suaiden (2011), viabilizam ao cidadão se inserir no mundo letrado e não letrado da leitura, disponibilizando meios para a geração e apropriação do conhecimento e o consequente desenvolvimento social e cultural do leitor. Outra vertente importante da leitura é o seu uso com finalidade terapêutica – a biblioterapia –, demonstrando ser um tratamento eficaz para “[...] recuperação de pessoas psiquicamente doentes ou portadoras de problemas” (ALVES, 1982). Assim, compete à biblioteca incentivar a prática da leitura e participar de ações coordenadas com organismos que executem ações de combate ao analfabetismo.

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Acesso à informação, educação, cultura e lazer;
- (2) Participação em eventos que promovam a leitura e o interesse pela literatura, interagindo com a comunidade e estreitando laços sociais;
- (3) Acesso a materiais apropriados ao nível de leitura do usuário;
- (4) Melhora na prática da leitura e escrita;
- (5) Estímulo à análise crítica das informações e do contexto social através da prática da leitura;
- (6) Expansão do conhecimento e transformação da consciência.

b) Serviço de informação à comunidade e educação de usuários¹⁷

Expondo o serviço de informação à comunidade como um instrumento de democratização da biblioteca pública brasileira e um símbolo da atuação social da instituição, Figueiredo (1996) o define como um serviço prestado para indivíduos da comunidade com acesso restrito às fontes que o assistiriam na resolução de um problema cotidiano. Dentre as diversas opções de auxílio direto ao usuário, citam-se: resposta fatural a uma pergunta, esclarecimento de textos, aconselhamento, auxílio no preenchimento de formulários ou escrita de correspondências, mediação ou encaminhamento a outra agência, entre outros.

Suaiden (1980), por sua vez, afirma ser este o “mais valioso instrumento de que dispõe a biblioteca pública para atender eficientemente a seus usuários, [...], logrando assim seu principal objetivo: o serviço à comunidade”. Assim, trata-se de prover informações de ordem prática acerca de temas como transporte, emprego, moradia, direitos, saúde, lazer, geralmente obtidas a partir de fontes de dados não tradicionais.

Soma-se a esse serviço, a grande importância da atividade de educação de usuários – o chamado letramento informacional –, capacitando-o em “[...] acessar, avaliar e usar informação a partir de uma variedade de fontes”, inclusive as eletrônicas (DOYLLE *apud* CAMPELLO, 2009, p. 36).

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Acesso a informações práticas (utilitárias) e governamentais (e-governo).
- (2) Resolução de problemas do dia-a-dia a partir da posse de informações ou da mediação do bibliotecário com terceiros;
- (3) Aquisição das competências necessárias para o uso da informação e respectiva tecnologia do seu suporte;

¹⁷ De acordo com Denis Grogan, na obra “A prática do serviço de referência” (2001), o serviço de informação à comunidade e a educação de usuários são duas de várias atividades que são abarcadas pelo conceito de “serviço de referência” em sentido amplo. Verifica-se, entretanto, que o tradutor da obra fez uso desse mesmo termo para se referir ao conceito em sentido estrito (contemplando apenas o processo de assistência pessoal ao usuário na busca por informação), alegando respeito ao uso consagrado em detrimento da rigorosidade conceitual. Assim, entendendo o serviço de referência em sentido estrito como atividade presente em qualquer biblioteca, optou-se por especificar as atividades sendo tratadas a fim de evitar ambiguidade de entendimento.

- (4) Escolha de fontes de informação apropriadas às suas necessidades;
- (5) Obtenção de informações não disponíveis localmente através de cooperação com outras instituições;
- (6) Inclusão social e digital.

c) Ação cultural

As ações culturais são atividades práticas que normalmente guardam relação com as artes (música, teatro, dança, literatura, ópera), materializando-se em exposições, recitais, concursos literários, por exemplo. Milanesi (2002), contudo, as distingue quando realizadas no contexto da biblioteca. O autor pondera que devam ser planejadas e executadas tendo como ponto de partida as informações existentes no acervo da biblioteca sobre o tema da ação. Dessa forma, o interesse do usuário pelo aprofundamento no assunto tratado poderia ser facilmente e imediatamente suprido por recursos informacionais constantes no acervo.

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Acesso à informação, cultura e lazer;
- (2) Participação em eventos que promovam a leitura, o debate e o interesse pela pesquisa, interagindo com a comunidade e estreitando laços sociais.

3) Dimensão “Recursos”

a) Pessoal

Conforme documento de diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas (KOONTZ; GUBBIN, 2013), o quadro de pessoal da instituição pode ser composto pelas categorias: bibliotecários¹⁸, técnico em biblioteca¹⁹, auxiliares de biblioteca, especialistas e pessoal de apoio. Em que pese a influência de diversos fatores

¹⁸ Os bibliotecários são os profissionais que cursaram biblioteconomia seja em nível de graduação ou pós-graduação. A eles compete a possibilidade de realizar diversas atividades: planejamento e administração da biblioteca, marketing, organização da informação, avaliação de serviços e pessoal, administração das instalações, desenvolvimento das coleções, educação e fornecimento de informações aos usuários (KOONTZ, Christie; GUBBIN, 2013, p. 97-102).

¹⁹ São encontrados em alguns países, possuindo nível de qualificação intermediário e contratados prioritariamente para tarefas de rotina e operacionais como: circulação, recolocação de materiais, processamento técnico de materiais, arquivamento, orientação de usuários.

na determinação do melhor quantitativo de pessoal para cada biblioteca, registra-se algumas restrições universais: os usuários devem ter acesso a um bibliotecário presencial ou remotamente (telefone ou internet) e; voluntários não podem ocupar o lugar destinado a funcionários do quadro (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Espaço adequado, acervo organizado e serviços em consonância com as necessidades da comunidade;
- (2) Acesso eficiente à informação e serviços através da mediação de profissional capacitado;
- (3) Aquisição do conhecimento necessário para a busca e uso dos recursos informacionais e tecnologia disponíveis na biblioteca a partir das orientações do profissional;
- (4) Aconselhamento de leituras adequadas à capacidade do leitor.

b) Instalações para informação digital

O avanço das tecnologias na sociedade da informação promoveu novas formas de se comunicar, registrar e obter informações. Nesse sentido Machado e Suaiden (2013) identificam serviços a serem providos pelas bibliotecas públicas a fim de se reinventar como centro disseminador de informações frente a essa realidade: ferramentas interativas, agente disseminador do governo eletrônico, educação informacional.

Apesar de não haver especificado uma regra geral, consta nas diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas, a norma americana de que deve haver no mínimo 1 computador de uso público com acesso à internet por 3.000 habitantes, por exemplo (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Acesso a informações em suportes eletrônicos, inclusive por portadores de necessidades especiais através de ferramentas específicas;
- (2) Capacidade de utilização de tecnologias da informação e comunicação e serviços eletrônicos;
- (3) Prática da leitura e escrita através das tecnologias de comunicação em rede;

(4) Inclusão social e digital.

4) Dimensão “Instalação”

a) Espaço integrado de serviços e de encontro

O estabelecimento da biblioteca deve ser projetado a fim de ser acessível por todos da comunidade e comportar adequadamente a prestação dos serviços, devendo ainda estar disponível para reuniões, exposições, apresentações solicitadas pelo público, se fisicamente possível. Além disso, tem-se que o projeto da biblioteca deve levar em consideração os elementos: a função e tamanho da biblioteca, os espaços previstos, características do projeto arquitetônico, acesso para portadores de necessidades especiais, sinalização, ambiência, equipamento eletrônico e audiovisual, segurança, estacionamento e mobiliários adaptáveis (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

Quanto ao quesito ambiente, verifica-se de vital importância a devida alocação de espaços para a exposição do acervo, utilização dos serviços, estudo/leitura, reuniões e ações culturais. A importância desses espaços coletivos é explicada por Milanesi (2002) ao destacar a biblioteca como “[...] um espaço aberto para que as pessoas possam encontrar informações, discuti-las e criar novas informações – um poema ou a resposta para uma questão coletiva”.

✓ Benefícios aos usuários:

- (1) Local acessível e convidativo para usufruto de informação, cultura e lazer;
- (2) Disponibilização dos serviços adequados às necessidades da comunidade;
- (3) Disponibilização de local para eventos elaborados pela comunidade;
- (4) Inclusão social e digital.

2.3. Biblioteca de estabelecimento prisional

Em que pese o direito do Estado de punir aquele que infringe às leis e o dever desse cidadão de cumprir a pena justa a ele imposta, imagina-se de senso comum a percepção de que a privação advinda da reclusão não se restringe apenas à restrição do direito à liberdade, mas também implica na dissolução de diversos outros laços

sociais que permeiam a vida do cidadão: participação política, vínculos sócio familiares, trabalho, educação, cultura e lazer.

Segundo Alves (1982, p. 58), “o confinamento do ser humano é um fator de deterioração de sua personalidade”:

Quando os portões da prisão batem atrás de um preso, ele não perde a sua qualidade humana; sua mente não se torna fechada a ideias; seu intelecto não cessa de se alimentar de um intercâmbio livre e aberto de opiniões; seu desejo de auto respeito não termina; nem sua busca por auto realização se concluiu. De todas as coisas, as necessidades de identidade e autoestima são as que se destacam no ambiente prisional desumanizante. (SUPREME COURT JUSTICE, 1974 *apud* INTELLECTUAL FREEDOM MANUAL, *online*).

Por isso, Alves (1982) afirma ser de vital importância, além da oferta do trabalho como terapia ocupacional tradicional, a incorporação de formas alternativas de terapia e lazer à rotina dos presos.

Dentro dessa perspectiva, a prática da leitura demonstra ser uma dentre as mais acessíveis alternativas a serem ofertadas aos presos. Tem-se que a leitura permite a comunicação do leitor com o mundo e que a partir do contato com as informações, oferta-se ao preso a possibilidade de aprender novos valores, conceitos e ideologias que servirão de instrumento para a criação e desenvolvimento de sua visão de mundo (JOHN, 2004).

Para as pessoas reclusas, a leitura, o acesso a materiais de informação/comunicação constitui-se muitas vezes como o único canal de comunicação com o mundo exterior, já que muitos presos ao não receberem visitas não têm outros elos de comunicação, ampliação de conhecimentos e ressocialização que seria a função nobre das prisões. Neste sentido, todas as atividades, recursos e materiais que lhes são disponibilizados atuam como instrumentos de formação e, portanto, de educação, que podem [...] levá-lo a fazer novas escolhas e tentar novos caminhos [...]. (JOHN, 2004, p. 17).

Nesse contexto, as bibliotecas em sistemas prisionais se apresentam como instituições capazes de prestar serviços estratégicos, contribuindo para que o direito universal à dignidade humana seja garantido ao preso. Por esse motivo, encontram-se amparadas explicitamente por diversos dispositivos internacionais desde a segunda metade do século XX, como consta no item 40 das ‘Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos’ adotadas pelas Nações Unidas, em 1955:

Cada estabelecimento penitenciário **deve ter uma biblioteca** para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1955, *online*, grifo nosso).

Ou ainda, conforme preconiza o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na Resolução 1990/20, de 24 de maio de 1990, ao referir-se à educação nas prisões:

Todas as pessoas presas devem ter acesso à educação, inclusive programas de alfabetização, educação básica, capacitação profissionalizante, atividades criativas, religiosas e culturais, educação física e esportes, educação social, educação superior e **bibliotecas**. (CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS *apud* COYLE, 2009, p. 117, grifo nosso).

Essa perspectiva de atuação bibliotecária, reconhecida por poucos, dá-se principalmente pela escassa discussão e investigação do tema – insuficiência esta mencionada por Alves (1982), Garcia-Perez (2001), John (2004), Trindade (2009) e Silva Neto e Leite (2011). Verifica-se a mesma dificuldade quando o assunto se refere ao desenvolvimento de profissionais bibliotecários para esta área. Johnson (2009), por exemplo, justifica o guia de referências bibliográficas americanas por ele produzido (substancialmente de materiais elaborados a partir de experiências pessoais), como uma tentativa de preencher a lacuna causada pela ausência de livros e disciplinas nas universidades sobre o tema “biblioteconomia em instituições correcionais”.

A deficiência de literatura específica sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais enseja, por sua vez, dificuldades para a uniformidade de tratamento do tema, desde sua nomenclatura até sua tipificação.

Quanto à terminologia, ao analisar os diversos termos possíveis de uso no contexto português (‘bibliotecas de prisão’, ‘bibliotecas prisionais’ ou ‘bibliotecas de estabelecimentos prisionais’), Eiras (2007) conclui por utilizar ‘bibliotecas de estabelecimentos prisionais’, justificando ser esta opção a que possui aderência ao uso em realidades semelhantes (como no âmbito hospitalar) bem como estar em conformidade com a bibliografia especializada levantada. Silva Neto e Leite (2011), por sua vez, constata que na literatura brasileira igualmente não há nomenclatura padronizada, optando pelo uso da expressão ‘biblioteca prisional’. Neste trabalho, o termo adotado será o mesmo utilizado por Eiras (2007), contribuindo para essa decisão o fato do Ministério da Justiça do Brasil considerar o estabelecimento penal

como a unidade mínima para coleta de informações do sistema prisional brasileiro (BRASIL, 2016a).

A segunda questão que enseja discussão se refere à tipificação das bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Fonseca (2007), a despeito de procurar apresentar os diferentes tipos de bibliotecas sob a ótica dos usuários, define as bibliotecas especializadas como aquelas que abarcam “[...] tanto à especialização das coleções como à tipologia dos usuários, podendo estes serem agrupados entre pesquisadores altamente diferenciados ou deficientes físicos, prisioneiros e hospitalizados etc.”. Apresentando a problemática da ambiguidade dos termos *special libraries* e *specialized libraries*, comumente utilizados nas literaturas americana²⁰ e inglesa, o autor reforça sua posição quanto ao uso do termo bibliotecas especializadas a partir das definições da Associação Francesa de Normalização²¹ e da UNESCO²² que compartilham entendimentos similares. Observa-se, contudo, na literatura brasileira, o uso de ambos termos ‘bibliotecas especializadas’ e ‘bibliotecas especiais’, porém com significados distintos.

A partir do conjunto bibliográfico levantado para este trabalho, observou-se o tratamento de bibliotecas de estabelecimentos prisionais como pertencente à categoria de biblioteca especial. Segundo Beneduzi (2004 *apud* Silva Neto e Leite, 2011), no Brasil, essas bibliotecas seriam comumente associadas àquelas cujo foco é o atendimento de usuários com características diferenciadas: idosos, cegos ou mesmo pessoas hospitalizadas ou presas. A biblioteca especial difere-se da biblioteca especializada, conforme defendeu Trindade (2009). O autor, pautado no entendimento de Alverinho e Lousada, justifica que as bibliotecas especializadas servem às particularidades de seus profissionais ou dos temas específicos ofertados, enquanto que as bibliotecas especiais teriam como foco o atendimento a um público com

²⁰ De acordo com o Glossário de Biblioteconomia e Ciência da Informação da *American Library Association* (LEVINE-CLARK, CARTER, 2013, tradução nossa), a biblioteca especial é aquela estabelecida, apoiada e administrada por uma empresa, corporação privada, associação, agência do governo, ou outro grupo ou agência de interesse especial com intuito de atender as necessidades de informação dos seus membros no cumprimento dos objetivos da organização, sendo a abrangência das coleções e serviços limitada aos interesses de assuntos da organização que a hospeda ou à qual essa está subordinada.

²¹ Biblioteca especializada é aquela “dedicada a uma disciplina ou a um domínio particular do conhecimento. Nota: em alguns casos, o termo ‘biblioteca especializada’ pode ser aplicado a uma biblioteca dedicada a uma categoria específica de usuários ou documentos” (ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION, 1987 *apud* FONSECA, 2007, p. 60).

²² Biblioteca especializada é aquela cujo foco de atendimento predomina sobre uma disciplina ou campo específico, uma categoria particular de usuário ou uma forma específica de documentos (WERSIG; NEVELING, 1976 *apud* FONSECA, 2007).

necessidades especiais (dificuldades físicas/mentais/culturais, hospitalizadas e presas).

Interessante observar que apesar dessa distinção na literatura brasileira, não se verifica correspondência na Terminologia de Assuntos disponibilizada pela Biblioteca Nacional (BN) – utilizada como referência para indexação de obras por diversas instituições no Brasil. Assim, a partir de pesquisa ao Catálogo de Terminologia de Assuntos²³ da BN, constatou-se a inexistência do termo ‘Bibliotecas especiais’ ou de qualquer outra referência explícita a bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Por outro lado, consta o termo autorizado ‘Bibliotecas especializadas’ em referência ao termo ‘*Special libraries*’ do Cabeçalho de Assuntos da *Library of Congress*, cujo intuito é representar “[...] obras em bibliotecas que cobrem assuntos especializados, contendo materiais em um formato especial, *ou que atendem a uma clientela diferenciada*” (LIBRARY OF CONGRESS, 2016, p. S-529, tradução nossa, grifo nosso).

Essa discussão ganha relevância uma vez que a tipificação de uma biblioteca guarda relação direta com o escopo dos produtos e serviços por ela oferecidos. Recordando o posicionamento de Castel (2015) sobre exclusão social, tem-se que todo indivíduo está de alguma forma inserido em um contexto social de modo que a reunião de indivíduos privados de liberdade terá como resultado a organização de uma “sociedade local” constituída de regras, características bem como necessidades.

Assim, tipificar a biblioteca de estabelecimento prisional como especial traz como resultado imputá-la a função de oferecer produtos e serviços informacionais que atendam às necessidades da comunidade prisional – ou seja, os funcionários e prioritariamente os presos. A compreensão da missão da biblioteca de estabelecimento prisional nesses termos, entretanto, foi resultado de uma longa construção social, como poderá ser observado pelo breve histórico desse tipo de biblioteca.

²³ No Catálogo de Terminologia de Assuntos da BN realizou-se pesquisa pelo termo ‘biblioteca’ restringindo as autoridades do tipo ‘termo tópico’, sendo retornados 171 registros que foram individualmente analisados. O acesso ao catálogo pode ser feito a partir de http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html.

2.3.1. Histórico das bibliotecas de estabelecimento prisional

Ocorrências das primeiras bibliotecas de estabelecimentos prisionais datam do início do século XIX, sendo as primeiras evidências na Europa (aproximadamente em 1813) e nos Estados Unidos (1802) (ALVES, 1982).

Essa última constatação é confirmada por Stam (2016) no Dicionário Internacional de Histórias das Bibliotecas, relacionando o surgimento de livros em prisões nos Estados Unidos quase que concomitante à estruturação do próprio sistema penitenciário nos fins do século XVIII. Tratavam-se prioritariamente de livros de natureza religiosa cujas pequenas coleções não podiam ser efetivamente denominadas bibliotecas organizadas. De fato, apenas em 1873, a maioria dos presídios estaduais das regiões nordeste e centro-oeste dos Estados Unidos deteriam verdadeiras bibliotecas estruturadas em suas instalações.

No continente europeu, o surgimento formal de bibliotecas de sistema prisional também seguiria o mesmo caminho gradual. Por exemplo, Eiras (2007) pondera, para o caso de Portugal, que apesar de haver previsão legal de espaços de leitura e aprendizagem no sistema prisional desde o séc. XIX, a existência de bibliotecas de *facto* não se comprovam uma realidade até os dias de hoje.

Tendo em vista que a biblioteca de estabelecimento prisional guarda relação com a instituição na qual está inserida, conhecer as transformações na finalidade do sistema prisional ao longo do tempo também significa compreender a história de atuação desse tipo de biblioteca.

Assim, Eiras (2007) identifica 6 fases distintas ao realizar levantamento sobre o significado da prisão como forma de punição de um desvio, tendo em conta que a pena se insere em um contexto pautado em fundamentos religiosos, morais, sociais e das classes dominantes de cada época:

Até 1800: a prisão está ligada aos castigos, à degradação pública, ao degredo e à pena de morte;
De 1800-1870: a privação da liberdade torna-se a principal pena. Espera-se que o detido corrija o comportamento através do isolamento total, meditando e recebendo boas influências morais.
De 1870-1890: Introduzido o princípio da reabilitação, conduzindo a uma libertação antecipada em função do comportamento.
De 1890-1930: Aposta no trabalho para produzir resultados nos comportamentos dos reclusos – chave da reeducação.
De 1930-1970(80): Introdução de novos métodos baseados nas ciências do comportamento – contributo da sociologia e da psicologia.

A partir de 1980: crise das instituições punitivas e busca de soluções alternativas e produtoras de resultados. (EIRAS, 2007, p. 2).

Essa divisão temporal da história das prisões não necessariamente coincide com a realidade de todas as nações como, por exemplo, nos Estados Unidos em que a reforma do sistema prisional pode ser consolidada substancialmente em 4 períodos (STAM, 2016). Apesar das peculiaridades de cada país, um fato comum é a convergência dos sistemas prisionais no mundo para uma função de apoio ao processo de reinserção do apenado.

O fato é que a prisão foi se estabelecendo como pilar do sistema penal a partir do aprimoramento de ideias e flexibilização dos costumes da sociedade ao longo do tempo, cabendo à biblioteca prisional tentar se adequar a essa evolução de ideologias (EIRAS, 2007). Assim, quanto ao advento da biblioteca prisional faziam-se presentes as seguintes características:

Desde os primórdios do sistema penitenciário no final do século XVIII até um passado recente, livros e bibliotecas em prisões foram vistos como instrumentos de controle comportamental, reforma, educação moral, e coerção, e não como um meio de abertura e enriquecimento da mente. Pode-se dizer que todas as bibliotecas em seus primórdios compartilharam esta meta de reforma moral. A grande diferença na história das bibliotecas é que os usuários de bibliotecas prisionais não tinham muita escolha em sua concepção. Livros foram colocados lá para um propósito específico: para impor e reforçar a hegemonia cultural da classe dominante. (STAM, 2016, p. 137, tradução nossa).

Essa perspectiva foi influenciada pelas ciências sociais a partir do Congresso Nacional de Prisões, ocorrido nos Estados Unidos em 1870. A análise dos sistemas penitenciários a partir da visão comportamental criminal seria vital para que a educação se tornasse componente permanente das técnicas de reabilitação e inserção. O novo paradigma seria o responsável pelo início dos primeiros programas de leitura nos estabelecimentos prisionais (PÉREZ-PULIDO, 1997).

Em meados do século XX, a *American Library Association* (ALA) elaborou as primeiras normas para bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Pérez-Peludo (1997) destaca que normas contribuem para instigar as autoridades sobre a importância de se organizar os serviços das bibliotecas e, assim, garantir aos presos os direitos à informação, educação e leitura – os chamados “direito a ser informado” e “direito de ler” pela autora.

Essa relação parece proceder ao se constatar que, nos Estados Unidos, alguns presídios já disponibilizavam acesso a livros desde 1790 e bibliotecas com profissionais bibliotecários desde o início do século XX. Esse atípico cenário possibilitou que a biblioteca de estabelecimento prisional americana amadurecesse em conjunto com os demais tipos de bibliotecas no país. Enquanto isso, poucos países no mundo viriam a ter alguma norma de abrangência nacional sobre o tema e a maioria quiçá colocaria esse assunto como uma necessidade.

Outro fator que também contribuiu para o fortalecimento da biblioteca enquanto instrumento de auxílio ao processo educacional dos presos foi a atuação interdisciplinar da biblioteconomia com a sociologia. Colares e Lindemann (2015, p. 206), a partir da vivência em um recente trabalho, reportam que as relações advindas do diálogo entre as duas áreas ajudam os gestores do sistema carcerário a planejar espaços educativos que permitam aos presos “[...] canalizar suas energias e encontrar alternativas para ampliar sua educação formal, colocando-se, por esta via, em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros, além de alterar a rotina intramuros”. Essa atuação conjunta das áreas pode ser identificada inclusive na menção à educação de presos no manual de Administração Prisional (COYLE, 2009), especialmente elaborado para os servidores prisionais sob a ótica dos direitos humanos:

No sentido mais pleno, a educação deve ter por objetivo o desenvolvimento integral da pessoa humana, levando em conta os antecedentes sociais, econômicos e culturais do preso. A educação, portanto, deve incluir acesso a livros, aulas e atividades culturais, tais como música, teatro e arte. Esse tipo de atividade não deve ser considerado simplesmente recreacional, mas deve ter por objetivo estimular o prisioneiro a se desenvolver como pessoa. (COYLE, 2009, p. 118).

À medida que o sistema prisional ganha centralidade no processo de reinserção do preso, a biblioteca teve a oportunidade de se colocar como agente apoiador do processo de recuperação e inserção do preso (EIRAS, 2007). Não à toa que ao final no séc. XX, amparada pelos dispositivos de direitos humanos já citados e por uma nova filosofia, surja a iniciativa da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) em elaborar uma norma internacional para os serviços bibliotecários nos estabelecimentos prisionais. Esta norma, por sua vez, viria a ser concluída em 1991, abordando aspectos-chave na organização dos serviços: comunicação dos

membros da comunidade prisional, suporte educacional e direito de acesso à informação dos presos (PÉREZ-PULIDO, 1997).

Nessa mesma época, guiadas pela ideologia do sistema prisional como ente de recuperação e reinserção dos presos à sociedade, normativos foram editados e atualizados a fim de evidenciar o papel da biblioteca e, também do bibliotecário, como instrumento de suporte ao programa de reabilitação do preso bem como indicar a necessidade de condições adequadas para que este trabalho fosse executado. Destacam-se, assim, a edição da “Library standards for adult correctional institutions” da American Library Association (ALA), em 1992 e; “Guidelines for Prison Libraries” da Library Association (LA), em 1997. Por fim, em 2005, a norma “Internacional Guidelines for Library Services to Prisoners” da IFLA seria atualizada, adequando-se à nova realidade do trabalho bibliotecário advinda da evolução da tecnologia da informação.

Assim, a expectativa de atuação da biblioteca de estabelecimento prisional nos dias atuais estaria bem próxima daquela desenvolvida pelas bibliotecas públicas. Eiras (2007, p. 4-5), destaca que esses dois tipos de bibliotecas possuem mais semelhanças que diferenças, posto que insurge no estabelecimento prisional nada mais que uma amostra da sociedade. Tratam-se de espaços para informação, educação, cultura e lazer. Ao discorrer sobre as competências de um bibliotecário prisional, por exemplo, ele conclui que este deve possuir as mesmas características daquele que trabalha em uma biblioteca ofertada ao público em geral – conforme preconiza o Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas–, guardadas especificidades ou adaptações à realidade prisional. Assim, o autor elenca as principais funções que as bibliotecas de estabelecimentos prisionais deveriam desempenhar na sua atuação social:

- Espaços de leitura informal, apoio educacional, cultura, lazer, informação legal, informação social e de reintegração;
- Centros de conhecimento, autoaprendizagem e pesquisa para técnicos;
- Locais de recolhimento e privacidade.

Seguindo essa linha, Alves (1982), por sua vez, elenca cursos, palestras, apresentações artísticas e concursos literários como exemplos de atividades que devem ser planejadas por essas bibliotecas.

Há, contudo, autores que versam sobre a possibilidade de articulação da biblioteca de estabelecimento prisional com a biblioteca pública local através da extensão dos serviços dessa última (ALVES, 1982; PÉREZ-PULIDO, 1997; EIRAS, 2007). Essa é uma interpretação que tem respaldo no Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas ao enunciar que os “serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas” (KOONTZ; GUBBIN, 2013, p. 91).

Essa perspectiva, entretanto, possui ressalvas na literatura. Como afirma Coyle (1987 *apud* PÉREZ-PULIDO, 1997), não se trata de utilizar o modelo tradicional de biblioteca pública com foco no desenvolvimento de coleções de ‘ócio’ e na seleção por parte do recluso, pois isso faria da biblioteca um ‘centro de recreio’. Assim, o autor defende o valor dos serviços prisionais a partir da capacidade de reinserção do preso de modo que cabe à biblioteca

[...] desenvolver coleções adequadas, de usos informativo e educacional, produzindo uma mudança para atividades orientadas aos grupos de discussão, estudos autodirigidos, etc. A biblioteca como estímulo intelectual pode prover mais benefícios aos reclusos. A biblioteca pública como fornecedora de literatura de ócio não justifica o valor dos serviços bibliotecários na prisão. (COYLE, 1987 *apud* PÉREZ-PULIDO, 1997, p. 42, tradução nossa).

O fato é que a despeito da existência das normas das instituições bibliotecárias, organismos internacionais e leis nacionais, o atual cenário de implantação de bibliotecas em estabelecimentos prisionais de forma universal e padronizada aproxima-se da ilusão ao invés da realidade. A discrepância entre os países é enorme.

Em notícia recente, a *International Prison News Digest* (2016, p. 14) informava sobre a implantação de um sistema de ponta – denominado *PrisonCloud* –, em uma penitenciária na Bélgica, com intuito de possibilitar aos presos a partir de suas celas: acessar a internet (sites restritos), realizar chamadas telefônicas, baixar filmes e músicas, solicitar livros, comunicar-se com a equipe do presídio, ter acesso aos seus registros judiciais; em resumo, o sistema “permite que os presos tenham acesso a oportunidades de educação e lazer, bem como faz a prisão funcionar eficientemente”.

Enquanto isso, no Brasil, mesmo possuindo dispositivo legal impondo a existência de biblioteca em estabelecimentos prisionais, a maioria desses locais não

possui acesso a material de leitura e aqueles que têm possivelmente o fazem sem o auxílio de um profissional e/ou em condições muito aquém das desejáveis.

2.3.2. Bibliotecas de estabelecimento prisional no Brasil

As Nações Unidas no cumprimento do seu papel de propagador da paz e defensor dos direitos humanos, adotou as regras mínimas para tratamento de prisioneiros em seu 1º Congresso sobre Prevenção do Crime e o Tratamento de Delinquentes (1955), sendo aprovadas por resoluções do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 1957 e 1977.

Reitera-se que este instrumento determinava – na 40ª regra – a implantação de uma biblioteca em cada estabelecimento penitenciário para o uso universal de reclusos, devidamente constituída com livros de lazer e instrução, devendo ser os presos incentivados a fazer pleno uso. Diversos países viriam a estabelecer, posteriormente, regras locais que regulamentariam a obrigatoriedade de implantação de bibliotecas em estabelecimentos do sistema prisional, como Reino Unido (1964), Itália (1975), Espanha (1979) e também o Brasil (1984) (JOHN, 2004).

Assim, através da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, ficava instituída a Lei de Execução Penal brasileira que, dentre os dispositivos relativos à assistência educacional, contemplava no Art. 21 que “em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma *biblioteca*, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. Complementarmente, consta no Art. 83, a determinação de que o estabelecimento “conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, *educação, trabalho, recreação* e prática esportiva” (BRASIL, 1984, online, grifo nosso).

Não obstante, dez anos depois, viria a ser publicada a Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 que estabeleceria as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil, tendo em vista a recomendação do Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas em Sessão ocorrida no mesmo ano. O Art. 41 desta Resolução dispõe que os estabelecimentos prisionais contarão com “biblioteca organizada com livros de conteúdo *informativo, educativo e recreativo*,

adequados à *formação cultural, profissional e espiritual* do preso” (BRASIL, 1994, online, grifo nosso).

Neste mesmo ano, o Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, publicou as diretrizes para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais, através da Resolução nº 16²⁴, de 12 de dezembro de 1994 – atualizada posteriormente em 2005 e 2011²⁵. Na versão vigente da norma, em 4 de 7 tipos²⁶ de estabelecimentos penais, indica-se a biblioteca como um dos programas de necessidade do módulo de ensino²⁷, sendo prevista no setor interno do estabelecimento (acesso exclusivo de presos e funcionários) com área mínima de 30 m². Neste módulo de ensino ainda constam mais 5 programas, cujas edificações podem ser compartilhadas desde que haja compatibilidade devidamente justificada, a saber: sala de aula²⁸, sala de informática²⁹, sala de encontros com a sociedade³⁰, sala de professores e instalação sanitária. Em análise ampla, tem-se que a identificação de área própria para a biblioteca frente aos demais serviços foi um avanço da recente Resolução, apesar de ter restringido a previsão de instalação em alguns estabelecimentos³¹.

²⁴ A norma indicava a necessidade de construção de 130 estabelecimentos penais para eliminar o déficit de aproximadamente 60 mil vagas à época. Dados disponíveis em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/resolucoes/resolucoes-arquivos-pdf-de-1980-a-2015/resolucao-no-16-de-12-de-dezembro-de-1994.pdf>.

²⁵ Resolução nº 03, de 23 de setembro de 2005 e Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011.

²⁶ De acordo com a Lei de Execução Penal brasileira, os estabelecimentos penais são tipificados como: a) penitenciárias; b) colônias agrícolas, industriais ou similares; c) centros de observação criminológica; d) hospitais de custódia e tratamento psiquiátricos; e) cadeias públicas; f) casa do albergado. A diretriz, por sua vez, ainda contempla como estabelecimento penal as centrais de penas e medidas alternativas, totalizando 7 tipos abarcados no documento. Destes, há previsão de existência de bibliotecas nos indicados em “a”, “b”, “c” e “e”. Ressalta-se que nos centros de observação criminológica (“c”), o programa da biblioteca é especificado mesmo não sendo considerada a existência do módulo de ensino nesses estabelecimentos (BRASIL, 2011).

²⁷ Este módulo se refere à área destinada às atividades de ensino (formal, informal e profissionalizante) e da comunidade com as pessoas presas (BRASIL, 2011).

²⁸ Prevista área equivalente a 1,5 m² por aluno, sendo dimensionada para atender a 100% da população carcerária em 03 turnos, devendo cada sala comportar até 30 alunos (BRASIL, 2011).

²⁹ Prevista área que atenda a 3% da população carcerária (BRASIL, 2011).

³⁰ Prevista exclusivamente para as penitenciárias, sendo obrigatória nas unidades com capacidade superior a 100 pessoas presas (BRASIL, 2011).

³¹ Na versão de 2005, dentre os 6 tipos de estabelecimentos penais abordados na norma, a biblioteca era prevista em 5 delas, apesar que em diferentes termos: a) nas cadeias públicas, penitenciárias e colônias agrícolas, havia previsão de área para biblioteca/sala de múltiplo uso (além das salas de aula) de no mínimo 60 m², destinada a presos e funcionários; b) nos hospitais de custódia, havia previsão de área para sala de reuniões/biblioteca de no mínimo 20 m², destinada a visitas, guarda externa e pessoal administrativo; c) nas casas de albergado, havia previsão de área para sala para biblioteca de no mínimo 9 m² para uso de presos e funcionários (BRASIL, 2005).

Dessa forma, evidencia-se que o tema encontra amparo legal inquestionável na legislação brasileira e em regulamentos internacionais. Entretanto, levantamentos de dados do sistema prisional brasileiro comprovam que se trata de uma previsão legal que está distante de “sair do papel”. Os desafios já se iniciam com a dificuldade de se avaliar no Brasil quão precário se encontra o atendimento do direito do preso a usufruir dos serviços bibliotecários.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) – órgão subordinado ao Ministério da Justiça – é responsável (dentre outras atribuições) por acompanhar a aplicação fidedigna das normas de execução penal e inspecionar/fiscalizar os estabelecimentos regularmente. Assim, no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, divulgado em 23/06/15, referente a junho/2014, tinha-se informações de 607.731 presos no território brasileiro, predominando jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda (BRASIL, 2015b). A possibilidade de realizar essas conclusões foi um marco para o censo do sistema penitenciário, visto que até aquele momento os resultados divulgados do DEPEN se restringiam substancialmente ao quantitativo de presos por regime (fechado, semiaberto, aberto, etc.) e de vagas por unidade da federação³².

O levantamento com referência de junho/2014 foi fruto de uma coleta de dados utilizando-se de nova metodologia com objetivo de melhor avaliar o sistema prisional brasileiro e, assim, subsidiar a elaboração e implantação de políticas públicas mais eficientes. Dessa maneira, dentre os questionamentos existentes no formulário³³ de coleta, aqueles relacionados direta ou indiretamente à biblioteca referiam-se a:

- Quantidade de salas de suporte à educação (sala de aula, informática, biblioteca, etc.);
- Quantidade de reclusos que trabalham em vagas disponibilizadas pela administração prisional como apoio ao próprio estabelecimento e;
- Número de pessoas matriculadas em programas de remição pelo estudo através da leitura;
- Número de pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura).

³² Relatórios entre 2000 e 2013 disponíveis em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-sinteticos>.

³³ Formulário disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/formulario-sobre-informacoes-prisionais.pdf>.

Em que pese o enorme avanço no detalhamento de informações obtido com a nova metodologia, os dados não podem ser utilizados como um retrato fiel do cenário brasileiro à época tendo em vista que o estado de São Paulo – responsável pela custódia de mais de 1/3 da população carcerária – não respondeu ao questionário, sendo incorporadas ao relatório apenas as informações de tipo do estabelecimento, número de vagas e população (obtidas através do portal da Secretaria de Administração Penitenciária do estado) (BRASIL, 2015b).

Ressalvada essa restrição sobre a completude dos dados do levantamento das informações prisionais com referência a jun./2014, tinha-se no momento a seguinte distribuição de bibliotecas e indicadores educacionais correlatos nas unidades da federação brasileira:

Tabela 1 – Indicadores do levantamento de informações do sistema prisional (junho/2014)

UF	Unidades com biblioteca		Unidades com sala de aula		Unidades com pessoas estudando	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	9	75%	10	83%	6	50%
AL	3	33%	5	56%	6	67%
AM	10	50%	16	80%	15	75%
AP	2	25%	2	25%	4	50%
BA	12	55%	19	86%	16	73%
CE	7	4%	61	39%	60	38%
DF	6	100%	6	100%	6	100%
ES	25	71%	30	86%	31	89%
GO	12	13%	42	44%	39	41%
MA	3	9%	16	50%	13	41%
MG	93	51%	102	55%	101	55%
MS	23	52%	23	52%	31	70%
MT	18	31%	36	61%	35	59%
PA	13	32%	23	56%	22	54%
PB	8	10%	24	31%	41	53%
PE	14	18%	31	40%	32	42%
PI	4	31%	10	77%	9	69%
PR	31	89%	31	89%	28	80%
RJ	1	2%	1	2%	30	60%
RN	4	13%	6	19%	14	44%
RO	10	20%	19	38%	31	62%
RR	2	40%	1	20%	4	80%
RS	60	63%	64	67%	54	56%
SC	23	50%	33	72%	31	67%
SE	4	50%	8	100%	7	88%
SP	NI	NI	NI	NI	NI	NI
TO	4	9%	13	30%	14	33%
Total	401	32%	632	50%	680	54%

Fonte: Elaborado a partir de dados de Brasil (2015b).

Assim, percebe-se que apenas 32% dos estabelecimentos detinham uma biblioteca, cenário que caminha de encontro às determinações legais expostas anteriormente. Além do baixo índice de bibliotecas, verifica-se ainda que a distribuição de unidades contempladas com esta instituição no território nacional é bastante heterogênea. Enquanto o Distrito Federal informa ter bibliotecas em todos os estabelecimentos e os estados do Espírito Santo (71%) e Paraná (89%) afirmam estar mais próximos de alcançar essa marca, tem-se que as informações prestadas pelos estados de Tocantins (9%), Maranhão (9%), Ceará (4%) e Rio de Janeiro (2%) demonstram o quanto há que se investir nesse aspecto dos estabelecimentos prisionais.

Extrapolando a análise para a atuação da biblioteca em complementaridade à assistência educacional obrigatória aos reclusos, percebe-se que há salas de aulas em metade das unidades, sendo que destas somente 63,44% contam com uma biblioteca. Outra constatação é que apenas 58,97% das unidades que informaram ter pessoas estudando podem oferecer aos reclusos esse importante instrumento de suporte à educação.

Com relação ao quantitativo de presos trabalhando nas bibliotecas existentes, não é possível fazer uma avaliação sobre esse indicador uma vez que o respondente do levantamento indica apenas o valor total de pessoas que trabalham em todas as funções de apoio à administração prisional: preparo de refeição, limpeza e capina, serviços de copa, confecção de uniformes, organização da biblioteca, entre outros.

Quanto ao número de pessoas matriculadas em programas de remição pelo estudo através da leitura³⁴, contabilizou-se 5.120 presos em todo o Brasil, ou seja, não representa nem 1% da população prisional. Por fim, quanto à participação em atividades educacionais complementares, houve o reporte de 2.198 presos. Não obstante este número quase irrelevante, não há informações qualitativas de modo a permitir uma avaliação sobre essas atividades que os presos estão envolvidos.

³⁴ “Por meio da Portaria Conjunta DEPEN/Corregedoria-Geral da Justiça Federal nº 276/2012, em consonância com a Lei Federal 12.433 de 2011, foi instituído o Projeto Remição Pela Leitura nas Penitenciárias Federais. Por meio do Projeto, os presos que participarem de atividades de leitura orientada podem obter a redução do tempo de pena. O custodiado pode ler um livro por mês, podendo reduzir quatro dias de pena, 48 dias no total de um ano, para cada leitura resenhada adequadamente. À luz dessa iniciativa, alguns estados, como o Paraná, adotaram programa análogo em suas unidades prisionais. Em estados onde essa atividade não é regulamentada pelo Poder Executivo, ademais, há casos de juízes da Vara de Execuções Penais que instituíram a prática em sua comarca por meio de decisão judicial” (BRASIL, 2015b, p. 126).

Os resultados desse levantamento em conjunto com dados auxiliares possibilitaram em artigo recente sobre a análise da atuação do profissional bibliotecário no sistema prisional brasileiro, constatar

[...] a precariedade do sistema prisional, o que não condiz com as recomendações dispostas nesses regulamentos nacionais e internacionais, sobretudo quanto à disponibilização de bibliotecas prisionais, dotada de infraestrutura e materiais adequados ao contexto, além de não possuírem a presença de profissional específico (bibliotecário) para gerenciá-las. (SANTA ANNA, ZANETTI, NASCIMENTO, 2015, p. 81).

Essa conclusão foi obtida sem ter em mãos os dados mais recentes do censo penitenciário disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 26 de abril de 2016, com referência a dezembro/2014.

Para grande surpresa (ou talvez frustração) o relatório não faz menção à estatística do quantitativo de bibliotecas bem como agrupa os quantitativos de pessoas em programas de remição por leitura, esporte e demais atividades complementares (videoteca, cultura e lazer). Essa versão mais “enxuta” do relatório, portanto, dificulta o esclarecimento da situação das prisões brasileiras que – conforme relatório - “são o retrato da violação de direitos das pessoas privadas de liberdade” (VITTO *apud* BRASIL, 2016a, p. 6).

Apesar da falta dessas informações no relatório oficial do levantamento, os dados consolidados coletados através do formulário de pesquisa são disponibilizados em planilha eletrônica no sítio do Ministério da Justiça e Cidadania. Assim, a partir de uma população carcerária de 622.202 pessoas e com déficit de 250.318 vagas, o Brasil (4º país do mundo em número absoluto de presos) finalizava o ano de 2014 com um sistema prisional caracterizado por (BRASIL, 2016b):

- 584.758 presos custodiados no sistema penitenciário;
- 19.487 analfabetos, 32.880 alfabetizados sem cursos regulares e 242.222 pessoas com ensino fundamental incompleto, representando no mínimo 50%³⁵ da população custodiada;
- 682 estabelecimentos sem pessoas estudando, representando 47% do total;

³⁵ Esse número pode ser ainda maior tendo em vista que 16,5% dos presos não foram classificados, pois 20% dos estabelecimentos não tem essa informação registrada sobre todos os custodiados e 27% não tem essa informação registradas para nenhum custodiado (BRASIL, 2016b).

- 64.068 pessoas matriculadas em atividades educacionais (subtraídas as envolvidas em programas de remição), representando 11%, sendo que destas 26.865 estudam e trabalham simultaneamente;
- 611 estabelecimentos com biblioteca, representando 43% do total³⁶. Existem estabelecimentos que comportam a biblioteca em mais de uma sala, totalizando no país 660 salas com essa finalidade;
- 172 presos passíveis de serem atendidos nas bibliotecas por turno;
- 4.587 pessoas matriculas em programa de remição pelo estudo através da leitura, demonstrando uma redução absoluta em torno de 11%;
- 5.751 pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura), representando aumento absoluto de 260%. Porém, em observância à população carcerária, o indicador ainda demonstra uma modesta ocorrência dessa modalidade de atividade (menos de 1%);
- 169 estabelecimentos com sala de informática (12% do total) com capacidade para atender 2.131 presos por turno e;
- 0 (zero) bibliotecários atuando no sistema prisional, exceto se estiverem sendo considerados no estrato profissional qualificado como “outros” que representa 3.806 de um total de 108.093 trabalhadores.

O acesso a esses tipos de dados permite ao poder público e à sociedade tomar conhecimento de aspectos da realidade carcerária brasileira para a tomada e/ou cobrança de ações, evidenciando o quão importante é o trabalho do DEPEN em engajar os gestores dos estabelecimentos prisionais a colaborarem com o preenchimento dos formulários de levantamento periodicamente.

Importante observar, contudo, que ambas versões do levantamento não contemplaram análise qualitativa ou mesmo quantitativamente das bibliotecas sobre espaço físico, acervo, serviços oferecidos e recursos humanos existentes, impedindo o conhecimento macro acerca da qualidade das bibliotecas existentes.

³⁶ Ressalta-se que não é possível mensurar o real crescimento em relação a junho/2014 visto que São Paulo não estava contabilizada na mensuração inicial. Nesse levantamento, informou-se a presença de 142 bibliotecas no estado de São Paulo, podendo ter ocorrido aumento em torno de 68 bibliotecas no país.

Além dessa carência por maior detalhamento de algumas perguntas na coleta de dados, tem-se necessidade de melhor conhecimento do que está sendo computado em alguns indicadores visto que algumas respostas podem estar suscetíveis a influência do entendimento subjetivo de cada gestor de estabelecimento prisional, como, por exemplo, os critérios que validam a existência de uma biblioteca.

Certamente, com o aprimoramento das informações coletadas e, a consequente elaboração de políticas públicas apropriadas será possível alcançar o objetivo do relatório de “permitir os avanços de um projeto de redução da exclusão e desigualdade até mesmo nos espaços mais distantes, invisíveis e pouco compreendidos como o cárcere” (VITTO, 2016 *apud* BRASIL, 2016a, p. 8).

2.4. Ministério Público brasileiro e a promoção da biblioteca no contexto do sistema prisional

Há registros de fiscalização da lei e de promoção de acusação criminal como atuação de promotores de justiça desde o período colonial brasileiro. Porém somente no Império, em 1832, ter-se-ia o início das ações do Ministério Público (MP) de forma mais sistematizada. A sua consolidação como instituição, por sua vez, seria resultante do desenvolvimento do estado e da democracia brasileira ao longo da República, sendo sua atuação inicialmente criminal complementada e ampliada com outras funções, especialmente cíveis, destacando-se a tutela dos interesses difusos e coletivos. (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, [201-]).

Atualmente, cabe ao Ministério Público brasileiro a função de defender os direitos sociais e individuais indisponíveis, a ordem jurídica e o regime democrático. Não obstante, nesses termos, a fiscalização do cumprimento da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.120/84) já ser escopo de atuação do Ministério Público, evidencia-se como estratégica a participação da instituição, no contexto do sistema prisional, a partir da menção explícita das atribuições do Ministério Público em capítulo próprio da referida Lei (BRASIL, 1984).

Dessa forma, atendendo ao disposto no Art. 68 da Lei de Execução Penal com regulamentação na Resolução CNMP nº 56/2010, o Ministério Público realiza inspeções periódicas aos estabelecimentos penais a fim de identificar distorções da

ordem jurídica e dos direitos humanos e, assim, subsidiar a tomada e o acompanhamento de ações, caso necessárias. Trata-se de um trabalho conjunto de Promotores de Justiça e Procuradores da República de todo território nacional com atribuição de realizar visitas aos estabelecimentos do sistema prisional sob sua responsabilidade, contemplando emissão de relatórios a serem encaminhados aos respectivos corregedores geral. E esse exímio trabalho colaborativo, por sua vez, tem propiciado uma atuação abrangente do órgão, conforme demonstram as estatísticas mais recentes de inspeções aos estabelecimentos prisionais pelos diversos órgãos públicos competentes (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade de estabelecimentos prisionais inspecionados por órgão

Estabelecimentos que receberam visita de inspeção por órgão inspecionador	Quantidade	Porcentagem
Ministério Público	1086	76%
Judiciário	967	67%
Defensoria Pública	682	47%
Conselho da Comunidade	336	23%
Outro(s)	109	8%
Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária/ Conselho Penitenciário	106	7%
Ouvidoria do sistema prisional - estadual ou nacional	78	5%
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP	43	3%

Fonte: BRASIL (2016b).

No ano de 2010, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – órgão competente por emanar atos regulamentares (no âmbito de competência do MP) e recomendar providências – criou regras a fim de padronizar essas inspeções realizadas pelos membros do Ministério Público, conforme Resolução CNMP nº 56 de 22 de junho de 2010 com alteração pela Resolução CNMP nº 80, de 2011. Assim, o registro das visitas periódicas devia ser guiado pelos questionamentos do formulário padrão mensal, enquanto que, no mês de março, cabia ao membro do MP realizar um levantamento mais aprofundado, utilizando para tanto o formulário de inspeção padrão anual.

Importantes aspectos são analisados nesses formulários, dentre eles: instalações físicas, recursos humanos, capacidade e ocupação do estabelecimento, perfil da população carcerária, prestação de assistência, trabalho, disciplina e observância dos direitos dos presos/internados, sem prejuízo de quaisquer outras

informações que o membro julgue relevantes (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Conforme disposto pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2013), a normalização do levantamento aliada à implantação de sistema automatizado para recepção dos dados constantes nos formulários (mensal e anual) possibilitou divulgar em 2013 inédito trabalho contendo informações detalhadas sobre a realidade do sistema prisional brasileiro. Esse diagnóstico intitulado “A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro” – elaborado pela Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP – mostrava uma realidade nada animadora sobre o sistema prisional que seria confirmada com os relatórios do Ministério da Justiça anos depois.

Com este relatório, espera o Conselho Nacional do Ministério Público colaborar para a reafirmação dos ideais constitucionais de uma sociedade justa e solidária, estimulando os membros do Ministério Público a se engajar cada vez mais na diuturna luta para que a aplicação da pena privativa de liberdade se dê estritamente nos termos da lei e da Constituição, preservando-se a dignidade humana dos presos, tudo isso, sem dúvida, revertendo em benefício de toda a coletividade. (BONSAGLIA, 2013 *apud* CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013, p. 26).

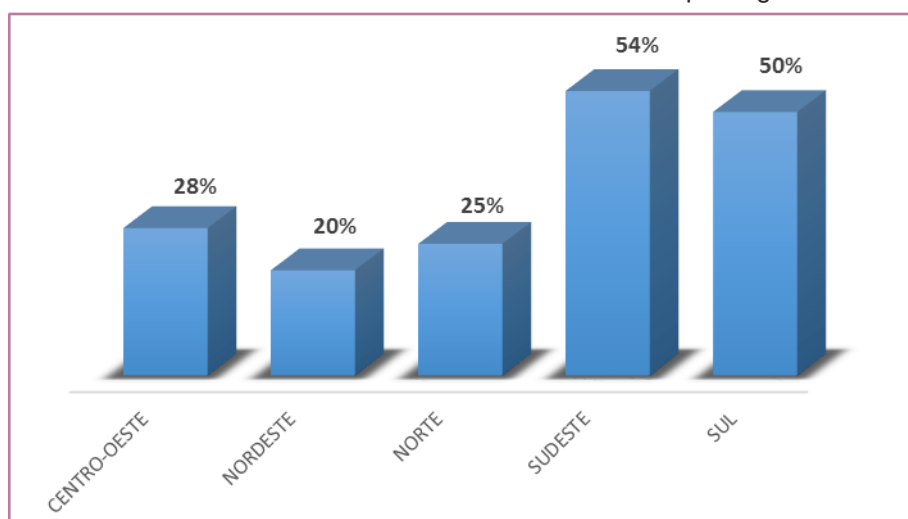
Interessa a esse trabalho, por sua vez, centrar atenção aos questionamentos relativos às bibliotecas e atuação correlata. Assim, na versão dos formulários à época, registrava-se mensalmente informações acerca da existência de biblioteca (s/n), existência de atividades de cultura e lazer (s/n), quantidade de presos matriculados na assistência educacional, local para realização de estágio universitário (s/n) e se havia a garantia do preso acessar meios de informação (s/n). Quanto ao relatório anual, acrescentava-se a possibilidade de captar dados sobre a participação de presos em cursos ministrados (s/n), quantidade de exemplares na biblioteca, descrição do acervo e se havia garantia do livre acesso à leitura para todos os presos (s/n).

Tendo em vista que o relatório não apresentava informações, sejam quantitativas ou qualitativas, acerca das repostas sobre o acervo, acredita-se ser pertinente citar o resultado de dois indicadores constantes no documento: quantidade de bibliotecas de estabelecimentos prisionais e garantia de acesso a informação. Em que pese já terem sido mostradas informações mais recentes sobre o indicador do percentual de bibliotecas, tem-se que o relatório disponibilizado pelo CNMP em 2013

continha 162 estabelecimentos prisionais respondentes a mais que o relatório com referência de dezembro/14 do DEPEN.

A partir do levantamento do Ministério Público (Gráfico 1), tinha-se que, em 2013, apenas 39,42% dos estabelecimentos do sistema prisional detinham biblioteca, predominando a ocorrência nas regiões sudeste e sul do país. Esse resultado alerta para limitações de análise comparativa direta com o censo do DEPEN visto que esse reporta a existência de 43% de estabelecimentos com bibliotecas e a diferença absoluta entre os levantamentos contabiliza apenas 19 bibliotecas.

Gráfico 1 - Percentual de bibliotecas em estabelecimentos por região em 2013 (CNMP)



Fonte: Elaboração própria com dados de Conselho Nacional do Ministério Público (2013).

Quanto ao indicador de garantia de acesso a meios de informação³⁷, trata-se de mensuração de extrema importância posto que, no inciso XV do Art. 41 da Lei de Execução Penal, elenca-se como direito do preso: proximidade com o mundo exterior através de correspondência escrita, leitura bem como outros meios de informação que não prejudiquem a moral e os bons costumes (BRASIL, 1984).

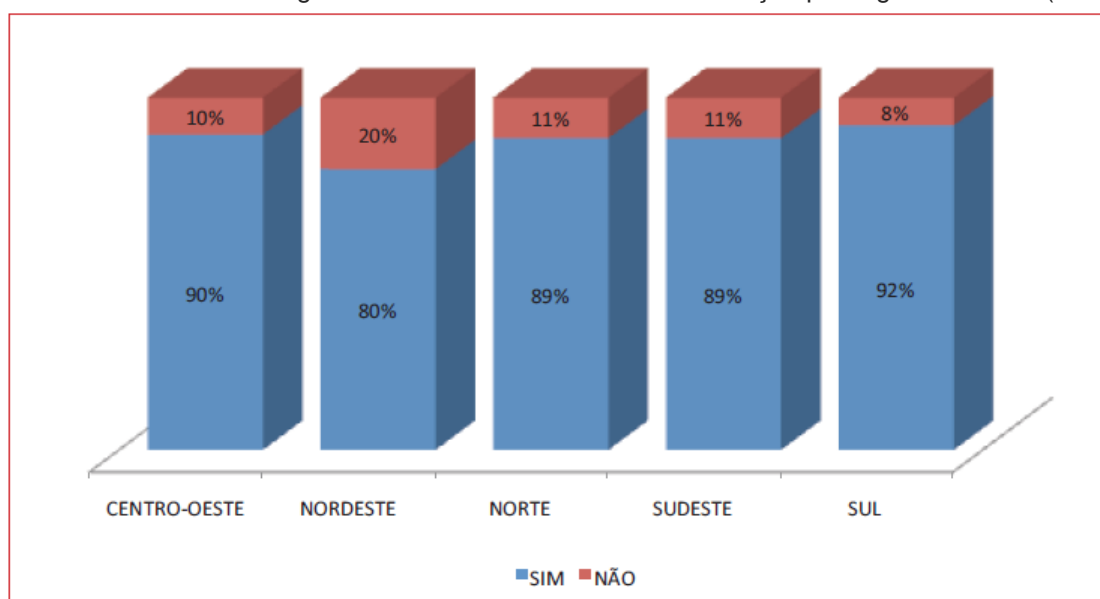
Constata-se que em todo Brasil há restrições quanto ao atendimento desse direito (Gráfico 2), sendo que há região em que a falta de acesso a qualquer meio de informação chega ao patamar de 20% da população prisional local.

Apesar do aparente resultado “satisfatório” de algumas regiões, atenta-se para o fato de que não há insumos disponíveis para avaliar o que efetivamente significa ter

³⁷ O formulário de inspeção anual à época continha, na seção “Diversos”, a questão (s/n): “É garantido o acesso a meios de informação?”, sendo possível ainda complementar informações em campo específico. No relatório do Ministério Público, entretanto, há menção apenas à resposta objetiva.

acesso a informação ou, ainda, a qualidade e pertinência da informação sendo ofertada em relação às efetivas necessidades educacionais e pessoais do indivíduo encarcerado. Ainda, como infelizmente não foi publicado o resultado relativo à pergunta sobre livre acesso à leitura a todos os presos, não se pode ter uma noção da representatividade de uso dos suportes informacionais tradicionais no acesso à informação.

Gráfico 2 - Percentual de garantia do acesso a meios de informação por região em 2013 (CNMP)



Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público (2013, p. 113).

Atualmente, as inspeções são realizadas 4 vezes ao ano: março (anual) e junho/setembro/dezembro (trimestrais), conforme determinação da Resolução CNMP nº 120/2015, sem prejuízo das visitas mensais determinadas na Lei de Execução Penal.

Além disso, houve recente alteração dos documentos de apoio, produto da criação de um Grupo de Trabalho (Portaria CNMP-PRESI nº 229, de 15 de dezembro de 2014) destinado a readequar os formulários de inspeção das unidades prisionais. A análise dos novos formulários³⁸ permitiu verificar algumas mudanças:

³⁸ Os atuais formulários de inspeção trimestral e anual do Ministério Público estão disponíveis em: http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/sistema-prisional/448-acoes/6688-formularios-de-inspecao-ao-estabelecimento-prisional-anual-e-trimestral

- Aos questionamentos sobre a existência da biblioteca, livre acesso à leitura a todos os presos e desenvolvimento de atividades culturais e de lazer, são possíveis 3 opções de respostas: sim, não e insuficiente.
- A supressão do campo de quantificação de exemplares da biblioteca;
- A supressão do campo de descrição sobre o acervo da biblioteca;

O conhecimento da evolução desses procedimentos adotados pelo Ministério Público brasileiro para identificar e consolidar sistematicamente informações dos estabelecimentos prisionais durante as visitas de inspeção permite compreender os avanços que esta importante instituição tem atingido, especialmente quanto à garantia dos direitos humanos dos reclusos. Os benefícios colhidos pela coleta periódica de informações para subsídio às ações do Ministério Público eram assim resumidos pelo Presidente do CNMP quando do início desse processo sistematizado:

Dessa forma, saberá o Ministério Público onde e como agir, por meio do diálogo, da celebração de acordos e de parcerias com o Poder Público e, finalmente, por meio da propositura de ações para garantir o respeito efetivo aos direitos humanos no cumprimento das penas. Saberá a sociedade, por outro lado, que a nossa Instituição permanece a defender não apenas a ordem jurídica em abstrato, mas aquilo que constitui seu objetivo último, ou seja, o respeito aos interesses sociais e individuais indisponíveis, sem jamais descuidar da dignidade humana. (SANTOS, 2013 *apud* CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013, p. 23).

Um grande exemplo da ação do Ministério Público brasileiro em parceria com o Poder Público foi o lançamento do Programa Segurança sem Violência iniciado em janeiro de 2014 com intuito de mobilizar ações conjuntas de melhoria no sistema prisional brasileiro. Trata-se de projeto de iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com demais signatários: Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça com ações previstas de curto, médio e longo prazo de execução.

Dentre as sete diretrizes do Programa a serem implementadas através da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal (ENASEP), enumera-se as ações que guardam relação direta à discussão deste trabalho, ou seja, aquelas relativas à diretriz “Mecanismos de reintegração social das pessoas privadas de liberdade e egressos + mobilização da sociedade civil na ressocialização dos presos” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2014):

- Ação 2.5: Ampliar o acesso à Educação no âmbito do Sistema Prisional;
- Ação 2.11: Criação de indicadores de qualidade de integração entre o presídio, comunidade, família do preso, reintegração do egresso, com estímulo e recompensas às boas práticas;
- Ação 2.12: Fomento à construção e ampliação de espaços educacionais nas unidades prisionais.

Nessa ótica de contínuo avanço demonstrado pelo Ministério Público na fiscalização e defesa de um sistema prisional que promova a ressocialização do apenado amparada pela lei, contata-se que informações especializadas se fazem cada vez mais necessárias a fim de respaldar o progresso da sua atuação.

Exemplo desse cenário é o dispositivo da Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015, que altera a Lei de Execução Penal e solicita que se apure, no censo penitenciário, a existência da biblioteca nos estabelecimentos penais e as condições do respectivo acervo bem como outros dados relevantes para o aprimoramento educacional dos presos (BRASIL, 1984). O advento dessa nova determinação demanda automaticamente dos órgãos fiscalizadores a validação de seu cumprimento e, para tanto, exige a coleta de informações específicas que permitam respaldar tal avaliação.

Assim, tem-se que os formulários de inspeção se apresentam como ferramentas dinâmicas passíveis de se adequarem à necessidade informacional do Ministério Público frente à realidade do momento a ser reformada. E, não menos importante, o resultado informacional detalhado trazido pela implementação das inspeções nos casos concretos serve igualmente de insumo para a população acompanhar, validar e apoiar a atuação desta instituição na garantia do direito universal de acesso à informação no território nacional.

Nesse sentido, este estudo se apresenta oportuno para subsidiar tecnicamente o Ministério Público brasileiro na averiguação do cumprimento da Lei de Execução Penal no que concerne a implantação de bibliotecas nos estabelecimentos prisionais. Isso porque padronizar a percepção da “biblioteca de estabelecimento prisional”, através de um instrumento com critérios objetivos e aplicáveis ao cenário brasileiro, promoverá um diagnóstico mais preciso da situação das bibliotecas do sistema penitenciários no Brasil bem como permitirá um enfrentamento de sua deficiência com base em parâmetros factíveis a serem colocados como metas a serem alcançadas.

3. METODOLOGIA

Este capítulo compreende a delimitação do estudo bem como a caracterização dos instrumentos e meios utilizados para a consecução da pesquisa, ou seja, os aspectos metodológicos. Segundo Demo (2013, p. 19), a metodologia se preocupa com as “[...] formas de fazer ciência”, lançando mão “[...] dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos” necessários de serem implementados a fim de cumprir o estudo teórico e/ou prático da realidade.

3.1. Delimitação do estudo

A partir do referencial teórico apresentado, constata-se que uma biblioteca que desempenhe as funções técnicas e, principalmente, as sociais a ela atribuídas possui um papel estratégico dentro do processo de desenvolvimento da sociedade. E, ainda mais, evidencia-se como peça-chave para a inclusão social de indivíduos marginalizados do direito de acesso à informação – insumo essencial para a transformação e aprimoramento da mente humana e convívio em comunidade.

A participação da biblioteca nesse processo se demonstra ainda mais vital quando se tratam de indivíduos já em situação de outras restrições, particularmente a privação de liberdade vivenciada por pessoas condenadas à prisão.

Nesse contexto que o Ministério Público Brasileiro realiza importante trabalho na fiscalização do cumprimento da Lei de Execução Penal e da Resolução sobre as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil, a partir da qual se determina a existência de bibliotecas em todos os estabelecimentos prisionais brasileiros. Tem-se, assim, que sua atuação é pautada em informações coletadas a partir de questionários padronizados que incluem itens a respeito da biblioteca do estabelecimento, como a própria indicação de sua existência ou não.

Dessa forma, verificado tratem-se de questionários dinâmicos que são reformulados para melhor atender à atuação do órgão frente ao objeto sendo analisado e à luz de orientações e diretrizes sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais emanadas por organismos profissionais de biblioteconomia, observou-se a oportunidade de propor um instrumento técnico auxiliar que sustente objetiva e sistematicamente a qualificação dessa instituição no sistema prisional brasileiro.

3.2. Caracterização da pesquisa

Considerando o problema em análise e os objetivos propostos, a natureza da presente pesquisa é qualitativa. Denzin e Lincoln (2005a *apud* Flick, 2009, p. 16) a definem como “[...] uma atividade situada que posiciona o observador no mundo [de forma que] consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível [...] e envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo”.

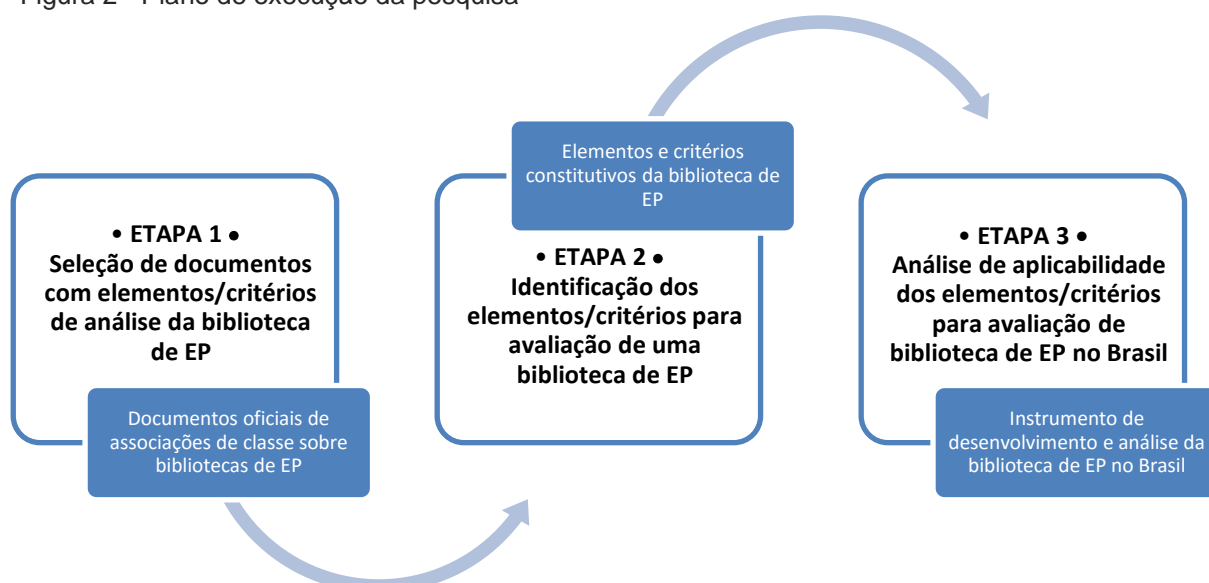
Flick (2009, p. 21), por sua vez, pondera que compete à pesquisa qualitativa, além de produzir conhecimento ou inovar cientificamente, transformar um objeto em estudo ou “[...] produzir conhecimento relevante em termos práticos, ou seja, produzir ou promover soluções para problemas concretos”. Nessa perspectiva se encaixa a proposta deste trabalho que tem como objetivo desenvolver um instrumento técnico que possibilite uma avaliação objetiva das bibliotecas de estabelecimentos prisionais (EP) brasileiros pelo poder público.

Assim, o planejamento da pesquisa foi elaborado em três etapas, sendo a execução de cada uma diretamente relacionada ao cumprimento de um objetivo específico elencado para este trabalho:

- Etapa 1 ≡ Objetivo Específico 1: selecionar documentos que apresentam critérios ou elementos de análise para bibliotecas no contexto do sistema prisional;
- Etapa 2 ≡ Objetivo Específico 2: identificar os elementos para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional.
- Etapa 3 ≡ Objetivo Específico 3: analisar a aplicabilidade dos elementos para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional para a realidade brasileira.

Para fins de compreensão macro do fluxo de trabalho e produtos gerados nessas etapas, apresenta-se o diagrama simplificado a seguir:

Figura 2 - Plano de execução da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

3.3. Procedimentos metodológicos

As características e procedimentos metodológicos utilizados são descritos por etapa nos tópicos seguintes bem como encontram-se sistematizados em quadro próprio ao final deste capítulo (Quadro 7).

1. *Etapa 1:* Selecionar documentos que apresentam critérios ou elementos de análise para bibliotecas no contexto do sistema prisional

Durante o processo de elaboração da revisão de literatura, o levantamento bibliográfico contemplou pesquisas prioritariamente na base do Google Scholar, nas bases de periódicos, monografias/dissertações/teses e diretórios disponibilizados através da rede da Universidade de Brasília, nos sítios do governo e nos sítios de organismos internacionais. Dentre os recursos informacionais utilizados, constam: livros, artigos de periódicos, monografias, dissertações, legislação, documentos, relatórios oficiais e reportagens.

Tem-se que alguns desses recursos informacionais, por guardar relação direta com o tema de bibliotecas de estabelecimentos prisionais, faziam referência a documentos oficiais de associações de classe da área de Biblioteconomia que abordavam os elementos para a constituição de bibliotecas em presídios. Tendo em

vista a importância dessas instituições por seu vasto e especializado conhecimento na área biblioteconômica bem como seu engajamento pela democratização e universalização do direito ao acesso à informação, tem-se que o universo desta etapa foi definido pelo conjunto de documentos oficiais acerca de elementos e critérios de bibliotecas de estabelecimento prisionais publicados por essas instituições de classe.

Assim, conjuntamente aos dados levantados durante a revisão bibliográfica, realizou-se pesquisa documental posterior a fim de consolidar o universo de documentos sobre o assunto. Segundo Fernandes e Gomes (2003), a pesquisa documental se refere ao procedimento a ser executado no processo da pesquisa, guardando similaridade com a pesquisa bibliográfica como instrumento de apoio, porém diferindo dessa pela natureza das fontes utilizadas que podem ainda compreender documentos que não receberam tratamento analítico.

Como resultado dessa pesquisa documental, verificou-se um conjunto de 18 documentos acerca de diretrizes de bibliotecas de estabelecimentos prisionais publicados e/ou patrocinados por associações bibliotecárias, conforme identificados no Quadro 3.

Quadro 3 - Documentos de associações de classe sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais

Associação de Classe	Título do documento	Ano	Edição
American Association of Law Libraries (AALA)	<i>Manual for prison law libraries</i>	1976	1ª
	<i>Werner's manual for prison law libraries</i>	1990	2ª
	<i>Correctional facilities law libraries: An A to Z resource guide</i>	1991	1ª
	<i>Recommended collections for prison and other institution law libraries</i>	1996	1ª rev.
	<i>Werner's manual for prison law libraries</i>	2004	3ª
American Library Association: Association of Specialized and Cooperative Library Agencies (ALA/ASCLA)	<i>Objectives and standards for libraries in adult prisons and reformatories</i>	1950	1ª
	<i>Objectives and standards for libraries in correctional institutions</i>	1967	1ª
	<i>Library standards for adult correctional institutions</i>	1981	1ª
	<i>Library standards for adult correctional institutions</i>	1992	1ª rev.
	<i>Library standards for juvenile correctional institutions</i>	1999	1ª
Library Association (LA)	<i>Guidelines for prison libraries</i>	1981	1ª
	<i>Guidelines for prison libraries</i>	1997	2ª
International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)	<i>Guidelines for library services to prisoners</i>	1992	1ª
	<i>Guidelines for library services to prisoners</i>	1995	2ª
	<i>Guidelines for library services to prisoners</i>	2005	3ª

Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes (COBD)	<i>Directrices para las bibliotecas de prisión de Cataluña</i>	2007	1ª
Australian Library and Information Association (ALIA)	<i>Australian prison libraries: minimum standard guidelines</i>	1990	1ª
	<i>Australian prison libraries: minimum standard guidelines</i>	2015	1ª rev.

Fonte: elaboração própria.

A partir do conhecimento do universo, uma análise descritiva foi realizada com intuito de definir a pertinência desses documentos quanto a:

- Limitação de aplicação → diz respeito à possibilidade ou conveniência de amplo uso das diretrizes de um documento. Isso porque o documento pode estar atrelado às especificidades da região a qual originalmente se destina em tal nível que inviabilize ou não faça sentido sua implementação em local diverso;
- Atualidade → guarda relação com a data de publicação do material, sendo a continuidade da pertinência de um documento antigo confirmada quando verificado o seu uso como referencial teórico de normas recentes correlatas;
- Disponibilidade da íntegra → trata da possibilidade de se obter exemplar do documento de forma gratuita.

Assim, a partir desses critérios, a amostra selecionada para este trabalho é apresentada no Quadro 4:

Quadro 4 – Análise para seleção dos documentos de associações de classe sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais

Classe/Título do documento		Compõe amostra?	Motivação
ALA	<i>Recommended collections for prison and other institution law libraries</i>	Não	Critério de limitação de aplicação: documentos tratam de uma realidade específica dos Estados Unidos uma vez entendido que prover biblioteca especializada em direito nos presídios é uma forma de cumprir o direito de acesso à justiça postulado pela legislação local. De acordo com a <i>American Library Association</i> (1992), essas bibliotecas especializadas devem ser criadas como estruturas distintas à biblioteca destinada ao uso comum dos presos e, devendo
	<i>Werner's manual for prison law libraries</i> (1976, 1990, 2004)		
	<i>Correctional facilities law libraries: An A to Z resource guide</i>		

			estar em conformidade com as diretrizes vigentes da AALA.
ALA/ASCLA	<i>Objectives and standards for libraries in adult prisons and reformatories</i>	Não	Critério de atualidade: os documentos se referem à primeira versão e posteriores aprimoramentos, sendo o documento de 1992 a versão vigente ³⁹ .
	<i>Objectives and standards for libraries in correctional institutions</i>		
	<i>Library standards for adult correctional institutions (1981)</i>		
	<i>Library standards for adult correctional institutions (1992)</i>	Sim	<p>Critério de limitação de aplicação: documento elaborado a partir de pesquisa da realidade e legislações de bibliotecas prisionais;</p> <p>Critério de atualidade: versão mais atual proposta por um dos países pioneiros quanto à implantação de serviços bibliotecários em prisões. Foi utilizado como referência para a elaboração das diretrizes da IFLA (2005), COBD (2007) e ALIA (2015);</p> <p>Critério de disponibilidade da íntegra: documento eletrônico encontrado na rede mundial de computadores.</p>
	<i>Library standards for juvenile correctional institutions</i>	Não	Critério de disponibilidade da íntegra: documento não disponível gratuitamente.
LA	<i>Guidelines for prison libraries (1981, 1997)</i>	Não	Critério de disponibilidade da íntegra: documento não disponível gratuitamente.
IFLA	<i>Guidelines for library services to prisoners (1992, 1995)</i>	Não	Critério de atualidade: os documentos se referem à primeira versão e posteriores aprimoramentos, sendo o documento de 2005 a versão vigente
	<i>Guidelines for library services to prisoners (2005)</i>	Sim	<p>Critério de limitação de aplicação: documento elaborado a partir de pesquisa da realidade e legislações de bibliotecas prisionais existentes em diversos países no mundo, provendo um modelo mínimo universal⁴⁰;</p> <p>Critério de atualidade: documento utilizado como referência nas diretrizes criadas posteriormente à sua elaboração;</p> <p>Critério de disponibilidade da íntegra: documento eletrônico disponibilizado gratuitamente.</p>

³⁹ Conforme prefácio do documento da *American Library Association* (1992).

⁴⁰ Procedimentos de elaboração do documento disponíveis em:
http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/aw/2003/ifla/vortraege/iv/ifla69/papers/175-E_Lehmann.pdf.

COBD	<i>Directrices para las bibliotecas de prisión de Cataluña</i>	Sim	<p>Critério de limitação de aplicação: Apesar do documento ter sido customizado para atender uma pequena região, trata-se de uma proposta baseada no modelo da IFLA que buscou definir diretrizes factíveis de serem executadas visto a deficiente estrutura local⁴¹.</p> <p>Critério de atualidade: documento publicado há 9 anos;</p> <p>Critério de disponibilidade da íntegra: documento eletrônico disponibilizado gratuitamente.</p>
ALIA	<i>Australian prison libraries: minimum standard guidelines</i> (1990)	Não	<p>Critério de atualidade: o documento é a primeira versão, sendo a recente diretriz de 2015 a versão vigente.</p>
	<i>Australian prison libraries: minimum standard guidelines</i> (2015)	Sim	<p>Critério de limitação de aplicação: documento elaborado em atenção às diretrizes gerais da IFLA, sendo adaptada para uma realidade de abrangência nacional, abarcando assim diferentes estruturas de estabelecimentos prisionais;</p> <p>Critério de atualidade: documento publicado há apenas 6 meses;</p> <p>Critério de disponibilidade da íntegra: documento eletrônico disponibilizado gratuitamente.</p>

Fonte: elaboração própria.

2. *Etapa 2:* Identificar os elementos para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional

Essa fase compreendeu uma pesquisa de levantamento dos elementos e critérios que constituem uma biblioteca de estabelecimento prisional a partir dos documentos selecionados na etapa anterior. Para Creswell (2009, p. 271), uma pesquisa de levantamento é “[...] uma descrição quantitativa ou numérica das tendências, atitudes ou das opiniões de uma população, estudando a amostra dessa população”.

⁴¹ Essa qualificação como deficiente é exposta em documento que explica como essa diretriz foi elaborada. Importante mencionar, entretanto, que em alguns aspectos a estrutura das instituições são avançadas como, por exemplo, no fato de toda biblioteca de estabelecimento prisional local ser gerida por um profissional bibliotecário. Informações disponíveis em: <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/55506/1/549635.pdf>.

Assim, realizou-se um primeiro levantamento sobre o escopo, propósito e restrições de cada um dos documentos selecionados a fim de confirmar a comparabilidade entre suas diretrizes.

Posteriormente, com intuito de facilitar a compreensão dos dados levantados nos diferentes documentos, realizou-se a confecção de uma ficha (Quadro 5) para que tão logo os materiais fossem sendo analisados e os elementos/critérios identificados, estes pudessem ser descritos e consolidados por semelhança de assunto. Para tanto, fez-se necessária a delimitação de áreas-chave para o agrupamento dos elementos, sendo, preliminarmente, escolhidas 9 categorias macro de classificação em correspondência às divisões temáticas constantes no guia da IFLA – diretriz basilar de 50% dos documentos da amostra. Ressalta-se, contudo, que essa definição inicial não restringiria o acréscimo e/ou alteração na denominação das áreas-chave ao longo da análise, caso assim se julgasse necessário.

Quadro 5 - Ficha de identificação dos elementos e critérios de uma biblioteca de estabelecimento prisional

Categoria	Elemento	Critério IFLA	Critério ALIA	Critério ALA
1. Administração				
2. Acesso				
3. Instalação física/equipamentos				
4. Tecnologia da Informação				
5. Equipe				
6. Orçamento				
7. Coleção				
8. Serviços e Programas				
9. Comunicação e Marketing				

Fonte: Elaboração própria.

Para fins de controle, o levantamento dos elementos nos documentos foi realizado respeitando a ordem das associações identificadas nas colunas da tabela.

3. *Etapa 3: Analisar a aplicabilidade dos elementos para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional para a realidade brasileira*

Essa fase do estudo teve como finalidade realizar uma análise crítica sobre os elementos/critérios identificados nos guias das associações bibliotecárias elencados para investigação.

A reflexão buscou adequar cada elemento identificado à realidade das bibliotecas do sistema prisional brasileiro pautada em literatura correlata apresentada ao longo da discussão dos dados, ponderando-se, assim, sobre a obrigatoriedade ou não do elemento (e respectivos critérios) como requisito de identificação da instituição como tal no Brasil.

Similarmente à etapa 2, construiu-se uma ficha de acompanhamento da análise de modo a colaborar para a apresentação de cada elemento e respectiva sugestão de critérios aplicáveis ao contexto brasileiro (Quadro 6).

Quadro 6 - Ficha de análise da aplicabilidade dos elementos/critérios nas bibliotecas de estabelecimento prisional do Brasil

Critérios		Resultado
Elemento		● ou ○
		● ou ○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

O detalhamento dos procedimentos e estratégias utilizados para investigação deste estudo foi sintetizado, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 - Metodologia da pesquisa

Objetivo específico	Universo	Amostra	Fonte	Técnica de coleta	Técnica de análise
1. Selecionar documentos que apresentam elementos ou critérios de análise para bibliotecas no contexto do sistema prisional;	Documentos oficiais de associações de classe sobre a constituição de bibliotecas em presídios	Documento da ALA, IFLA, ALIA e COBD	Google Scholar e literatura acadêmica sobre o tema	Pesquisa documental	Análise descritiva
2. Identificar os elementos e critérios para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional.	Documentos selecionados (ALA, IFLA e ALIA)			Pesquisa de levantamento	Análise descritiva
3. Analisar a aplicabilidade dos elementos e critérios para avaliação da biblioteca no contexto do sistema prisional para a realidade brasileira.	Elementos/Critérios identificados nas fases anteriores		Documentos selecionados	-	Análise crítica

Fonte: Elaboração própria.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

Conforme apresentado na seção de metodologia, o primeiro objetivo específico deste trabalho foi alcançado uma vez definido o conjunto de documentos que seriam alvo de análise para o levantamento de elementos e critérios das bibliotecas no contexto do sistema prisional, sendo o conhecimento desses documentos ora reiterados:

- IFLA – *Guidelines for library services to prisoners*;
- ALA – *Library standards for adult correctional institutions*;
- ALIA – *Australian prison libraries: minimum standard guidelines*;
- COBD – *Directrices para las bibliotecas de prisión de Cataluña*.

Assim, com intuito de cumprir o segundo objetivo específico, inicialmente três aspectos importantes de cada diretriz – escopo, propósito e restrição – foram identificados a partir dos relatos introdutórios de cada documento (Quadro 8). Esse procedimento visava garantir que se tratavam de diretrizes passíveis de serem comparadas ou, ainda, indicar possíveis limitações de análise.

Quadro 8 - Aspectos de escopo, propósito e restrição dos documentos de análise

IFLA – <i>Guidelines for library services to prisoners</i> (LEHMANN; LOCKE, 2005)	
Escopo	Aplicável a todas as instituições de reclusão (prisões, cadeias, centros de detenção, etc.), sejam elas para adultos ou jovens.
Propósito	– Ferramenta para planejamento, implementação e avaliação de serviços bibliotecários em prisões; – Modelo para elaboração de guias nacionais de bibliotecas de EP; – Ser referência quanto ao nível mínimo aceitável para os serviços bibliotecários;
Restrição	Apropriada a instituições cuja população carcerária seja igual ou superior a 50 indivíduos.
ALIA – <i>Australian prison libraries: minimum standard guidelines</i> (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015)	
Escopo	Aplicável a prisões, definidas como instituições tanto públicas quanto privadas que compreendem, dentre assemelhadas, às cadeias, centros de detenção preventiva (inclusive centros de detenção periódica, de imigração e juvenis), centros correccionais, hospitais forenses.
Propósito	Diretriz para o estabelecimento, operacionalização e avaliação de serviços bibliotecários nas prisões da Austrália.
Restrição	Apropriada a instituições cuja população carcerária seja igual ou superior a 25 indivíduos.
ALA – <i>Library standards for adult correctional institutions</i> (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992)	
Escopo	Aplicável em instituições correccionais para adultos estaduais e federais, sendo normalmente conhecidas como prisões, penitenciárias, centros de classificação e recepção, instituições correccionais, centros de tratamento, entre outros.

Propósito	– Ferramenta para planejamento, implementação e avaliação de serviços bibliotecários gerais em instituições correcionais para adultos. – Guia de definição do nível aceitável de serviço bibliotecário.
Restrição	Apropriada a instituições cuja população carcerária seja igual ou superior a 300 indivíduos. Não atendem a instituições privativas de liberdade utilizadas durante a fase de pré-julgamento ou outras instituições geridas por governos locais como cadeias e centros de detenção.
COBD – Directrices para las bibliotecas de prisión de Cataluña (NAVARRA; DUESA, 2007)	
Escopo	Aplicável em centros penitenciários da Cataluña.
Propósito	Guia para planejamento de novas bibliotecas em estabelecimentos prisionais da Cataluña e avaliação/melhoria das bibliotecas existentes.
Restrição	Não há menção.

Fonte: elaboração própria com dados de Lehmann e Locke (2005), *Australian Library And Information Association* (2015), *American Library Association* (1992), Navarra e Duesa, (2007).

A partir dos dados apresentados, verifica-se grande compatibilidade dos 3 aspectos entre as diretrizes da IFLA e ALIA, constatação essa até já esperada tendo em vista a última diretriz ter sido atualizada com base na primeira.

O guia da ALA, por sua vez, guarda algumas diferenças com relação aos dois já citados. Não apenas porque sua abrangência de implantação é limitada por determinados grupos de estabelecimentos privativos de liberdade, mas principalmente porque é adequada apenas a instituições com população carcerária acima de 300 indivíduos – quantitativo que destoa dos valores mínimos da IFLA (25) e da ALIA (50). Fato é que o conhecimento dessa informação se fará relevante para a análise dos critérios quantitativos emanados pela ALA⁴².

Por fim, mostrou-se inócuo o levantamento dos aspectos na diretriz do COBD. Não há informações que permitam confirmar que o termo “centros penitenciários” se refere a diferentes instituições carcerárias, como nas diretrizes das demais associações, ou se trata de apenas um único tipo. Ademais, não há especificação da quantidade mínima de presos por instituição sendo considerada para as definições apresentadas. A esses fatores, soma-se ainda a questão de a norma abranger uma pequena região, não nacional.

⁴² No Brasil, conforme as diretrizes básicas vigentes para arquitetura penal do Ministério da Justiça, a capacidade populacional de um conjunto penal é ilimitada desde que os estabelecimentos penais que o compõem sejam independentes entre si e respeitem o padrão estimado quanto à capacidade máxima que varia entre 120 e 1.000 pessoas presas a depender de sua tipologia como, por exemplo: penitenciária de segurança máxima (300), penitenciária de segurança média (800), colônia agrícola, industrial ou similar (1.000), casa do albergado ou similar (120), centro de observação criminológica (300) e cadeia pública (800). Recordar-se que, na mesma norma, as bibliotecas não estão previstas para os estabelecimentos de casa do albergado (BRASIL, 2011).

Diante desse cenário, optou-se por retirar a diretriz do COBD do rol de documentos a serem analisados tendo em vista que seria necessária uma pesquisa mais pormenorizada a fim de dirimir essas dúvidas, ação que foge aos objetivos desse estudo.

Assim sendo, o objetivo de identificar os elementos e respectivos critérios das bibliotecas de estabelecimentos prisionais foi alcançado através do levantamento desses dados nos 3 documentos selecionados (IFLA, ALIA e ALA), sendo o resultado dessa ação sistematizado no APÊNDICE A – Levantamento dos elementos e critérios de bibliotecas de estabelecimentos prisionais e analisado criticamente no próximo tópico.

4.1. Elementos de análise para bibliotecas e adequação da discussão para o sistema prisional brasileiro

Nesta seção, os elementos de análise da biblioteca de estabelecimento prisional serão apresentados juntamente com as respectivas propostas de adequação para o sistema prisional brasileiro a partir da ponderação com dados e informações nacionais correlatas constantes na literatura.

Tem-se que, para efeito de coleta, a planilha apresentada na metodologia serviu ao seu propósito. Entretanto, acredita-se que a compreensão dos dados seria prejudicada nesta fase do estudo com a sua simples apresentação. Desse modo, os elementos identificados serão apresentados – agrupados pelas categorias mencionadas na metodologia – seguidos da respectiva análise de aplicabilidade na realidade brasileira analisada.

Para fins de conhecimento da estruturação global dos elementos identificados, apresenta-se um mapa (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) com as 9 categorias, 18 elementos e respectivas relações.

Figura 3 - Mapa de elementos da biblioteca de estabelecimento prisional



Fonte: Elaboração própria.

4.1.1. Categoria “Administração”

Nesta categoria, identificou-se 3 elementos, a saber: estrutura organizacional; políticas e procedimentos e; planejamento e avaliação.

a. Elemento “Estrutura Organizacional”

Quanto ao primeiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 9 - Critérios identificados do elemento: estrutura organizacional

CATEGORIA: ADMINISTRAÇÃO		
Estrutura organizacional	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade administrativa e orçamentária → a ser definida conforme peculiaridade de cada país; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Quando a responsabilidade é compartilhada entre vários entes públicos, deve-se ter acordo ou contrato formal especificando as contribuições e os níveis de serviço de cada parte; • Gestor da biblioteca → profissional bibliotecário com formação na área sendo o responsável pela gestão/supervisão da biblioteca; • Comitê consultivo da biblioteca (recomendação) → formado por representantes dos departamentos da prisão e grupo de presos a fim de defender a biblioteca e prover feedback útil sobre sua atuação.
	ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade prisional (AP) → departamento de governo local ou nacional ou ente privado que supervisiona a administração da prisão, sendo responsável pela provisão administrativa e financeira dos serviços bibliotecários; • Gestor de serviços bibliotecários da jurisdição (GSBJ) → responsável por gerenciar o fornecimento dos serviços bibliotecários a todos os presos dos estabelecimentos prisionais de uma jurisdição ou entidade privada. Deve se reportar diretamente a não menos que o terceiro nível de mando da AP. Responsável em última instância por lidar com qualquer assunto relacionado às atividades inerentes a uma biblioteca; • Membro delegado da biblioteca (MD) → indivíduo da equipe de uma biblioteca prisional responsável por executar as instruções do GSBJ e garantir que a biblioteca cumpra as políticas e procedimentos de sua jurisdição. Recomenda-se que no mínimo tenha qualificação de técnico de biblioteca;

	<ul style="list-style-type: none"> • Gestor sênior da prisão (GSP) → responsável em última instância por tratar de assuntos que afetam a biblioteca como segurança, disciplina, horários, tendo colaboração do gestor de serviços bibliotecários ou do membro delegado; • Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) → comitê de integrantes das equipes da biblioteca, segurança e educação, especialmente importante na construção de novas prisões a fim de garantir o atendimento dos requisitos tecnológicos da biblioteca; • Comitê consultivo da biblioteca → de caráter regular, composto por representantes dos diferentes serviços do estabelecimento prisional bem como por um grupo de presos, podendo ainda participar representantes de outras bibliotecas locais;
ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de serviços bibliotecários → departamento da instituição correcional hierarquicamente igual aos demais departamentos da prisão; • Coordenador estadual de serviços de bibliotecas correcionais → responsável pela coordenação estadual de serviços de biblioteca correcionais, formação do quadro de pessoal da biblioteca e aconselhamento profissional para a administração prisional. Quando se tratar de um serviço federal, esta função é desempenhada pelo Coordenador regional. • Diretor da biblioteca → chefe do departamento de serviços bibliotecários. Deve possuir participação na tomada de decisão em nível institucional uma vez que impacta a administração e serviços bibliotecários; • Comitê consultivo da biblioteca → composto pelo Diretor da biblioteca, equipe de diversos departamentos, presos, ao menos um bibliotecário profissional como membro externo, escolhidos pelo administrador-chefe ou vice-presidente da instituição;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Em linhas gerais, a biblioteca de um estabelecimento prisional não é um órgão à parte do sistema prisional, sendo hierarquicamente subordinado à instituição na qual se encontra inserida que, por sua vez, obedece a uma organização maior: a administração prisional. Não à toa que a IFLA, buscando uma recomendação aplicável a todos os países, deixa claro que o poder de mando quanto à gerência administrativa e orçamentária das bibliotecas de estabelecimento prisional variará de país para país a depender da legislação vigente que estrutura tal função.

Desse modo, tem-se que nas diretrizes da ALIA e da ALA já é possível perceber as especificidades nacionais quando tratam da hierarquia de comando a ser respeitada pelas respectivas bibliotecas locais. Interessante observar que ambas fazem uso de estrutura organizacional semelhante na qual dentro do sistema da administração prisional, para cada região, há a designação de um responsável por emanar as normas dos serviços bibliotecários e supervisionar a aplicação nas bibliotecas que estão sob seu escopo de atuação. Descendo para o próximo nível hierárquico, tem-se a figura formal do gestor da biblioteca que conforme cada norma tem atuação coordenada com outros setores/serviços no estabelecimento prisional em níveis diferenciados, mas cabendo a ele a responsabilidade pela prestação dos serviços bibliotecários locais. Por fim, cada norma sugere a constituição de comitês para tratamento de assuntos correlatos à atuação da biblioteca, seja com relação a tecnologia da informação (ALIA), seja com relação ao serviço da biblioteca como um

todo (ALA, ALIA e IFLA) – diretrizes que tem como objetivo garantir que os recursos necessários para o devido funcionamento da biblioteca sejam garantidos.

No Brasil, infelizmente, tem-se inexistente essa estrutura organizacional formal em âmbito nacional⁴³ quanto aos serviços bibliotecários prisionais. Essa situação, na verdade, apenas reflete a carência do sistema penitenciário brasileiro como um todo por uma adequada estrutura organizacional. Isso se comprova na primeira medida elencada pelo Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PNPCP), lançado em outubro de 2015, na qual constam como demandas para a efetivação de uma governança da política criminal e penitenciária:

- d) Aperfeiçoamento da capacidade organizacional e recursos, de modo a garantir a distribuição das responsabilidades entre os diversos atores da política, o balanceamento de poder e a disponibilidade de dotação orçamentária suficiente à realização das ações programadas;
- e) Seja estabelecida coerência entre os diversos atores envolvidos, bem como demais políticas públicas afetas, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas sejam alinhados, os resultados esperados possam ser alcançados e reforcem-se mutuamente, ampliando o impacto à população; (BRASIL, 2015a, p. 7).

Dessa forma, não há o que se questionar, no âmbito brasileiro, sobre o cumprimento de uma ou outra hierarquia de comando, posto que não existe legislação ainda que imponha tal execução de forma padronizada. Por outro lado, esse fato não pode ser utilizado como justifica para omissão do servidor público quanto à prestação de serviço previsto em lei.

Assim, cabendo ao diretor do estabelecimento penal administrá-lo de forma eficiente e adequada, verifica-se a necessidade de que uma pessoa seja designada para ser responsável pela biblioteca local, podendo até acumular outras funções no estabelecimento desde que em horários alternados ao de funcionamento da biblioteca.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se o seguinte critério para o elemento “estrutura organizacional”:

⁴³ No Distrito Federal, por exemplo, o Decreto nº 26.637, de 16 de março de 2006 regulamentou a implantação e o funcionamento da Biblioteca Nova Vida criada em 1997 no Complexo Penitenciário da Papuda. Neste decreto, o poder público define as responsabilidades de organização, administração e aquisição/conservação do acervo à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), órgão distrital de direito privado sem fins lucrativos. Além disso, o decreto possibilita à Fundação criar novas unidades da biblioteca nos demais estabelecimentos penais do DF. Decreto disponível em: http://www.tc.df.gov.br/SINJ/BaixarArquivoNorma.aspx?id_norma=52582.

Quadro 10 - Critérios selecionados do elemento: estrutura organizacional

Critério		Resultado
Estrutura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> – A biblioteca deve possuir um responsável designado, atendendo aos requisitos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ser pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto); ○ Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado; 	●
	<ul style="list-style-type: none"> – A biblioteca deve presidir um comitê consultivo sobre sua atuação no estabelecimento prisional com a participação de representantes dos demais setores e de um grupo de presos. 	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Políticas e procedimentos”

Quanto ao segundo elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 11 - Critérios identificados do elemento: políticas e procedimentos

CATEGORIA: ADMINISTRAÇÃO		
Políticas e procedimentos	IFLA	<u>Políticas de prestação de serviços</u> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboradas formalmente por autoridade prisional nacional e/ou local, contemplando missão, objetivos, fontes de financiamento e responsabilidades administrativas para os serviços; • Baseadas em leis/regulamentações pertinentes da área de biblioteconomia; • Periodicamente revistas e atualizadas. <u>Procedimentos locais</u> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvidos com base na política formal, devem abordar diversas áreas: operações diárias e horário de funcionamento, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação;
	ALIA	<u>Políticas de prestação de serviços</u> <ul style="list-style-type: none"> • Definidas para darem suporte ao gerenciamento das operações da biblioteca; • Elaboradas por jurisdição; <u>Procedimentos locais</u> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvidos com base nas políticas, abordando diversas áreas: operações diárias e horário de funcionamento, gerenciamento de coleção, critérios para aquisição, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados e estatísticas da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação;
	ALA	<u>Políticas de prestação de serviços</u> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboradas formalmente, em nível departamental, pelo coordenador estadual de serviços bibliotecários; • Aprovadas pelos indivíduos possuidores de autoridade na instituição; <u>Procedimentos locais</u> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvidos formalmente abordando diversas áreas: operações, seleção de materiais e processamento técnico, doações, acesso a materiais, circulação, inventário, estatísticas, rede, uso do espaço, orçamento, direitos autorais, organograma, equipe e revisão de políticas.

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

A fim de evitar dubiedade quanto ao significado deste elemento, tem-se que as políticas podem ser definidas como

[...] planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização. [...] Em bibliotecas e serviços de informação, encontramos políticas gerais e políticas específicas, relativas às diversas áreas de atuação: políticas de formação e desenvolvimento de coleções, políticas de conservação de acervo, políticas de seleção de pessoal [...]. (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Nesse sentido, todas as normas são explícitas ao mencionar a necessidade de uma política que regule a prestação dos serviços bibliotecários nos estabelecimentos penais. A IFLA menciona tratar-se de responsabilidade da autoridade prisional (seja nacional e/ou local) a definição de diferentes aspectos que devem compor a política: missão, objetivos, fontes de financiamento e responsabilidades administrativas para os serviços. As demais diretrizes, já delegam essa função àqueles com papel de supervisor regional de bibliotecas de estabelecimentos prisionais dentro de suas respectivas estruturas organizacionais propostas.

A questão é que essa política geral dos serviços será a base para que cada biblioteca sob sua aplicação possa basear as regras para os procedimentos operacionais de suas diversas áreas e respectivos serviços. Ou como didaticamente explica Almeida (2005, p. 6), “as políticas são guias de raciocínio que orientam a tomada de decisão e a ação, as regras e procedimentos são guias para o fazer”.

Quando trazida essa discussão para o contexto nacional, verifica-se tratar de deficiência semelhante à relatada para o elemento “estrutura organizacional”, pois afinal ambas se referem à governança do sistema penitenciário. Transcreve-se, assim, a primeira demanda de Governança da política criminal e penitenciária, elencada no PNPCP, coadunando com as recomendações detalhadas da IFLA:

a) Institucionalização formal da política criminal e penitenciária por meio de norma que regule a atuação das diversas esferas de governo e poderes envolvidos, que defina de forma clara as competências, objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações de todos os envolvidos. A norma deve também identificar e dividir riscos e oportunidades, bem como estabelecer formas de revisão, avaliação e monitoramento da política; (BRASIL, 2015a, p. 7).

Embora a política indicada no PNPCP tenha maior abrangência, versando sobre todo o sistema penitenciário e não somente sobre os serviços bibliotecários, assume-se que não há como se falar destes últimos sem que haja definição sobre o sistema no qual as bibliotecas devem ser implantadas. Em última análise, após a

formalização da política em questão, talvez permaneça pendente apenas regulamentações específicas à área de biblioteconomia.

Nesse sentido, tem-se que uma vez desprovido de importante instrumento, atualmente cabe a cada estabelecimento prisional ou ente responsável estabelecer (ou não!) os procedimentos da biblioteca local à revelia de uma diretriz pautada em uma política pública. Trindade (2009), por exemplo, ao realizar estudo de caso na biblioteca de um estabelecimento penal do DF, registrou que à época não havia documento específico cujo teor abarcasse as normas de funcionamento ou mesmo as regras para utilização da biblioteca. Entretanto, o autor evidencia a existência dessas regras ao descrever as limitadas⁴⁴ condições de acesso à biblioteca e seus serviços.

Por conseguinte, analisando as recomendações das diretrizes, entende-se como vital para o funcionamento mesmo da mais simples biblioteca, que haja regras ou regulamentos definidos acerca de horário de funcionamento, serviços disponíveis aos presos e acesso aos materiais.

As regras relacionam-se aos procedimentos, pois orientam a ação, mas não especificam a sequência cronológica. Como exemplos, temos as normas e os regulamentos. As normas são comandos diretos e objetivos de curso de ação a seguir, como a proibição de entrar na sala de consulta com bolsas e sacolas, a proibição de fumar, ou normas internas relativas a rodízio de funcionários no horário de almoço, por exemplo.

O tipo de regulamento mais comum nas unidades de informação é o que regula o uso do acervo e dos serviços. (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Possivelmente, como observado no exemplo anteriormente citado, essas regras estarão definidas informalmente nos estabelecimentos prisionais, porém a real importância é saber se os presos, usuários da biblioteca, tem conhecimento delas.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “políticas e procedimentos”:

Quadro 12 - Critérios selecionados do elemento: políticas e procedimentos

Critério		Resultado
Políticas e procedimentos	– As normas ou regulamentos que viabilizam o acesso aos serviços básicos da biblioteca – como horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais – devem estar definidos e ser de amplo conhecimento da população carcerária;	●
	– A biblioteca deve possuir os procedimentos formalizados de demais áreas, quando existirem: operações diárias, seleção de material,	○

⁴⁴ 1) Visita presencial agendada e supervisionada restrita aos presos matriculados no núcleo de ensino;
2) Serviço de empréstimo de material do acervo limitado aos detentos da ala especial (ex-policiais, ex-bombeiros e internos com nível superior);
3) Horário de funcionamento: segundas, terças, quartas e sextas-feiras das 9h às 15h (TRINDADE, 2009, p. 62).

	catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação;	
--	--	--

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

c. Elemento “Planejamento e avaliação”

Quanto ao terceiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 13 - Critérios identificados do elemento: planejamento e avaliação

CATEGORIA: ADMINISTRAÇÃO		
Planejamento e avaliação	IFLA	<p><u>Planejamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se fortemente o desenvolvimento e implementação de um plano de longo prazo (3-5 anos) baseado na avaliação minuciosa das necessidades dos usuários, contemplando: <ul style="list-style-type: none"> ○ Declaração da missão; ○ Descrição do papel principal da biblioteca na instituição; ○ Metas/objetivos mensuráveis; ○ Estratégias para cumprimento e métodos de avaliação dos objetivos; <p><u>Avaliação periódica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se realização a cada 3-5 anos para verificar conformidade com políticas, procedimentos e performance de serviços; • Recomenda-se realização regular de pesquisa de satisfação dos usuários, com implementação das sugestões pertinentes dentro das possibilidades da biblioteca;
	ALIA	<p><u>Planejamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao dispor sobre os serviços e programas no item 8.6, a diretriz menciona que estes devem estar em conformidade com o plano de longo prazo, indicando que deva ser verificada a seção 2.4. Porém, tem-se que este item não existe na norma bem como não há outra menção a plano no documento. Em contrapartida, o item 2.4 da norma da IFLA se refere ao plano de longo prazo. Como não há instruções na norma da ALIA que garanta tratar-se de referência cruzada entre os documentos, opta-se por desconsiderar essa menção ao plano; <p><u>Avaliação periódica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação anual dos serviços deve verificar o cumprimento de metas de desempenho, políticas e objetivos traçados, sendo realizada pelo Gestor de serviços bibliotecários ou bibliotecário em posição equivalente; • Recomenda-se a realização regular de pesquisa de satisfação; • Avaliações abrangentes das necessidades dos presos deve ser conduzida e revisada regularmente; • Estatísticas da biblioteca devem ser coletadas e divulgadas regularmente a respeito da coleção, despesas, equipe, serviços e uso, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Quantidade de empréstimos, materiais da biblioteca (total e per capita) ○ Quantidade de visitas e de doações recebidas; ○ Índice médio de satisfação do usuário; ○ Estimativa do número de horas ocupadas pela leitura (nº médio de empréstimos por preso x tempo médio necessário para ler um livro);
	ALA	<p><u>Planejamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento, implementação e avaliação de planos de curto e longo prazos pelo Diretor da biblioteca, com a colaboração do Comitê consultivo, contemplando: metas, objetivos mensuráveis, estratégias, tarefas e métodos de avaliação, e devem estar em conformidade com os planos e políticas estaduais. Os planos devem compor o plano global da instituição. <ul style="list-style-type: none"> ○ Tarefas devem ser revistas anualmente; ○ Metas, objetivos e estratégias devem ser revistos pelo menos de cinco em cinco anos; • Estabelecimento de processo para identificação e tratadas pelo Diretor da biblioteca;

	<p><u>Avaliação periódica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Auditoria periódica de desempenho do programa de biblioteca, em intervalos máximos de cinco anos, para garantir a conformidade com a política e procedimentos. Devem ser considerados os serviços prestados para as unidades restritas de acesso. A auditoria pode ser realizada por avaliadores externos; Avaliações de necessidades informacionais dos presos devem ser feitas anualmente por pesquisa, questionário, entrevista ou outro método justificadamente eficiente, devendo ser considerados os presos em situação de restrição de acesso;
--	--

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

O planejamento é um processo contínuo, perene e dinâmico que compreende a definição de objetivos e linhas de ação, especificando as atividades e os recursos necessários para alcança-los. Trata-se de reduzir as incertezas dentro da instituição em planejamento, as ações sem análise de custo/benefício e os riscos ao mesmo tempo que otimiza o uso de recursos, melhora a qualidade dos serviços/produtos e se cumpre os objetivos inicialmente traçados (ALMEIDA, 2005).

Assim, tem-se que tanto a IFLA quanto a ALA são contundentes quanto a importância desse processo para a realização do trabalho da biblioteca no sistema prisional. Quanto à ALIA, reitera-se que há menção a um plano de longo prazo na diretriz, aparentemente nos moldes do exposto pela IFLA, porém referência indevida dentro do documento motivou que não fosse levada essa diretriz em consideração na análise deste elemento.

Por volta de 2007, todas as Unidades da Federação elaboraram seus respectivos Planos Diretores do Sistema Penitenciário, ação fruto do trabalho do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) com a disponibilização do Plano Diretor de Melhorias para o Sistema Prisional que tinha como objetivo instigar as esferas estaduais a prospectar projetos e ações a fim de uniformizar e aprimorar o sistema penitenciário a fim de cumprir o disposto na Lei de Execução Penal.

Assim, na versão atualizada desse plano de melhorias há 22 objetivos estratégicos pré-definidos pela União, sendo o de nº 16 denominado “Biblioteca”, cuja teor engloba a “criação de espaços literários e formação de acervo para disponibilização aos internos em todos os estabelecimentos penais”. Interessante observar que apesar da Lei de Execução Penal ser explícita ao determinar a criação de bibliotecas nos estabelecimentos penais, a meta construída pela União contemplava a criação de espaços literários – termo que pelo menos à primeira vista descaracteriza e limita os serviços e produtos passíveis de serem oferecidos por uma biblioteca.

Assim, ao fazer breve análise dos Planos Diretores de poucas Unidades da Federação para conhecer as metas estipuladas para este objetivo estratégico e respectivos planos de ação desenhados para alcançá-las, algumas situações chamaram atenção dentre as quais destaca-se:

- São Paulo⁴⁵
 - 1ª etapa da ação: Levantamento das unidades que não possuem sala de leitura (Biblioteca);
- Rondônia⁴⁶
 - Comentários/Observações: A intenção da ação era “formar bibliotecas dentro das salas de aula”, justificado por restrição orçamentária;

A simplificação da biblioteca a uma sala de leitura ou ainda a sua implantação juntamente às salas de aula causam estranheza ao se pensar em toda a potencialidade que uma biblioteca pode oferecer ao seu usuário. Entende-se que a maioria das unidades possui restrições severas de orçamento e, certamente, a intenção é prover os detentores de um direito, mesmo que limitado. Entretanto, preocupa a situação em que essa sala de leitura ou um acervo dentro de uma sala de aula sejam contabilizados como bibliotecas e, como consequência, não haja posteriormente incentivos e planos de ação para sua melhoria.

Diante desses poucos exemplos, verifica-se a importância do profissional bibliotecário no auxílio à administração prisional para uma tomada de decisão quanto a este elemento. Almeida (2005) ressalta que os objetivos das bibliotecas devem estar sempre voltados para a instituição a qual a biblioteca está vinculada e para o público a ser atendido de modo que

[...] o primeiro objetivo do profissional de informação na função de planejador consiste, portanto, em interpretar corretamente a missão institucional e fixar objetivos para o serviço de informação que colaborem para o cumprimento daquela missão e ofereçam soluções adequadas aos problemas identificados. (ALMEIDA, 2005, p. 5).

⁴⁵ O Plano diretor do sistema penitenciário do estado contabilizava as bibliotecas por salas de leitura existentes. O documento está disponível em:
<http://www.pge.sp.gov.br/Blog/2010%20Plano%20Diretor%20Sistema%20Penitenci%C3%A1rio%20S.P.pdf>

⁴⁶ Disponível em:
<http://www.mpro.mp.br/documents/10180/580287/Plano+Diretor+Sistema+Penitenci%C3%A1rio+RO.pdf>

Tendo isso em mente, importante citar que no recente Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária consta, como demanda de governança, a elaboração de planos e objetivos por parte dos gestores com vistas a estipular resultados de melhorias a serem alcançados a longo prazo no sistema penitenciário. Comprova-se, assim, o aspecto de continuidade e permanência do processo de planejamento, sendo as bibliotecas instituições diretamente associadas a algumas demandas elencadas no Plano:

- d) Efetivar a assistência à educação, capacitação profissional e laboral, inclusive desportiva, nas unidades prisionais;
 - e) Incentivar a aplicação de projetos que proporcionem a remição pela leitura;
- (BRASIL, 2015a, p. 7).

Nesse contexto em que se comprova estratégico o devido planejamento das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, não somente pela precariedade em que muitas se encontram como também pelo longo caminho a ser percorrido até que seja um serviço efetivamente universalizado a todos os presos, faz-se imprescindível a presença desse elemento. E ainda, o processo de avaliação citado pelas normas, ao produzir informação – sobre a unidade de informação, a organização em que está inserida e seu ambiente –, surge como ferramenta essencial para subsidiar a escolha eficaz dos objetivos na fase do planejamento, a melhor qualidade e produtividade na fase de implementação e a conferência dos resultados previstos e realizados na fase final do processo (ALMEIDA, 2005, p. 11).

Desse modo, entende-se que a administração de cada estabelecimento tem opção de firmar convênio com universidades que tenham curso de biblioteconomia, entrar em contato com a associação de classe da região, contratar um bibliotecário por empreitada ou mesmo solicitar parceria de outro órgão público a fim de que, na ausência de um bibliotecário no seu quadro de pessoal, haja a presença desse profissional na elaboração do plano a fim de que este esteja o mais possível alinhado com a missão de ressocialização do apenado.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “planejamento e avaliação”:

Quadro 14 - Critérios selecionados do elemento: planejamento e avaliação

Critério		Resultado
Planejamento e avaliação	– A biblioteca deve, no mínimo, manter estatísticas atualizadas sobre a situação e uso do acervo: quantidade de obras adquiridas, quantidade de obras descartadas e quantidade de empréstimos das obras.	●
	– A biblioteca deve realizar pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente.	●
	– O estabelecimento prisional deve fazer uso de profissional bibliotecário (seja do seu quadro de pessoal, contratado ou através de parceria/convênio) para elaborar/atualizar o planejamento de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos), devendo ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos serviços de informação ofertados e nas estatísticas coletadas da situação e uso do acervo.	●

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.2. Categoria “Equipe”

Nesta categoria, identificou-se 2 elementos, a saber: profissionais bibliotecários e demais funcionários.

a. Elemento “Bibliotecário”

Quanto ao primeiro elemento, verificou-se sua menção em todas as normas sendo elencados diversos critérios, conforme descrição a seguir:

Quadro 15 - Critérios identificados do elemento: bibliotecário

CATEGORIA: EQUIPE																	
Bibliotecário	IFLA	<ul style="list-style-type: none">• Exigência de formação superior em biblioteconomia ou diploma equivalente para gerenciamento/supervisão da biblioteca, independente de tamanho. Deve possuir habilidades humanas e interpessoais para trabalhar de modo eficaz em instituições correccionais;• Disponibilidade do profissional:															
		<table><tr><th>Nº presos</th><th>Bibliotecário</th><th>Presença</th></tr><tr><td>0 - 300</td><td>1</td><td>24h</td></tr><tr><td>301 - 499</td><td>1</td><td>30h</td></tr><tr><td>500 - 999</td><td>1</td><td>Integral</td></tr><tr><td>1000+</td><td>2</td><td>Integral</td></tr></table>	Nº presos	Bibliotecário	Presença	0 - 300	1	24h	301 - 499	1	30h	500 - 999	1	Integral	1000+	2	Integral
		Nº presos	Bibliotecário	Presença													
		0 - 300	1	24h													
		301 - 499	1	30h													
		500 - 999	1	Integral													
		1000+	2	Integral													
<ul style="list-style-type: none">○ Deve ser possibilitada a participação em organizações profissionais, desenvolvimento profissional e programas educacionais continuados;																	

ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de um bibliotecário qualificado, com experiência e elegível para membro profissional da ALIA para desempenho do papel de Gestor de serviços bibliotecários de uma jurisdição ou entidade privada; • Exigência de um bibliotecário ou de um técnico bibliotecário qualificado em cada biblioteca para desempenho do papel de supervisor (membro delegado) em conjunto com a prestação de serviços profissionais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aconselhamento a leitores, suporte à alfabetização, desenvolvimento de coleções, catalogação, conformidade a direitos autorais, pesquisa bibliográfica avançada e capacitação em habilidades relacionadas ao uso da biblioteca; • Disponibilidade dos profissionais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Em regra, o número de horas por semana de toda equipe depende do tamanho da biblioteca, horário de funcionamento, necessidades especiais dos usuários e as funções desempenhadas (ex.: catalogação, empréstimo entre bibliotecas); ○ Papel de supervisor: poderá ser desempenhado em tempo integral ou parcial a depender do tamanho da biblioteca; ○ Flexível para inclusão de atividades de desenvolvimento profissional, programas educacionais continuados ou participação como membro de sua organização profissional. 										
ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de mestrado em Biblioteconomia (em instituição cujo programa seja credenciado pela ALA ou equivalente) e 3 anos de experiência em cargo específico da área para desempenho do papel de coordenador estadual de serviços de bibliotecas correccionais; <ul style="list-style-type: none"> ○ Outros requisitos: preferencialmente com experiência em bibliotecas institucionais; conhecimento requerido em planejamento e gestão fiscal; habilidade requerida para gerenciar e orientar a equipe da biblioteca; habilidade para trabalhar em ambiente correccional; ○ Responsabilidades: coordenar os serviços bibliotecários em todo estado, desenvolver políticas dos setores de uma biblioteca, avaliar os serviços prestados, treinar a equipe e dar orientação profissional para o administrador do estabelecimento prisional; • Exigência de mestrado em Biblioteconomia (em instituição cujo programa seja credenciado pela ALA ou equivalente) e 2 anos de experiência em cargo específico da área para desempenho do papel de diretor da biblioteca <ul style="list-style-type: none"> ○ Outros requisitos: familiaridade com todos os aspectos de gestão de uma biblioteca; habilidade para trabalhar em ambiente correccional; ○ Responsabilidades: dirigir e supervisionar todos os serviços e operações bem como atuar como chefe da biblioteca; • Exigência de mestrado em Biblioteconomia (em instituição cujo programa seja credenciado pela ALA ou equivalente) ou graduação e pelo menos 15 créditos em matérias de biblioteconomia/ciência da informação e 1 ano de experiência de trabalho em biblioteca para desempenho do papel de assistente bibliotecário; <ul style="list-style-type: none"> ○ Outros requisitos: habilidade para trabalhar em ambiente correccional; ○ Responsabilidade: oferecer serviços profissionais de primeiro nível; • Disponibilidade dos profissionais: <table border="1" data-bbox="671 1339 1114 1545"> <thead> <tr> <th>Nº de presos</th><th>Equipe civil⁴⁷ mínima</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>301-500</td><td>1 diretor</td></tr> <tr> <td>501-1000</td><td>1 diretor</td></tr> <tr> <td>1001-1500</td><td>1 diretor 1 bibliotecário assistente</td></tr> <tr> <td>1501-2500</td><td>1 diretor 1 bibliotecário assistente</td></tr> </tbody> </table> <ul style="list-style-type: none"> ○ Complementação à equipe mínima sugerida ou para populações carcerárias acima de 2500 presos, os critérios de dimensionamento devem considerar ao menos os aspectos: horário de funcionamento, quantidade de presos, tamanho/acessibilidade/ configuração do espaço da biblioteca, quantidade de bibliotecas satélites, características das unidades de acesso restrito (número, tipo, tamanho, tempo de permanência do preso), quantidade e tipo de serviços regulares, programação oferecida, nível de automação das funções desempenhadas, quantidade e tipo de programas educacionais e de reabilitação; propósito de atuação; ○ Deve ser possibilitada a participação regular em conferências, workshops, desenvolvimento profissional, programas educacionais continuados e treinamentos que aprimorem habilidades para melhor desempenhar o serviço. Os bibliotecários devem poder participar de atividades ligadas à associação de classe; 	Nº de presos	Equipe civil ⁴⁷ mínima	301-500	1 diretor	501-1000	1 diretor	1001-1500	1 diretor 1 bibliotecário assistente	1501-2500	1 diretor 1 bibliotecário assistente
Nº de presos	Equipe civil ⁴⁷ mínima										
301-500	1 diretor										
501-1000	1 diretor										
1001-1500	1 diretor 1 bibliotecário assistente										
1501-2500	1 diretor 1 bibliotecário assistente										

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e *Lehmann e Locke* (2005).

⁴⁷ Equipe remunerada, não estando incluídos presos e funcionários da segurança (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

A partir das especificações relatadas, tem-se uma uniformidade quanto aos critérios das diversas diretrizes: a necessidade do profissional bibliotecário, principalmente em funções de planejamento e gestão dos serviços bibliotecários.

A IFLA – por seu objetivo em prover uma guia internacional – traz critério mais genérico quanto à exigência de qualificação desse profissional de modo a respeitar possíveis regras ou especificidades de cada país. Nas demais diretrizes, como esperado para normas de abrangência nacional, os requisitos guardam relação direta com a realidade do respectivo país. Assim, exigências que a princípio parecem demasiadas, como a solicitação da ALA por uma formação em nível de mestrado em instituição credenciada, em verdade nada mais são que o reflexo de como a profissão é vista e exercida no país.

No que compete à quantidade e tempo disponível desse profissional na biblioteca, tem-se variação entre as normas, visto que a IFLA e a ALIA indicam possibilidade de a atuação do bibliotecário ser em tempo parcial, diferentemente da ALA. Nesse momento, faz-se importante recordar as restrições identificadas entre as normas de modo que ao pensar em uma população carcerária de pelo menos 300 pessoas e no grau de incentivo governamental e desenvolvimento já alcançado pelas bibliotecas em presídios nos Estados Unidos, faz sentido a permanência desse profissional em tempo integral. A mesma lógica, contudo, não parece coerente para estabelecimentos que podem ter 25 (ALIA) ou 50 (IFLA) presos em uma região talvez desprovida de recursos e iniciando essa prática.

Com relação à realidade brasileira, tem-se que a profissão do bibliotecário é disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, sendo o exercício da profissão de bibliotecário privativo⁴⁸, em instituições públicas e privadas, a portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia ou de diploma de graduação em Biblioteconomia de instituição estrangeira, reconhecido no país de origem e revalidado no Brasil. Não obstante, consta na legislação que

Art 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: [...]

⁴⁸ Excetua-se a regra para pessoas que exerciam a profissão antes das devidas regulamentações e foram incluídas em situação de transição (Leis nº 7.504, de 2 de julho de 1986, e 9.674, de 25 de junho de 1998). Disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7504.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9674.htm.

- c) administração e direção de bibliotecas;*
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.*
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (BRASIL, 1962, online, grifo nosso).*

Dessa forma, a fim de cumprir a atual legislação se faria necessária a atuação de um bacharel em Biblioteconomia nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais. A realidade brasileira, por sua vez, demonstra a grande dificuldade do país em prover tais profissionais no quadro de pessoal das bibliotecas públicas e escolares existentes, então fazê-lo em bibliotecas de estabelecimentos prisionais torna-se um plano de longo prazo. Para fins de exemplificação, recorramos aos dados da dissertação de Freitas (2010) sobre o papel da “biblioteca pública como agente de inclusão social” na qual ela realizou levantamento sobre a situação da Rede de bibliotecas públicas do Distrito Federal, supostamente uma região que deveria servir de exemplo a ser seguido no país:

As bibliotecas públicas que possuem bibliotecários representam 19% do total de bibliotecas que compõem a Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal. Esses bibliotecários são em sua maioria, na prática, os responsáveis por essas bibliotecas, entretanto não recebem nenhuma função para exercerem o papel de coordenadores. A Biblioteca Pública de Planaltina é a única que possui a função de chefe de biblioteca. (FREITAS, 2010, p. 78).

De forma mais abrangente, tem-se que o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (BRASIL, 2015a) evidencia a inexistência de carreira tanto para gestores quanto para servidores penitenciários na maioria dos estados brasileiros. A partir desse cenário, aponta como medida a ser executada o fomento para “[...] criação e implantação, nos Estados, de quadros de carreira específico do pessoal penitenciário, seja de segurança e vigilância, equipe multiprofissional, técnico e administrativo”. Assim, resta esperança para que o atual cenário de inexistência de trabalhadores bibliotecários no sistema prisional seja uma estatística do passado.

Dessa forma, verifica-se que a obrigatoriedade do profissional bibliotecário no estabelecimento prisional não é factível no cenário brasileiro. Por outro lado, importante mencionar que há estabelecimentos prisionais que conseguem usufruir desse serviço profissional, mesmo que indireta e temporariamente, como é o caso de bibliotecas dos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal que foram beneficiárias do projeto “Bibliotecas do Saber” cujo trabalho de seleção e organização do acervo

doado, instalação de computador com software gratuito de gerenciamento de acervo bem como o treinamento de funcionários como assistentes de bibliotecas foram ações realizados por profissionais bibliotecários da cidade (POSTO CASCOL, [2016]). Trindade (2009), por sua vez, relata que a biblioteca alvo de sua pesquisa contava com a coordenação de uma profissional bibliotecária da FUNAP, sendo esta ainda responsável por outras bibliotecas afins do DF. Como último exemplo, cita-se registro no “Plano Diretor do Sistema Penitenciário”⁴⁹ do Maranhão de que, em 2008, apenas 1 estabelecimento prisional do estado detinha biblioteca, mas que esta contava com o trabalho de profissionais pedagogos e bibliotecários remunerados pela Secretaria Estadual de Educação.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “bibliotecários”:

Quadro 16 - Critérios selecionados do elemento: bibliotecário

Critério		Resultado
Bibliotecário	– A biblioteca deve possuir ao menos um profissional bibliotecário em sua equipe a quem caberá a chefia do setor, além do desempenho de atividades pertinentes à sua atuação profissional. O profissional poderá pertencer ao quadro de pessoal do estabelecimento prisional ou ser contratado, inclusive por convênio/parceria com outros órgãos.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Funcionário”

Quanto ao segundo elemento da categoria “Equipe”, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 17 - Critérios identificados do elemento: funcionário

CATEGORIA: EQUIPE		
Funcionário	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho pode ser composta por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Presos selecionados por habilidade, experiência ou familiaridade com as operações e processos de uma biblioteca; ○ Voluntários da comunidade desde que como força de trabalho extra ao quadro formal de funcionários; • Devem ser qualificados profissional e tecnicamente para atendimento a usuários e suporte operacional. Presos e voluntários devem ter orientação ampla e treinamento prático do serviço; • Quantidade variará com a necessidade da instituição, tamanho da população prisional e fatores como: horas de funcionamento, tamanho, quantidade de programações, número de postos da biblioteca no presídio, número de unidades restritas de acesso à biblioteca, nível de automação, tipos/quantidade de programas educacionais e de reabilitação, entre outros;

⁴⁹ Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/pdsp_ma.pdf.

ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho pode ser composta por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Presos selecionados pelo Gestor da jurisdição, em consulta ao supervisor da respectiva biblioteca e autoridades sênior prisionais, levando em consideração: aptidão, experiência, confiabilidade, personalidade e o tempo disponível do preso para trabalho; ○ Voluntários, incentivados pela equipe a contribuírem com os serviços da biblioteca; • Disponibilização de diretrizes para treinamento da equipe, evidenciando responsabilidades acerca da privacidade e confiabilidade dos usuários. Os funcionários devem ser encorajados a se qualificar em biblioteconomia; • Dentre as atividades a serem desempenhadas por assistentes de biblioteca, sejam funcionários ou presos, citam-se: empréstimos, devoluções, gerenciamento de reservas e pedidos, trabalho básico de referência, manutenção de registros e estatísticas simples, arquivamento, ordenação geral e de estantes, processamento mecânico e reparo de itens, publicidade e exposições. <ul style="list-style-type: none"> ○ Pessoa treinada nos procedimentos bibliotecários será responsável pela supervisão da biblioteca na ausência do Gestor e do supervisor oficial decorrente de trabalho compartilhado em diversas bibliotecas; • Disponibilidade dos profissionais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Em regra, o número de horas por semana de toda equipe depende do tamanho da biblioteca, horário de funcionamento, necessidades especiais dos usuários e as funções desempenhadas (ex.: catalogação, empréstimo entre bibliotecas); 										
ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho pode ser composta por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Assistentes de biblioteca (1); ○ Assistentes administrativos (2); ○ Presos (3); (1) Exigência de grau acadêmico de associado⁵⁰ ou 2 anos de faculdade com conhecimento básico em técnicas e procedimentos bibliotecários para desempenho do papel de técnico bibliotecário; <ul style="list-style-type: none"> ○ Outros requisitos: habilidade para trabalhar em ambiente correcional; ○ Responsabilidade: realização de atividades técnicas; (2) Exigência de nível médio ou equivalente com habilidades para atividades administrativas para o desempenho do papel de técnico administrativo; <ul style="list-style-type: none"> ○ Outros requisitos: habilidade para trabalhar em ambiente correcional; • Disponibilidade dos profissionais: <table border="1" data-bbox="683 1093 1102 1346"> <thead> <tr> <th>Nº de presos</th><th>Equipe civil mínima</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>301-500</td><td>1 tec. bibliotecário ou tec. administrativo</td></tr> <tr> <td>501-1000</td><td>2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos</td></tr> <tr> <td>1001-1500</td><td>2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos</td></tr> <tr> <td>1501-2500</td><td>3 tec. bibliotecários ou tec. administrativos</td></tr> </tbody> </table> <p>(3) Os presos serão selecionados, treinados e avaliados regularmente pelo Diretor da biblioteca em quantidade e qualificação necessárias para o cumprimento dos objetivos da biblioteca;</p>	Nº de presos	Equipe civil mínima	301-500	1 tec. bibliotecário ou tec. administrativo	501-1000	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos	1001-1500	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos	1501-2500	3 tec. bibliotecários ou tec. administrativos
Nº de presos	Equipe civil mínima										
301-500	1 tec. bibliotecário ou tec. administrativo										
501-1000	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos										
1001-1500	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos										
1501-2500	3 tec. bibliotecários ou tec. administrativos										

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

As normas, nesse quesito, apresentam coincidência quanto à participação de presos no auxílio ao trabalho bibliotecário. Essa explícita menção vem ao encontro de forma alternativa da biblioteca prover inclusão social: através do trabalho. Este, indiscutivelmente traz sentimento de utilidade, pertencimento, estreita laços sociais,

⁵⁰ Grau de associado é um programa acadêmico em nível abaixo da graduação (o primeiro estágio depois do nível médio) com objetivo de dar aos alunos os conhecimentos técnico e acadêmico básico e competências necessárias para o mercado de trabalho ou para um estudo mais aprofundado em seu campo escolhido. Normalmente, essa modalidade é largamente encontrada nos Estados Unidos, tendo duração média de 2 anos. Informações disponíveis em: <http://www.topuniversities.com/blog/what-associates-degree>

aumentando a autoestima e capacitando o preso em uma função que o possa auxiliar no reingresso à comunidade.

Exemplo concreto é encontrado no livro de Queiroz (2016, p. 167), resultado de pesquisa em campo sobre a realidade das mulheres presas no Brasil, tema que conforme a autora coleciona silêncios na literatura, nos cinemas, na televisão, nos jornais e nas próprias secretarias de segurança pública. No capítulo da obra denominado “Biblioteca”, a autora relata a história de Érica, presa da penitenciária de Sant’Anna que tinha a responsabilidade de cuidar da biblioteca: “Érica gosta de trabalhar ali. Pode ler e dar vazão ao seu lado ‘universitária de pedagogia’ – esquecido desde que foi presa, há dois meses”.

Fato é que a presença dos presos como responsáveis das bibliotecas não é incomum, parecendo ser em alguns casos a única forma de manter sua existência. No relatório da situação das bibliotecas do sistema penitenciário (BRASIL, 2008, p. 12), por exemplo, tinha-se que nos únicos 4 estabelecimentos prisionais com biblioteca no estado do Espírito Santo, à época, era “[...] selecionado 1 preso para ser bibliotecário, promovendo a catalogação e distribuição dos livros aos presos”. Nesse cenário, faz-se vital o devido treinamento/capacitação dessas pessoas (ação pontuada por todas as normas) a fim de que os serviços mínimos sejam providos.

Para os demais tipos de vínculo, há diferença significativa da ALA em relação às demais. A norma prevê para o quadro de funcionários pessoas com qualificações específicas devidamente comprovadas e, diferentemente das demais, não menciona a participação de trabalho voluntário nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Esse tipo de trabalho apesar de explicitado pela IFLA como devendo ser tratado como suplementar ao quadro de pessoal, em um cenário de insuficiência como o brasileiro, surge como possibilidade de se promover atividades que em outras condições não se façam possíveis.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “bibliotecários”:

Quadro 18 - Critérios selecionados do elemento: funcionário

Critério		Resultado
Funcionário	– Deve ser permitido ao preso de boa conduta a oportunidade de desempenhar atividade laboral na biblioteca, desde que compatível com suas habilidades.	●
	– A equipe da biblioteca deve estar capacitada para o desempenho das funções técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, organização do acervo, referência).	●
	– Deve ser permitida a participação da comunidade em trabalho voluntário na biblioteca.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.3. Categoria “Instalação Física / Equipamentos”

Nesta categoria, identificou-se 3 elementos, a saber: localização; espaço físico e; móveis e equipamentos.

a. Elemento “Localização”

Quanto ao primeiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 19 - Critérios identificados do elemento: localização

CATEGORIA: INSTALAÇÃO FÍSICA / EQUIPAMENTOS		
Localização	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Local próprio e bloqueável com localização central dentro do complexo prisional, preferencialmente dentro ou próximo ao departamento educacional; • Fácil acesso para o maior número de usuários, incluindo deficientes físicos;
	ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Área reservada para tal finalidade, localizada centralmente às unidades de alojamento e posicionada de forma a minimizar necessidade de acompanhamento e supervisão dos presos; • Localização em proximidade do centro de educação para melhor apoio às atividades educacionais, porém não restringindo seus horários de funcionamento aos do centro;
	ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Área separada, bloqueável e de fácil acesso e uso pelos presos, incluindo aqueles com deficiências; • Área que permita a abertura da biblioteca tanto durante a semana e à noite quanto aos fins de semana, se fizer necessário para cumprir o padrão mínimo de horas aberta;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Percebe-se unânime a determinação de que a biblioteca esteja instalada em área exclusiva. Não obstante, as diretrizes ainda ressaltam sobre a importância da localização estratégica da biblioteca no estabelecimento prisional a fim de facilitar o acesso por todos (especialmente dos presos com deficiência), melhor apoiar os programas educacionais bem como estimular os presos a visitá-la e fazer bom uso de seus serviços.

Outro aspecto relevante é a ponderação da maioria das normas quanto a biblioteca ser uma edificação com possibilidade de trancamento. Esse quesito ganha importância quando se tem em mente a quantidade de objetos, móveis e equipamentos dentro de uma biblioteca que em situação de adversidade na prisão podem transformar-se em verdadeiras armas⁵¹. Além disso, o bloqueio da unidade

⁵¹ Esse uso é exemplificado na monografia de graduação de Rodolfo Costa da Silva, intitulada “Biblioteca prisional: informação e reintegração”. Um supervisor de segurança assim relata uma experiência vivida na prisão: “Estávamos fazendo um trabalho de rotina quando de repente apareceu um indivíduo correndo em nossa direção vestindo uma armadura. Uma armadura feita com capa

também promove a preservação dos bens ali contidos nos contra turnos de atendimento da biblioteca já que o acervo e equipamentos não ficarão disponíveis para serem utilizados, vandalizados ou até mesmo retirados sem o devido gerenciamento pela equipe da biblioteca.

No Brasil, onde grande parte dos estabelecimentos prisionais não dispõem de lugar para o devido alojamento dos próprios presos pela superlotação⁵², haver uma área central disponível para a instalação da biblioteca é pouco provável – ou pior, talvez não haja lugar algum para ela. Dessa forma, entende-se o posicionamento central da biblioteca um critério importante, mas que não pode ser exigido quando:

- O maior impedimento para a criação das bibliotecas é a falta de espaço físico nas unidades penais (BRASIL, 2008);
- 32% dos estabelecimentos penais brasileiros não terem sido concebidos como tal, sendo fruto da adaptação de uma edificação já existente para um estabelecimento penal (BRASIL, 2016b) e;
- 42% dos estabelecimentos não possuem espaço para construção de novos módulos (BRASIL, 2016b).

Essa localização não central, contudo, em nada inviabiliza que seja garantido o acesso à biblioteca a todos os presos – esse o objetivo final dessa discussão – mesmo que por meio de escoltas que podem ser gerenciadas por meio do estabelecimento de cronograma de visitação.

Com relação à sua instalação conjuntamente   área educacional da prisão, trata-se de uma recomendação que vai ao encontro das diretrizes de arquitetura penal, mas que pelos mesmos motivos acima relatados, não se apresenta como critério de cunho obrigatório. Importante mencionar, contudo, que há caso em que essa diretriz é seguida como, por exemplo, pela biblioteca na Penitenciária Francisco de Oliveira Conde, no estado do Acre, onde a biblioteca está instalada dentro da escola (BRASIL, 2008).

Quanto ao requisito de ser uma unidade bloqueável, acredita-se que hoje já o seja na maioria dos casos pela questão de segurança citada. E   essa a motivação

dura de livros! Nós não podemos usar munições pesadas dentro do presídio e, sabendo disso, o cara veio com tudo pra cima da gente. A bala de borracha   letal   queima roupa então aproveitamos o fato dele ter esquecido de fazer uma armadura para a cabeça e atiramos uma granada com gás lacrim g neo”.

⁵² Conforme indicado na revisão de literatura, em referência a dez/2014, havia déficit de 250.318 vagas no sistema prisional brasileiro (BRASIL, 2016a).

que subsidia considerar tratar-se de um item obrigatório para uma biblioteca de estabelecimento prisional

Por fim, a natureza distinta dos materiais e serviço disponibilizados por uma biblioteca, a previsão na arquitetura penal brasileira para se ter um lugar próprio para tal função e o requisito de segurança exigido na instituição à qual se vincula são fatores que corroboram para que um local exclusivo seja critério obrigatório para uma biblioteca de estabelecimento prisional.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “localização”:

Quadro 20 - Critérios selecionados do elemento: localização

Critério		Resultado
Localização	– A biblioteca deve estar instalada em local exclusivo para sua atuação.	●
	– A biblioteca deve estar localizada em área central do estabelecimento, preferencialmente dentro ou próximo ao módulo de ensino.	○
	– A biblioteca deve ser acessível por todos os presos do estabelecimento prisional, incluindo os portadores de necessidades especiais	●
	– A biblioteca deve ser um espaço bloqueável.	●

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Espaço Físico”

Quanto ao segundo elemento da categoria “Instalação Física/ Equipamentos”, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 21 - Critérios identificados do elemento: espaço físico

CATEGORIA: INSTALAÇÃO FÍSICA / EQUIPAMENTOS	
Espaço Físico	<p>IFLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetado especificamente para uso, fluxo de trabalho e funcionamento de uma biblioteca, pois a efetividade e sucesso dos serviços são em grande parte consequência de um ambiente físico confortável e acolhedor: <ul style="list-style-type: none"> ○ Instalações antigas podem necessitar de reorganização do espaço da biblioteca; ○ Auxílio de especialistas no projeto de bibliotecas; • Projeto deve compreender os aspectos: iluminação funcional para leitura, uso de computador e outras funções; tratamento acústico de paredes, piso e teto; controle de temperatura; capacidade suficiente para suportar a carga das estantes de livros; saídas de energia e dados para os equipamentos; controle visual de todo o espaço; local de armazenamento com fechadura; telefone para ligação externa e sistema eletrônico de comunicação de emergência; • Área do piso deve comportar suficientemente as atividades dos usuários, funções da equipe, armazenamento e exposição de materiais, incluindo em termos gerais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Os setores de referência, processamento técnico e escritório com respectivos mobiliários;

		<ul style="list-style-type: none">○ Acervo;○ Área para exibição/promoção de livros e outros materiais;○ Área para leitura;○ Área para escuta (materiais não impressos);○ Área de computadores para presos e fotocopiadora;○ Espaço para atividades em grupo; <ul style="list-style-type: none">• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:<ul style="list-style-type: none">○ Exemplo de recomendações de acessibilidade específicas podem ser encontradas no documento da IFLA: <i>Access to libraries for persons with disabilities</i>;• Metragens indicadas:<ul style="list-style-type: none">○ Área de estar/estudo → acomodação mínima de 5% da população prisional ou a quantidade máxima de usuários permitida na biblioteca. O espaço para estar (incluindo mesas e corredores) deve considerar 2.5 m² por assento;○ Área de prateleiras → 15 m² por 1000 volumes;○ Área da equipe → 9 m² por pessoa;○ Secretaria → mínimo de 9 m²;○ Uso especial⁵³ → 5% da área total da biblioteca;												
ALIA		<ul style="list-style-type: none">• Projetado para ser um ambiente que incentive o uso dos recursos informacionais disponibilizados, sem descuidar do quesito segurança;• Projeto compreende os mesmos aspectos gerais sugeridos pelas diretrizes da IFLA⁵⁴.• Área do piso deve acomodar, em termos gerais, as mesmas atividades dos usuários, funções da equipe, armazenamento e exposição de materiais sugeridos pelas diretrizes da IFLA, exceto por<ul style="list-style-type: none">○ Especificar que a área de escritório seja segura e de acesso privativo da equipe da biblioteca;○ Incluir espaço para armazenamento de telefone e computador quando não em uso (móveis com fechadura)○ Incluir aspectos de adequação e segurança das estantes de materiais;○ Reservar espaço para as coleções de bibliotecas satélites em outras áreas da prisão;• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:<ul style="list-style-type: none">○ Exemplo de recomendações de acessibilidade específicas podem ser encontradas no documento da IFLA: <i>Access to libraries for persons with disabilities</i>;• Metragens indicadas:<ul style="list-style-type: none">○ Área da biblioteca → 70 m²;												
ALA		<ul style="list-style-type: none">• Projeto deve compreender: iluminação funcional sem brilho em conformidade com guias da comunidade de engenharia; tratamento acústico para paredes, chão e teto; controle climático; capacidade suficiente para suportar média de 68 kg/m² por área de acervo com corredores de 36 polegadas; saídas de energia e eletricidade para suprir computadores e equipamentos eletrônicos e audiovisuais; controle visual de todo o espaço; espaço de armazenamento com fechadura; escritório do diretor da biblioteca; telefone; sistema de comunicação eletrônica para emergências; acesso a pessoas com deficiência.• Metragens indicadas para o acervo: <table><tr><th>Tipo de material</th><th>Área (1 pé quadrado ≡ 0,092903 m²</th></tr><tr><td>Livros</td><td>Um pé quadrado de espaço para cada 10 volumes</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>0,7 pé quadrado por título para o espaço de exibição; 0,5 por título para armazenamento por ano</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>25 pés quadrados de espaço por prateleira de armazenamento</td></tr><tr><td>Materiais audiovisuais</td><td>15 pés quadrados de espaço por cada módulo genérico de armazenamento</td></tr><tr><td>Materiais de arquivo vertical</td><td>10 pés quadrados de espaço por gabinete de arquivo</td></tr></table>	Tipo de material	Área (1 pé quadrado ≡ 0,092903 m²	Livros	Um pé quadrado de espaço para cada 10 volumes	Revistas	0,7 pé quadrado por título para o espaço de exibição; 0,5 por título para armazenamento por ano	Jornais	25 pés quadrados de espaço por prateleira de armazenamento	Materiais audiovisuais	15 pés quadrados de espaço por cada módulo genérico de armazenamento	Materiais de arquivo vertical	10 pés quadrados de espaço por gabinete de arquivo
Tipo de material	Área (1 pé quadrado ≡ 0,092903 m²													
Livros	Um pé quadrado de espaço para cada 10 volumes													
Revistas	0,7 pé quadrado por título para o espaço de exibição; 0,5 por título para armazenamento por ano													
Jornais	25 pés quadrados de espaço por prateleira de armazenamento													
Materiais audiovisuais	15 pés quadrados de espaço por cada módulo genérico de armazenamento													
Materiais de arquivo vertical	10 pés quadrados de espaço por gabinete de arquivo													

⁵³ A diretriz exemplifica como uso especial, o local para alocação de certos móveis ou equipamentos, como: estação para acesso ao catálogo, bancada para dicionários e atlas, computadores, máquinas de escrever, fotocopiadora e exibição de arte/mídia (LEHMANN; LOCKE, 2005).

⁵⁴ O serviço de telefonia, previsto pela IFLA, não aparece no correlato item da norma da ALIA (nº 6.6), porém há especificação de sua necessidade privativamente à equipe da biblioteca no item posterior (nº 6.7). Dessa forma, admitiu-se que todos os aspectos citados pela IFLA foram contemplados.

	<ul style="list-style-type: none"> • Metragem/quantidade indicada para assentos dos usuários com objetivo de estudo, leitura, escuta de áudio, datilografia, uso de computador e outros: 	
	População	Nº de Assentos
	301 - 500 presos	10%
	501 - 1000 presos	50 + 8% da população acima de 500
	Acima de 1000 presos	90 + 7% da população acima de 1000
	Espaço para assentos (incluindo mesas e corredores) = Nº de assentos x 2,32258 m ²	
	<ul style="list-style-type: none"> • Metragem para alocação da área da equipe: 	
	Setor	Área
	Circulação, referência, serviços audiovisuais (tarefas básicas)	150 pés quadrados por área funcional (inclui acesso e corredores)
	Serviços técnicos e processamento de materiais	Mínimo de 150 pés quadrados
	Escritório do diretor	Mínimo de 150 pés quadrados com controle visual da biblioteca
	Espaço de atividades coletivas	Para 25 pessoas Se palestra: 10 pés quadrados por assento Se conferência com mesa: 25 pés quadrados por assento
	Uso especial (equipamentos ou programa)	5% do espaço total da biblioteca

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Percebe-se consensual entre as normas que uma biblioteca de estabelecimento prisional deva contemplar em seu projeto de arquitetura as mesmas características esperadas para qualquer outro tipo de biblioteca, sendo dado devido valor aos aspectos de iluminação, tratamento acústico, controle climático, capacidade de suportar o acervo, locais de prestação dos serviços, entre outros citados. Ou seja, como mencionado explicitamente por algumas normas, espera-se da biblioteca um local agradável e convidativo ao conhecimento e lazer.

Não obstante, todas enumeram as áreas básicas de uma biblioteca (acervo, referência, circulação, processo técnico, setor de leitura, setor de atividades coletivas) a fim de que seus serviços e produtos intrínsecos estejam bem alocados, sendo sugerido valores mínimos do espaço a ser dedicado por área.

Com relação ao cenário brasileiro, tem-se que à semelhança de tanto outros serviços públicos, as prisões são mais um que carecem da devida atenção quanto à sua manutenção. Vez ou outra, tem-se a oportunidade de ver reportagem no noticiário informando sobre a superlotação dos presídios e suas más condições. Queiroz (2016, p. 169;173), nos relatos de histórias reais dos presídios femininos assim explica o porquê da contínua crise de alergia de Érica, a “bibliotecária” de Sant’Anna: “[...] acontece porque a biblioteca tem infiltrações por todos os lados. No topo da sala úmida, próximo ao teto, existem manchas de musgos esverdeados quase do tamanho de uma pessoa”. Mas mesmo em tais condições insalubres, tem-se que ainda é na

biblioteca que “[...] Érica e as outras meninas continuam encontrando romances de finais felizes – e com palácios sem infiltração”.

A deficiência não se restringe às más condições das bibliotecas, mas claro ao seu tamanho. Conforme já mencionado, o relatório de situação das bibliotecas no sistema prisional (BRASIL, 2008) concluía que um dos principais obstáculos para a implantação de bibliotecas era o fator disponibilidade de espaço físico das prisões. A questão é que essa limitação não se reflete apenas na construção de novas bibliotecas, mas diz respeito às péssimas condições daquelas já existentes.

Em 2008, por exemplo, no estado do Espírito Santo, metade das bibliotecas eram “[...] adaptadas, existindo apenas o acervo improvisado em prateleiras” e 3 estabelecimentos com acervo limitado aguardavam a disponibilização de lugar para instalar uma biblioteca; na Bahia, existiam 14 “Pontos de Leitura”; no Amazonas havia 2 bibliotecas em espaços adaptados; no Goiás, 11 estabelecimentos tinham salas adaptadas que eram usadas como bibliotecas e havia expectativa de criação de espaços literários em 15 estabelecimentos; no Mato Grosso, 3 das 4 bibliotecas estavam localizadas em áreas precariamente adaptadas; em Minas Gerais, as 27 bibliotecas estavam alojadas em espaços inadequados e; outros tantos estados com situações semelhantes. Nesse cenário desanimador, porém, destaca-se no relatório de situações das bibliotecas públicas o caso da biblioteca de Alagoas que se apresenta como implantada em local adequado e com boa estrutura (BRASIL, 2008, p. 12).

Diante deste cenário, entende-se não ser possível exigir o cumprimento de disponibilização de áreas tais quais mencionadas pelas diretrizes em estudo, mas tão somente o previsto nas diretrizes básicas para arquitetura penal, ou seja, mínimo de 30m². Adiciona-se, contudo, a restrição de que o espaço deve comportar o acervo, posto de trabalho do(s) funcionário(s) da biblioteca (referência/processo técnico, no mínimo) e área para no mínimo uma mesa (4 assentos) para leitura de materiais.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “espaço físico”:

Quadro 22 - Critérios selecionados do elemento: espaço físico

Critério		Resultado
Espaço Físico	– A biblioteca deve possuir área mínima de 30m ² e estar em bom estado de conservação (iluminação, instalações físicas, elétricas e controle de temperatura).	●
	– O espaço físico da biblioteca deve comportar, no mínimo: acervo, setor de referência/processamento técnico e local de acomodação para 5% da população carcerária.	●

	– A biblioteca deve contemplar espaço físico para comportar: os setores de referência, processamento técnico e escritório, acervo, área para exibição/promoção de livros e outros materiais, área para leitura, área para escuta (materiais não impressos); área de computadores para presos e fotocopiadora; espaço para atividades em grupo.	○
	– O projeto da biblioteca deve compreender os aspectos: iluminação funcional para leitura, uso de computador e outras funções; tratamento acústico de paredes, piso e teto; controle de temperatura; capacidade suficiente para suportar a carga das estantes de livros; saídas de energia e dados para os equipamentos; controle visual de todo o espaço; local de armazenamento com fechadura; telefone para ligação externa e sistema eletrônico de comunicação de emergência;	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

c. Elemento “Mobiliário e Equipamentos”

Quanto ao terceiro elemento da categoria “Instalação Física/ Equipamentos”, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 23 - Critérios identificados do elemento: mobiliário e equipamentos

CATEGORIA: INSTALAÇÃO FÍSICA / EQUIPAMENTOS		
Mobiliário e equipamentos	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Móveis e equipamentos indicados: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mobiliário e equipamentos para os setores: referência (balcão e armários), processamento técnico (equipamento de informática, prateleiras, armários, carrinhos de livros e mesas) e secretaria; ○ Estantes para os recursos informacionais (livros, revistas, jornais, audiovisuais); ○ Mesas e cadeiras para leitura; ○ Computadores e fotocopiadora; ○ Telefone e sistema de comunicação de emergência; • Critérios para seleção de móveis e equipamentos: eficiência, conforto, atratividade, facilidade de manutenção e durabilidade, sendo recomendados móveis modulares para melhor a adaptação à flexibilidade de mudança da biblioteca;
	ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Móveis e equipamentos indicados são similares ao identificados nas diretrizes da IFLA, exceto por explicitar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Necessidade de telefone para ligações internas/externas e computador com internet de exclusivo acesso pela equipe da biblioteca; ○ Estantes adequadas e seguras para as bibliotecas satélites; ○ Móveis com fechaduras; ○ Dispositivo pessoal de comunicação de emergência em alternativa ao sistema de comunicação; • Metragens indicadas (sugestões): <ul style="list-style-type: none"> ○ Estantes baixas: 900x300x1000h ○ Estantes altas: 900x300x1500h ○ Rack de revistas: 1800x600x1200h ○ Mesa: 1800x750x710h • Obs.: a diretriz ainda conta com diversas especificações de ativos de instalação;
	ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Móveis: não há lista específica, porém, há menção a áreas funcionais (que consequentemente devem ser mobiliadas), armários com fechadura, mesas, cadeiras, • Equipamentos indicados (lista não exaustiva): máquinas de datilografia, equipamento audiovisual, leitores e impressoras de microfilme, computadores e fotocopiadoras; • Critérios para seleção de móveis e equipamentos: eficiência, conforto, atratividade, facilidade de manutenção e durabilidade, mantidos em boas condições e arranjados em configurações que atendam aos regulamentos de segurança;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Percebe-se consenso entre os critérios elencados pela IFLA e ALIA com relação aos itens de mobiliário e equipamentos necessário para a biblioteca de estabelecimento prisional, sendo a última mais rigorosa quanto ao quesito segurança.

Quanto a norma da ALA, verifica-se a existência de materiais e equipamentos que hoje não fazem parte dos suportes informacionais mais adequados para atender às necessidades dos usuários, mas que no momento da elaboração da respectiva norma, nos idos de 1990, se faziam tecnologias atualizadas.

Com relação ao caso brasileiro, tem-se conforme casos citados no item do elemento “espaço físico” que há bibliotecas que se restringem a apenas o acervo. Dessa forma, imaginar uma biblioteca mobiliada e equipada nos formatos prescritos pela IFLA e ALIA esbarram na restrição espaço, sem falar na variável custo.

Com relação à questão dos computadores em específico, entende-se inquestionável o ganho de eficiência e organização caso a equipe da biblioteca dispusesse de computadores com internet para a realização de suas funções de forma automatizada, porém as instalações indevidas, a falta de orçamento e a restrição de profissionais devidamente qualificados são fatores que limitam sua obrigatoriedade. Uma pergunta imediata a essa decisão seria o impacto sobre a possibilidade de inclusão digital do preso. Para tanto, como a diretriz básica para arquitetura penal prevê salas de informática em todos os tipos de estabelecimento em que estão previstas bibliotecas, acredita-se melhor custo/benefício a biblioteca compartilhar dessa mesma estrutura para o desempenho de atividades desse tipo.

Assim, uma vez definido que para o espaço físico, os requisitos mínimos a serem atendidos seriam relacionados ao acervo, setor de referência/processamento técnico e assentos de leitura local, entende-se imprescindível que estas áreas estejam devidamente mobiliadas.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “mobiliário e equipamentos”:

Quadro 24 - Critérios selecionados do elemento: mobiliário e equipamentos

Critério		Resultado
Mobiliário e equipamentos	– A biblioteca deve possuir móveis para o setor de referência e de processamento técnico (balcão, armários, prateleiras, carrinho de livros, mesa, cadeiras, computador); estantes para os materiais informacionais; mesas e cadeiras para leitura.	●
	– A biblioteca deve ainda possuir: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mobiliário e equipamento para a secretaria/escritório, o espaço de exibição de livros e demais materiais, a área de audiovisual e a área de atividades em grupo; ○ Computadores para uso dos presos e fotocopiadora; 	○

	○ Telefone e sistema de comunicação de emergência;	
--	--	--

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.4. Categoria “Coleção”

Nesta categoria, identificou-se 2 elementos, a saber: coleção e política de desenvolvimento de coleções.

a. Elemento “Coleção”

Quanto ao primeiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 25 - Critérios identificados do elemento: coleção

CATEGORIA: COLEÇÃO												
Coleção	IFLA	<ul style="list-style-type: none">• Composta por tipos diversos de materiais⁵⁵, em formatos impresso e não impresso⁵⁶, para atender às necessidades informativas, educacionais, culturais, de recreação e reabilitação dos presos.• Deve englobar ampla variedade de materiais impressos e não impressos atualizados à semelhança de coleções encontradas nas bibliotecas escolar e pública;• Compreende materiais em línguas não nativas, quando necessário;• Regularmente aprimorada por novas aquisições selecionadas pelo profissional bibliotecário;• Desenvolvida e mantida em conformidade com padrões profissionais, sendo exibida e promovida com eficiência;• Guia geral para uma biblioteca prestando todos seus serviços:										
		<table><tr><th>Tipo</th><th>Quantidade mínima</th></tr><tr><td>Livros</td><td>2.000 títulos ou 10 títulos por preso (o que for maior)</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>20 títulos ou 1 assinatura por 20 presos (o que for maior)</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>Locais, nacionais e estrangeiros, quantidade conforme representatividade de áreas/países dos presos</td></tr><tr><td>Áudio e vídeo, multimídia, softwares</td><td>Quantidade suficiente para necessidades básicas e atendimento aos programas.</td></tr></table>	Tipo	Quantidade mínima	Livros	2.000 títulos ou 10 títulos por preso (o que for maior)	Revistas	20 títulos ou 1 assinatura por 20 presos (o que for maior)	Jornais	Locais, nacionais e estrangeiros, quantidade conforme representatividade de áreas/países dos presos	Áudio e vídeo, multimídia, softwares	Quantidade suficiente para necessidades básicas e atendimento aos programas.
		Tipo	Quantidade mínima									
		Livros	2.000 títulos ou 10 títulos por preso (o que for maior)									
		Revistas	20 títulos ou 1 assinatura por 20 presos (o que for maior)									
		Jornais	Locais, nacionais e estrangeiros, quantidade conforme representatividade de áreas/países dos presos									
		Áudio e vídeo, multimídia, softwares	Quantidade suficiente para necessidades básicas e atendimento aos programas.									
<ul style="list-style-type: none">○ Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias												
<ul style="list-style-type: none">• Quantitativo adequado para cada biblioteca irá variar por diversos fatores, dentre eles: quantidade e nacionalidade de presos, nível de custódia, quantidade de coleções satélites, tempo médio de encarceramento, programas de laborais e educacionais disponíveis, frequência de visitas à biblioteca por semana e a amplitude de programas/atividades oferecidas na biblioteca;												
<ul style="list-style-type: none">• Processo técnico e organização:<ul style="list-style-type: none">○ Materiais processados tecnicamente (classificação e catalogação) de acordo com padrões internacionais, preferencialmente aproveitando registros já cadastrados em outras bases bibliográficas;○ Materiais preparados mecanicamente (etiqueta com número de chamada) e organizados para acesso público;												

⁵⁵ Títulos de referência, ficção de diferentes gêneros (romance, mistério, crime, ficção científica), biografias, não ficção (especialmente auto ajuda, habilidades e relações pessoais), materiais jurídicos, poesia, quadrinhos e romances gráficos (para leitores iniciantes e entusiastas avançados), materiais para auto estudo, materiais de fácil leitura para pessoas com dificuldades de leitura ou não nativos na língua, livros adaptados para deficientes visuais, audiobooks, materiais eletrônicos e softwares onde haja computador disponível, informação comunitária, material educacional/alfabetização, quebra-cabeças, jogos, revistas, jornais (LEHMANN; LOCKE, 2005).

⁵⁶ Devem ser suficientes para atender às necessidades do público com deficiências física e cognitiva e àqueles com dificuldade de leitura e aprendizado (LEHMANN; LOCKE, 2005).

		<ul style="list-style-type: none">• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:<ul style="list-style-type: none">○ Acesso a materiais e informações em formatos alternativos não impressos. Obs.: a norma sugere para recomendações específicas, a consulta ao documento da IFLA “Access to libraries for persons with disabilities – Checklist”⁵⁷.										
ALIA		<ul style="list-style-type: none">• Composta por materiais⁵⁸ variados em formatos impresso e não impresso para atender às necessidades informativas, educativas, culturais, recreativas, jurídicas e de reabilitação dos presos. Deve englobar ampla variedade atualizada de materiais impressos, com letras grandes e não impressos à semelhança de coleções encontrados em bibliotecas escolar, pública ou TAFE⁵⁹;• Deve englobar variedade de materiais impressos e não impressos atuais à semelhança de coleções encontradas nas bibliotecas escolar e pública.• Compreende materiais em inglês e nas outras línguas nativas de presos estrangeiros;• Na disponibilidade de lista de materiais jurídicos para bibliotecas prisionais na jurisdição, estes devem compor a coleção;• Deve ser desbastada e ampliada continuamente e sistematicamente;• Guia geral para uma biblioteca prestando todos seus serviços:<table><tr><th>Tipo</th><th>Quantidade mínima</th></tr><tr><td>Livros</td><td>10 títulos por preso (em língua relevante e nível de leitura apropriado)</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>20 títulos</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>2 títulos diários em inglês; 1 título para cada grupo linguístico de presos</td></tr><tr><td>Não impresso</td><td>2 títulos por preso</td></tr></table><ul style="list-style-type: none">○ Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias• Quantitativo adequado para cada biblioteca irá variar conforme as características da população prisional quanto a tamanho, demografia (línguas estrangeiras e indígenas), faixa etária, nível de custódia, tipo de centro de detenção (provisório ou não), quantidade de coleções satélites, tempo médio de encarceramento, programas educacionais disponíveis, frequência de visitas à biblioteca por semana e a amplitude de programas/atividades oferecidas na biblioteca;• Processo técnico e organização:<ul style="list-style-type: none">○ Materiais classificados e catalogados de acordo com padrões internacionais;○ Adequada identificação dos recursos informacionais (ex.: número de chamada);• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:<ul style="list-style-type: none">○ Acesso a materiais e informações em formatos alternativos não impressos. Obs.: a norma sugere para recomendações específicas, a consulta ao documento da IFLA “Access to libraries for persons with disabilities – Checklist”.	Tipo	Quantidade mínima	Livros	10 títulos por preso (em língua relevante e nível de leitura apropriado)	Revistas	20 títulos	Jornais	2 títulos diários em inglês; 1 título para cada grupo linguístico de presos	Não impresso	2 títulos por preso
Tipo	Quantidade mínima											
Livros	10 títulos por preso (em língua relevante e nível de leitura apropriado)											
Revistas	20 títulos											
Jornais	2 títulos diários em inglês; 1 título para cada grupo linguístico de presos											
Não impresso	2 títulos por preso											
ALA		<ul style="list-style-type: none">• Composta por materiais⁶⁰ que devem refletir os formatos e tecnologias geralmente disponíveis para atender às necessidades informativas, culturais, educacionais, profissionais e recreativas dos presos por:<ul style="list-style-type: none">○ Informação sobre procedimentos/ regulamentos da instituição;○ Informação para manter contato com a comunidade externa;○ Informações sobre habilidades vocacionais;○ Informação educacional;										

⁵⁷ Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/89.pdf>.

⁵⁸ Exemplos: Títulos gerais de referência como dicionários e enciclopédias impressas (devido à restrição de acesso à internet), ficção de diferentes gêneros (romance, mistério, crime, ficção científica, fantasia, horror, poesia), não-ficção (tais como autoajuda, habilidades para a vida, relações pessoais, relações parentais, habilidades de negócios, temas indígenas, história, biografia, autobiografia, arte, música, cinema, *hobbies*, manutenção do carro, esporte, corrida de carro, fotografia, saúde e bem-estar), filmes e DVDs de esporte, quadrinhos e romances gráficos (para leitores iniciantes e entusiastas avançados), quebra-cabeças e jogos, livros didáticos e materiais de auto estudo (para apoiar a educação a distância e aprendizagem ao longo da vida), materiais para desenvolvimento de alfabetização, assuntos específicos da prisão (agricultura, jardinagem, máquina, engenharia mecânica), informação comunitária e material de referência jurídica (tais como legislação, livros de referência jurídica e guias de auto ajuda jurídica) (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

⁵⁹ TAFE é abreviatura de *Technical and Further Education*. Conforme glossário da norma da ALIA, trata-se de instituição que provê educação e treinamento vocacional na Austrália (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

⁶⁰ Exemplos: Livros, revistas, jornais, gravações de áudio, gravações de vídeo, microfilmes e software de computador.

		<ul style="list-style-type: none">○ Apoio aos programas de reabilitação;○ Leitura autodirigida para aprendizado contínuo e necessidades pessoais;○ Leitura recreativa;○ Informação para reingresso à comunidade;														
		• Guia geral para uma biblioteca prestando todos seus serviços:														
		<table><tr><th>Tipo</th><th>Nº de títulos⁶¹</th></tr><tr><td>Livros</td><td>Superior a 5.000 títulos ou 15 títulos por preso até um máximo de 2.500 presos</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>50 títulos ou um título a cada dez presos (o que for maior)</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>Locais, estaduais e nacionais cujo número depende das regiões mais representativas dos presos</td></tr><tr><td>Gravações de áudio</td><td>100 títulos, acrescidos de mais 1 título a cada 5 presos</td></tr><tr><td>Gravação de vídeo</td><td>Superior a 20 títulos ou 1 título a cada 30 presos</td></tr><tr><td>Aplicativos de computador</td><td>Coleção representativa de aplicativos: processadores de texto, de uso empresarial, de aprendizado acadêmico e programas gráficos, podendo outros serem adquiridos conforme necessidade dos usuários/instituição.</td></tr></table>	Tipo	Nº de títulos ⁶¹	Livros	Superior a 5.000 títulos ou 15 títulos por preso até um máximo de 2.500 presos	Revistas	50 títulos ou um título a cada dez presos (o que for maior)	Jornais	Locais, estaduais e nacionais cujo número depende das regiões mais representativas dos presos	Gravações de áudio	100 títulos, acrescidos de mais 1 título a cada 5 presos	Gravação de vídeo	Superior a 20 títulos ou 1 título a cada 30 presos	Aplicativos de computador	Coleção representativa de aplicativos: processadores de texto, de uso empresarial, de aprendizado acadêmico e programas gráficos, podendo outros serem adquiridos conforme necessidade dos usuários/instituição.
		Tipo	Nº de títulos ⁶¹													
		Livros	Superior a 5.000 títulos ou 15 títulos por preso até um máximo de 2.500 presos													
		Revistas	50 títulos ou um título a cada dez presos (o que for maior)													
		Jornais	Locais, estaduais e nacionais cujo número depende das regiões mais representativas dos presos													
		Gravações de áudio	100 títulos, acrescidos de mais 1 título a cada 5 presos													
Gravação de vídeo	Superior a 20 títulos ou 1 título a cada 30 presos															
Aplicativos de computador	Coleção representativa de aplicativos: processadores de texto, de uso empresarial, de aprendizado acadêmico e programas gráficos, podendo outros serem adquiridos conforme necessidade dos usuários/instituição.															
<ul style="list-style-type: none">○ Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias																

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

As três diretrizes indicam que o acervo da biblioteca deve contemplar amplo conjunto de materiais – diversos em formatos e assuntos – a fim de cumprir o objetivo de informar, educar, levar cultura e lazer aos presos. Duas delas, ainda explicitam que os materiais devam ser processados técnica e mecanicamente em conformidade com padrões internacionais. De fato, as normas têm como objetivo prover à população carcerária as mesmas oportunidades dadas à comunidade externa através das outras modalidades de bibliotecas.

Não obstante, verifica-se o cuidado de todas em explicitamente contemplar recursos informacionais aos presos que não possuem o português como língua materna bem como materiais acessíveis a portadores de deficiências a fim de igualmente incluir essas parcelas da população carcerária.

Com relação à realidade brasileira, a análise do relatório da situação das bibliotecas do sistema penitenciário (BRASIL, 2008) permite constatar a grande dificuldade na obtenção de recursos informacionais pelas bibliotecas. Poucos são os casos em que há ação direta do governo, normalmente através de secretarias estaduais de educação ou cultura, no provimento de materiais informacionais às bibliotecas, dependendo em muitos casos exclusivamente de doações. Assim foi resumido o relatório quanto às características gerais das coleções:

⁶¹ Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

O acervo disponibilizado aos presos é limitado e em regra, foi formado através de campanhas de doação de livros fornecidos pela comunidade e por instituições públicas e privadas.

Os livros, na sua maioria, são didáticos e de literatura variada.

Em Minas Gerais, foi implantado o Projeto Sala de Leitura que prevê a criação de salas de leitura, bem como a doação de 1.000 livros para os estabelecimentos penais do Estado.

O Instituto Oldenburg de Desenvolvimento realizou importantes doações às unidades penais, nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo. (BRASIL, 2008).

Dessa forma, exigir materiais que estejam além das funções didática e de literatura é ignorar a restrição que essas bibliotecas enfrentam quanto a orçamento, ou em última instância, visibilidade de sua utilidade e importância no sistema penitenciário. No contexto brasileiro a obtenção de materiais impressos ainda é o mais factível, especialmente livros, que são os recursos mais comumente usados pela população que tem desempenhado um papel fundamental nessa cadeia de construção do acervo das bibliotecas de estabelecimentos prisionais através da doação.

Vale destacar o reporte de caso diverso dessa realidade escassa, como no estado do Mato Grosso onde a biblioteca do estabelecimento possui acervo composto por “livros de literatura, paradidáticos, revistas periódicas, jornais de circulação local e nacional e livros diversos”, sendo todos os livros frutos de aquisição por doação (BRASIL, 2008).

Com relação aos quantitativos, o relatório também possibilitou verificar a discrepância entre os tamanhos dos acervos, porém não havendo informações suficientes no documento que possibilitasse a correlação entre o número da população carcerária e o tamanho do respectivo acervo. De qualquer modo, observou-se acervos variando de 366 a 2.000 itens, à época (BRASIL, 2008). Em documentos mais recentes, principalmente nos planos diretores do sistema penitenciário dos estados, verifica-se situações de variações ainda mais extremas quanto ao tamanho do acervo. Nos estabelecimentos penais do Mato Grosso do Sul, por exemplo, havia no final de 2012 bibliotecas com acervos variando entre 40 e 6.007 exemplares (MATO GROSSO DO SUL, 2012), sendo doação a principal forma de aquisição dessas obras.

Assim, por depender prioritariamente de doações não se faz possível delimitar quantitativos mínimos por tipo de material. Porém, acredita-se ser dever do Estado garantir que o preso tenha acesso a recursos informacionais que o possibilitem

exercer minimamente o já adquirido direito de adesão ao programa de remição de pena pela leitura que segundo a Portaria nº 276, de junho de 2012 determina:

Art. 3º A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 01 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais.

Parágrafo único. Tendo em vista a real efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto. (BRASIL, 2012).

Dessa forma, tendo em vista se tratar de programa cujo número de participantes simultâneos (N) depende da capacidade operacional da equipe supervisora do estabelecimento prisional e ser permitida a resenha de no máximo 1 obra por mês, admitir-se-á a necessidade de se garantir o atendimento dos N presos ao longo de um ano. Assim, um mínimo de exemplares (de obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) necessário para o programa poderia ser dimensionado em N x 12 obras ao ano.

Ademais, para garantir o suporte às atividades educacionais e recreativas, sugere-se que o acervo de livros seja quantificado em 10 títulos por preso em consonância com a regra definida pela norma da ALIA e parcialmente aderente à definida pela IFLA (populações carcerárias acima de 200 presos).

Com relação ao processamento técnico, tem-se que na ausência de um bibliotecário, demandar a execução das atividades a ele pertinentes em conformidade com padrões internacionais parece fora da alçada. Entretanto, não há que se falar em biblioteca sem a devida organização do acervo segundo um método lógico bem como a possibilidade da pesquisa aos itens desse acervo através de um catálogo (seja físico ou eletrônico)

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “coleção”:

Quadro 26 - Critérios selecionados do elemento: coleção

Critério		Resultado
Coleção	– O acervo deve conter no mínimo 10 títulos por preso, dentre obras de cunho literário, educativo (incluindo legislação) e recreativo.	●
	– O acervo deve conter exemplares suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano, ou seja, deve haver 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)	●

– O acervo deve contemplar obras em línguas diversas do português bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante aos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente à população do estabelecimento.	●
– O acervo deve estar organizado por método conhecido pela equipe e usuários, preferencialmente seguindo padrões internacionais.	●
– A biblioteca deve possuir um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções.	●
– O acervo deve ser composto por livros, revistas, jornais, gravações de áudio e de vídeo.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Política de desenvolvimento de coleções”

Quanto ao segundo elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 27 - Critérios identificados do elemento: política de desenvolvimento de coleções

CATEGORIA: COLEÇÃO	
Política de desenvolvimento de coleções	<p>IFLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determina critérios de seleção de materiais em conformidade com a composição demográfica, buscando equilíbrio quanto à representatividade de ideias/opiniões diversas ao tratar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Composição cultural/étnica, idade, nível de leitura, formação e língua nativa dos presos; ○ Materiais necessários para prepará-los para o reingresso à sociedade, incluindo informações sobre os recursos da comunidade e grupos de apoio, oportunidades de trabalho e de habitação, educação e opções de formação profissional; ○ Materiais de referência e de outros tipos necessários para apoiar os programas oferecidos pela instituição; ○ Processos para recomendação de títulos e tratamento de pedidos para a remoção de títulos da coleção; ○ Procedimentos para a retirada periódica do acervo de materiais desatualizados e desnecessários; ○ Processo de tratamento de doações; • Critérios sugeridos (não exaustivos): <ul style="list-style-type: none"> ○ Adequação de assunto e estilo ao público, interesses e necessidades dos presos, atenção às críticas e revisões, significado artístico, social, cultural, científico, exatidão dos fatos, adequação do formato para o uso, relevância frente ao acervo e cobertura do assunto e custos; • Recepção de doações desde que compatíveis com a necessidade da biblioteca, ou seja, atendam aos critérios de seleção por aquisição; • Empréstimos entre bibliotecas devem ser tratados como complemento e não alternativa no plano de desenvolvimento da coleção; • Proibição de censura de materiais, exceto por item específico que se tenha conhecimento de risco à segurança do presídio.
	<p>ALIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baseada na composição demográfica da população prisional, deve compreender: <ul style="list-style-type: none"> ○ Composição cultural/étnica, idade, nível de leitura, formação e língua nativa dos presos; ○ Materiais necessários para prepará-los para o reingresso à sociedade, incluindo informações sobre os recursos da comunidade e grupos de apoio, oportunidades de trabalho e de habitação, educação e opções de formação profissional; ○ Processos para recomendação de títulos pelos presos e tratamento de pedidos para a remoção de títulos da coleção; ○ Procedimentos para a retirada periódica do acervo de materiais desatualizados e danificados; ○ Processo de tratamento de doações; ○ Processo para empréstimos entre bibliotecas e entrega de documentos para complementar o acervo da biblioteca, em conformidade com os requisitos da biblioteca participante e a norma local da ALIA para compartilhamento de recursos entre bibliotecas; ○ Interação com o desenvolvimento de coleção das bibliotecas nacional, estadual e públicas. Em especial, no desenvolvimento de coleções jurídicas com agências locais, bibliotecas estaduais, universitárias e Associação Bibliotecária Jurídica da Austrália;

	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de atualização constante do acervo através de aquisição e, complementarmente de doações. Ambos procedimentos de seleção devem ser realizados por profissionais bibliotecários, seguindo os mesmos critérios: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Adequação de assunto; interesses e necessidades dos presos; significado artístico, cultural, social e científico; exatidão dos fatos; adequação do formato para uso; relevância frente ao acervo existente e; custos; • Em conformidade com a declaração de livre acesso à informação da ALIA de 2007, tem-se que a censura a materiais deve-se restringir àquelas aceitas por bibliotecas públicas ou a restrições ditadas em prol da manutenção da boa ordem e segurança da prisão;
ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser formalmente criada para definir os critérios e princípios de seleção e manutenção de materiais, sejam adquiridos por compra ou doação, contemplando: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Composição étnica, idade, níveis de leitura e línguas dos presos ◦ Necessidade de materiais úteis na preparação de detentos para o reingresso à sociedade, incluindo informações sobre os recursos da comunidade, oportunidades de trabalho e de habitação, educação e oportunidades de formação profissional; ◦ Necessidade de materiais de referência e outros tipos para apoio aos programas oferecidos pela instituição; ◦ Processo para a recomendação de aquisições e procedimentos para tratar pedidos de remoção de materiais da coleção; ◦ Exigências de segurança da instituição correcional; ◦ Procedimentos para a remoção de materiais desatualizados ou desnecessários da coleção; • Deve conter como anexo os documentos: <i>Library Bill of Rights</i>, <i>Resolution on Prisoners Right to Read</i>, <i>Policy on Confidentiality of Library Records</i>, <i>Freedom to Read Statement</i>, and <i>Freedom to View</i>

Fonte: Elaboração própria com dados de American Library Association (1992), Australian Library and Information Association (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Trata-se talvez do elemento mais importante para que uma biblioteca atinja seus objetivos: adequação de seu acervo às necessidades informacionais de seus usuários. Não à toa que todas as diretrizes foram explícitas ao mencionar a necessidade de uma política de desenvolvimento de coleções instituída. Essa, por sua vez, deve contemplar informações acerca das características de seus usuários, os materiais necessários para os diferentes usos pretendidos na instituição e a definição de processos como seleção e desbaste de materiais.

Ainda, ressalta-se que todas as normas registraram a importante missão da biblioteca em não promover a censura de materiais, exceto se comprovado perigo à segurança ou se couber a igual censura em bibliotecas abertas à sociedade. Enquanto a IFLA é enfática ao dizer que deve constar na política cláusula proibindo a censura, a ALA impõe que conste nos anexos do documento os diversos dispositivos que defendem os direitos dos presos à leitura e à liberdade de ler e ver, sendo neles rechaçada a ideia da censura.

Trazendo o tema para a realidade brasileira, imagina-se rara a existência de políticas de desenvolvimento de coleções nos atuais estabelecimentos prisionais tendo em vista a falta de bibliotecários no seu quadro de pessoal – profissionais esses com expertise para a elaboração de tal normativo. O fato é que todas as bibliotecas

hoje existentes invariavelmente realizam os processos de seleção e desbaste, fazendo uso de critérios para tal.

A dificuldade no seu êxito, entretanto, pode ser influenciada por não ser um processo realizado por um bibliotecário, abrindo margem para a execução de uma seleção cujos critérios sejam reduzidos a uma única consideração: o estado de conservação da obra – aspecto necessário, porém de longe insuficiente para se avaliar a utilidade e pertinência de uma obra para um público tão diverso e complexo quanto o encontrado no sistema prisional. Ou talvez nem esse aspecto seja considerado, conforme descrição relatada por Queiroz (2016, p. 169) do manejo de Érica na biblioteca da penitenciária feminina com “[...] livros velhos – alguns rasgados e quase mofados – que são doados ao presídio”.

Assim, tentando minimizar o impacto da falta desse profissional para realizar estudo das necessidades da comunidade prisional local e consequente risco para o efetivo desempenho das funções da biblioteca, sugere-se que ao se treinar o responsável pela biblioteca (critério obrigatório identificado para o elemento “funcionário”), inclua-se uma formação técnica básica de seleção de materiais doados. Ainda assim, propõe-se que – em consonância com a orientação das normas para se embasar a política de desenvolvimento de coleções em dados demográficos da população – sejam utilizadas as informações do respectivo censo penitenciário.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “política de desenvolvimento de coleções”:

Quadro 28 - Critérios selecionados do elemento: política de desenvolvimento de coleções

Critério		Resultado
Política de desenvolvimento de coleções	– Os critérios para seleção/desbaste de obras devem levar em consideração, além do estado de conservação, a pertinência e utilidade do material em relação às características da população carcerária local.	●
	– A censura de materiais deve ocorrer somente se comprovado perigo à segurança ou se couber a igual censura em bibliotecas abertas à sociedade.	●
	– A biblioteca deve possuir uma política de desenvolvimento de coleções pautada nas necessidades e características da população local.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.5. Categoria “Orçamento”

Nesta categoria, identificou-se um elemento, a saber: orçamento.

a. Elemento “Orçamento”

Quanto a este elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 29 - Critérios identificados do elemento: orçamento

CATEGORIA: ORÇAMENTO

Orçamento	IFLA	<ul style="list-style-type: none">• Destinação anual de recursos próprios para a biblioteca cobrir despesas: salários compatíveis com o mercado, materiais bibliográficos, assinaturas, tecnologia, equipamentos, suprimentos, serviços contratados, transporte de material por empréstimo entre bibliotecas, treinamento da equipe, licenças de banco, etc.;• Recurso anual baseado no plano de longo prazo da biblioteca (item Erro! Fonte de referência não encontrada.);• Planejado e administrado pelo bibliotecário principal;• Reportado anualmente em conjunto com as estatísticas das atividades e os resultados dos programas;• Alocação anual para aquisição de recursos informacionais: <table><tr><td>Nº presos</td><td>Orçamento anual mínimo</td></tr><tr><td>> 500</td><td>(VMLN⁶² x 70% da população prisional) + 10% para renovação por perda</td></tr><tr><td>< 500</td><td>Suficiente para repor 10% da coleção</td></tr></table> <ul style="list-style-type: none">• Primeiro reporte suficiente para prover ao menos 50% da coleção, sendo recursos adicionais anuais providos além dos habituais a fim de que ao final do 5º ano, o acervo atinja tamanho máximo;	Nº presos	Orçamento anual mínimo	> 500	(VMLN ⁶² x 70% da população prisional) + 10% para renovação por perda	< 500	Suficiente para repor 10% da coleção
	Nº presos	Orçamento anual mínimo						
	> 500	(VMLN ⁶² x 70% da população prisional) + 10% para renovação por perda						
< 500	Suficiente para repor 10% da coleção							
ALIA	<ul style="list-style-type: none">• Provisão financeira realizada pela autoridade prisional;• Alocação anual de orçamento em adequação aos propósitos do Gestor de serviços bibliotecários;• Destinação orçamentária à biblioteca deve compreender provisão para pessoal e outras necessidades de gastos: salários em conformidade com tabela nacional, formação e treinamento da equipe, artigos de escritório, equipamentos, manutenção, encadernações e fotocópias, coleções e empréstimos entre bibliotecas e despesas geral e de capital;• Alocação para aquisição de recursos informacionais: <table><tr><td>Orçamento anual mínimo</td></tr><tr><td>AUD\$30.00⁶³ x nº de leitos prisionais disponíveis na jurisdição</td></tr></table> <ul style="list-style-type: none">• Montante alocado desse orçamento pelo gestor dos serviços bibliotecários à cada biblioteca de sua jurisdição deve atender a uma relação entre o número de leitos e as necessidades específicas dos presos;	Orçamento anual mínimo	AUD\$30.00 ⁶³ x nº de leitos prisionais disponíveis na jurisdição					
Orçamento anual mínimo								
AUD\$30.00 ⁶³ x nº de leitos prisionais disponíveis na jurisdição								
ALA	<ul style="list-style-type: none">• Agência responsável por todo serviço bibliotecário deve garantir que a todas bibliotecas seja destinado anualmente recurso próprio e apropriado;• Orçamento para a biblioteca e materiais de escritório deve ter por base o valor de uso anual e ser ajustado à inflação do período;• Destinação orçamentária à biblioteca deve compreender provisão para equipamentos, móveis (incluindo hardware e software), manutenção e substituição desses itens, educação continuada e desenvolvimento de atividades da equipe, serviços contratuais, participação em arranjos de empréstimo entre bibliotecas, sistemas automatizados, rede bibliográfica online e bases de dados;• Salários dos funcionários contratados devem ser compatíveis com o mercado;							

⁶² VMLN: trata-se do valor médio de um livro não ficcional de capa dura (em moeda local) que será usado como base de cálculo (LEHMANN; LOCKE, 2005).

⁶³ Valor em dólar australiano relativo ao índice de preços de consumo de 2015. Trata-se de um índice atualizável (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

	<ul style="list-style-type: none">• Alocação anual para aquisição de recursos informacionais (novos e substituição):<table><tr><td>Orçamento anual mínimo</td></tr><tr><td>(VML⁶⁴ x 70% da população prisional) + 20% para renovação por perda</td></tr></table>• Primeiro reporte suficiente para prover ao menos 50% da coleção e todos os equipamentos e estantes. Recursos adicionais anuais, além dos habituais, deverão ser providos anualmente a fim de que ao final do 5º ano, o acervo atinja tamanho recomendado.	Orçamento anual mínimo	(VML ⁶⁴ x 70% da população prisional) + 20% para renovação por perda
Orçamento anual mínimo			
(VML ⁶⁴ x 70% da população prisional) + 20% para renovação por perda			

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

As diretrizes concordam quanto à recomendação de que a biblioteca deve possuir orçamento próprio para início e continuidade de suas atividades, abarcando recursos financeiro para criação e manutenção da estrutura física, mobiliário e equipamentos, tecnologia, pagamento de pessoal, aquisição das coleções, aprimoramento contínuo de seus produtos e serviços, dentre outros. Não obstante, ainda destacam a importância de haver orçamento mínimo anual dedicado para aquisição e substituição de recursos informacionais com objetivo de manter o acervo sempre fiel às necessidades dos usuários, respeitando a natureza dinâmica da instituição conforme prega Hanganathan.

Interessante observar que a IFLA e a ALA entendem que a implantação de uma biblioteca em estabelecimento prisional deve ter o planejamento inicial de em 5 anos atingir o acervo recomendado e adequado à instituição na qual está inserida.

Evidentemente, essa não é uma prática aqui no Brasil que pela falta de recursos financeiros carece tanto de doações para poder criar até mesmo simplórios pontos de leitura, já que não há condições de se estruturar em muitos casos uma biblioteca (ou seria uma suposta biblioteca?). Em raras exceções, contudo, tem-se nos órgãos ligados à educação e cultura uma luz para essa triste realidade como, por exemplo: no estado do Amazonas em que não há cultura de se incentivar as doações uma vez que o acervo com livros de literatura, poesia, paradidáticos, ensino básico e superior de 2 bibliotecas foram em parte fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação; no estado de Minas em que houve aquisição pela Secretaria Estadual de Educação ou; no Distrito Federal em que o Governo realizou algumas aquisições (BRASIL, 2008).

A inexistência de orçamento, na verdade, situa-se como a origem de várias mazelas dessas bibliotecas uma vez que a disponibilidade desse recurso permitiria minimamente a aquisição regular para renovação mínima do acervo conforme

⁶⁴ VML: trata-se do valor médio de um livro de capa dura que será usado como base de cálculo por cada preso. Não significa, contudo, que serão comprados apenas livros de capa dura, pois trata-se apenas de dado para o cálculo de uma previsão (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

estimativas indicadas pelas diretrizes. Porém, como solicitar orçamento para a biblioteca quando falta dinheiro para a ampliação do estabelecimento para diminuir o problema da superlotação, dentre tantos outros problemas estruturais do sistema penitenciário brasileiro? Com certeza sem profissionais que consigam sensibilizar a direção dos presídios para a importância dessa iniciativa no contexto de ressocialização e estado comportamental do preso, dificilmente esta situação se modificará.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “orçamento”:

Quadro 30 - Critérios selecionados do elemento: orçamento

Critério		Resultado
Orçamento	– A biblioteca deve possuir orçamento próprio anual para aquisição de coleção.	○
	– A biblioteca deve possuir orçamento anual que possibilite cobrir despesas: salários compatíveis aos dos cargos administrativos do sistema penitenciário, materiais bibliográficos, assinaturas, tecnologia, equipamentos, suprimentos, serviços contratados, transporte de material por empréstimo entre bibliotecas, treinamento da equipe, licenças de banco, etc.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.6. Categoria “Serviços e Programas”

Nesta categoria, identificou-se 2 elementos, a saber: serviços e programas.

a. Elemento “Serviços”

Quanto ao primeiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 31 - Critérios identificados do elemento: serviços

CATEGORIA: SERVIÇOS E PROGRAMAS	
Serviços	<p>IFLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e nível baseados no perfil demográfico da população prisional e no plano de longo prazo; • Serviços mínimos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Serviço de informação e referência: atendimento às necessidades de dados e fatos através de materiais do acervo local e, onde factível, de recursos da internet; ○ Serviço de aconselhamento de leitura: recomendações de acordo com interesse e nível apropriado de leitura do preso; ○ Regular orientação e instrução de uso da biblioteca; ○ Empréstimo entre bibliotecas; ○ Fornecimento de materiais especiais para usuários com deficiências; • Comprovada impossibilidade de atendimento das demandas de informação e leitura devido às diversidades cultura e linguisticamente dos presos, cabe participação em sistema nacional ou regional de empréstimo entre bibliotecas;

ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e nível baseados no perfil demográfico da população prisional e no plano de longo prazo; • Serviços mínimos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Serviço de informação e referência: atendimento às necessidades de pesquisa e informação através de materiais do acervo local e, onde factível, de recursos da internet. Em especial, o serviço de referência a obras impressas ou digitais de direito deve ser disponibilizado por profissional bibliotecário (local, contratado ou via biblioteca estadual) com experiência em informação jurídica; ○ Serviço de aconselhamento de leitura: recomendações de acordo com interesse e nível apropriado de leitura do preso; ○ Regular orientação e instrução de uso da biblioteca e de computadores; ○ Fornecimento de materiais especiais para usuários com deficiências; • Apesar de não indicado no rol de serviços básicos, tem-se a filosofia de que o acervo da biblioteca deve ser colocado à disposição para empréstimo do preso como se fosse uma biblioteca pública. Assim, na falta do item requerido, realizar-se-ia o processo de empréstimo com biblioteca cooperante. E, ocorrendo perda do material, o ressarcimento seria de responsabilidade do preso solicitante;
ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Baseados no perfil da população prisional (atualizado anualmente), os serviços da biblioteca devem compreender: <ul style="list-style-type: none"> ○ Serviços técnicos: gerenciamento de coleções para atender às necessidades dos usuários, organização dos recursos e procedimentos otimizados para melhor circulação de materiais; ○ Serviços aos presos, mesmo aqueles com restrições de acesso, contemplando: serviços ao leitor com materiais adequados ao nível de leitura; orientação e instrução aos presos, acesso a coleções externas por cooperação; auxílio no uso de materiais, serviço de referência e informação e serviços para necessidades especiais. • Participação em sistemas de bibliotecas, redes de compartilhamento de recursos, consórcio ou outros relacionamentos cooperativos;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Nesse quesito, tem-se que as diretrizes não deixam dúvidas quanto à necessidade de que os serviços prestados estejam em conformidade com o perfil dos usuários sendo atendidos. Nada mais natural tendo em vista que os serviços são consequência dos recursos informacionais disponíveis na biblioteca que, como já mencionado no item da política de desenvolvimento de coleções, devem guardar relação com a composição demográfica da população prisional.

Assim, verifica-se comum a exigência de que se prestem, no mínimo, os serviços de referência, recomendação de leitura, orientação de uso da biblioteca e fornecimento de materiais especiais (caso haja deficientes). Além disso, tem-se que todas as diretrizes também mencionam atividades relacionadas ao serviço técnico. A ALA indica em item próprio esse serviço enquanto que as demais normas focam atenção nos materiais processados e, por isso, constam na apresentação dos critérios do elemento coleção. Igualmente recorda-se que no elemento “espaço físico”, um setor próprio para o processamento técnico era sugerido por essas mesmas normas.

Por fim, apresenta-se o empréstimo entre bibliotecas não somente como um serviço a ser prestado como o qualifica como solução nos casos em que a biblioteca não consiga prover os recursos informacionais necessários aos usuários.

Tem-se que para a realidade brasileira faz-se plausível que os serviços de instrução sobre uso da biblioteca, serviço de referência básico com relação ao acervo local e limitada recomendação de leitura possa ser ofertada pelo funcionário responsável (não bibliotecário), mas que tenha tido mínima capacitação técnica para realização do trabalho.

Quanto ao empréstimo entre bibliotecas, trata-se de serviço que depende de recurso financeiro para proceder ao deslocamento dos materiais entre os locais de origem e destino e vice-versa. Como a viabilização desse serviço pode ser facilitada pela proximidade do estabelecimento prisional às bibliotecas públicas locais e esse fator ser variável entre as bibliotecas das prisões no Brasil, tem-se que a exigência desse serviço não é factível. Além claro de normalmente depender de assinatura de acordos/convênios entre as bibliotecas públicas e as instituições penais, sendo mais um complicador para o processo.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “serviços”:

Quadro 32 - Critérios selecionados do elemento: serviços

Critério		Resultado
Serviços	– Os funcionários da biblioteca devem oferecer serviço de referência, instruções de uso do acervo e recomendações de leitura aos presos.	●
	– A biblioteca deve poder realizar empréstimo entre bibliotecas.	○
	– A biblioteca deve oferecer o serviço de disseminação seletiva da informação.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Programas”

Quanto ao segundo elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 33 - Critérios identificados do elemento: móveis e equipamentos

CATEGORIA: SERVIÇOS E PROGRAMAS	
Programas	IFLA
	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e suporte a diferentes atividades e programas de promoção da leitura, alfabetização e cultura em consonância com os objetivos e anuência do estabelecimento prisional. • Exemplos de programas relevantes e interessantes: <ul style="list-style-type: none"> ○ Leitura de autores, clube do livro e discussões, concursos literários e fatuais com uso de recursos da biblioteca, workshop de escrita, programas musicais, workshop e mostras de arte, tutoria de leitura, concurso de ortografia, celebrações culturais e de feriados, feiras de trabalho. <p>Obs.: nem todas essas atividades são compatíveis para todo tipo de estabelecimento prisional;</p>

ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e suporte a diferentes atividades e programas de promoção da leitura, alfabetização e cultura em consonância com os objetivos e anuência do estabelecimento prisional. • Exemplos de programas relevantes e interessantes: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Leitura de autores, clube do livro e discussões, concursos literários e fatuais com uso de recursos da biblioteca, workshop de escrita, programas musicais, workshop e mostras de arte, tutoria de leitura, concurso de ortografia, celebrações culturais e de feriados, feiras de trabalho. <p>Obs.: nem todas essas atividades são compatíveis para todo tipo de estabelecimento prisional;</p>
ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de programas em diferentes formatos, provendo variadas atividades. Os programas devem estar em conformidade com os objetivos (papéis⁶⁵) almejados pela biblioteca;

Fonte: Elaboração própria com dados de American Library Association (1992), Australian Library and Information Association (2015) e Lehmann e Locke (2005).

As normas são mais abrangentes com relação aos programas. Isso porque há uma gama de possibilidades passíveis de serem executadas pelas bibliotecas ou mesmo em parceria com outros setores do estabelecimento (especialmente o setor educacional). Tem-se, assim, que a ALIA recepcionou as sugestões de programas relevantes e interessantes citados pela IFLA e a ALA foi mais abrangente ao apenas citar a existência de diferentes formas de oferecimento dos programas.

Tem-se que algumas dessas ações elencadas pelas normas não dependem da existência de recurso financeiro para acontecerem (ex.: clube do livro e discussões, concursos literários, leitura de autores), porém demandam pró-atividade, liderança e conhecimento do assunto por quem as organiza a fim de que essas ações não se findem em si mesmas sem estimular a curiosidade pela busca de mais conhecimento que deve estar disponível no acervo.

Devido às limitações já citadas pelas bibliotecas de estabelecimentos prisionais no Brasil, verifica-se que esses tipos de iniciativas são comumente realizados pela sociedade civil engajada nas práticas sociais ou fundações em parceria com as instituições. Como exemplo, cita-se o Programa de Educação e Cultura na Prisão promovido pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) do DF, desenvolvendo a prática da cidadania através de atividades desde a alfabetização até a entrada no ensino superior, além de atividades culturais (DISTRITO FEDERAL, 2013b):

Na área cultural, a FUNAP desenvolve várias atividades nas unidades prisionais, destacando-se: a) 08 Bibliotecas, formadas com, no mínimo, 1.000 títulos, e equipadas com computadores para controle e otimização do acervo;

⁶⁵ Dentre 8 papéis elencados pela Associação de Bibliotecas Públicas dos Estados Unidos, a ALA indica que 6 podem ser adaptados para bibliotecas de estabelecimentos prisionais: Centro de atividades à comunidade, Centro de informações à comunidade, Centro de suporte formal à educação, Centro de aprendizagem Independente, Biblioteca de materiais populares e Biblioteca de referência (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

b) oficinas, cursos e palestras sobre temas variados, como artesanato, informática, teatro, formação humana, música (coral e banda), meio ambiente, práticas agrícolas (agroecologia) e línguas estrangeiras. (DISTRITO FEDERAL, 2013b, *online*)

Essa mesma Fundação ainda promoveu 9 edições do projeto “Festival de arte e cultura no sistema prisional do DF – Fest’art” que envolve a participação de todos os estabelecimentos prisionais do DF com o objetivo de “propiciar, estimular e valorizar a criatividade, a produção artística e intelectual dos internos do Sistema Penitenciário, para a construção de um sujeito independente e criativo” (DISTRITO FEDERAL, 2013a, *online*).

Outro caminho para vencer os obstáculos da falta de recursos humanos e financeiros é a celebração de convênios entre órgãos. Essa foi a alternativa para que detentos fossem ensinados a restaurar livros que tinham como destino a Universidade de Maringá. Ou ainda, a produção de material didático em relevo, a digitação de materiais didático-pedagógico em braile e a gravação de livro falado que têm como destino escolas e bibliotecas da região de Maringá e, ultrapassando fronteiras, chega até Portugal no caso dos livros falados. Registra-se aqui que esses 2 casos citados constam no documento de Boas Práticas do Sistema Penitenciário Nacional (2009).

Evidencia-se, dessa forma, que as deficiências com falta de pessoal e recursos financeiros próprios das bibliotecas dos estabelecimentos para promoção autônoma dessas ações educativas e culturais podem ser supridas e/ou complementadas por fundações públicas com tal finalidade ou ainda por convênios com demais órgãos governamentais. Extrapolando essa lista de parceiros possíveis, tem-se ainda as bibliotecas públicas e a própria sociedade civil.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “programas”:

Quadro 34 - Critérios selecionados do elemento: programas

Critério		Resultado
Programas	– A biblioteca deve oferecer programas de incentivo a alfabetização, educação e/ou cultura aos presos, seja por iniciativa própria ou em parceria com outros órgãos do governo e/ou sociedade civil.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.7. Categoria “Tecnologia da Informação”

Nesta categoria, identificou-se 2 elementos, a saber: sistemas de informação e; internet.

a. Elemento “Sistemas de informação”

Quanto ao primeiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios ou usos a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 35 - Critérios identificados do elemento: sistemas de informação

CATEGORIA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Sistemas de Informação	IFLA <ul style="list-style-type: none"> • Uso de tecnologia da informação atualizada até o limite que não comprometa a segurança da prisão; • Uso de sistema automatizado de circulação e catálogo implementado com uso de base de dados bibliográficos em formato padronizado internacional (MARC21), possibilitando melhoria nas pesquisas, gerenciamento da coleção e avaliação de seu uso; • Recomenda-se fortemente uso de computadores com softwares multimídia para fins informacionais, educacionais e recreativas;
	ALIA <ul style="list-style-type: none"> • Uso de tecnologia da informação atualizada até o limite que não comprometa a segurança da prisão; • Uso de sistema automatizado de circulação e catálogo implementado com uso de base de dados bibliográficos em formato padronizado internacional; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Deve-se considerar a utilização ou a substituição por um sistema automatizado padrão nas diversas bibliotecas de estabelecimentos prisionais do estado a fim de que haja consistência na usabilidade por parte dos presos; • Catálogo online possibilitando a pesquisa do acervo local e recursos eletrônicos disponíveis deve ser provido aos presos a fim de que se tenha acesso remoto e comunicação com a biblioteca. O catálogo deve ser acessível a partir de um website da biblioteca disponível na internet e/ou intranet, sendo desenvolvido com padrões de acessibilidade; • Não havendo acesso à internet, computadores autônomos com softwares multimídia devem ser disponibilizados para fins informativo, educacional e recreativas;
	ALA <ul style="list-style-type: none"> • Uso de tecnologia para suporte à comunicação com sistemas de bibliotecas, redes de compartilhamento de recursos ou outro tipo de relação cooperativa;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Quanto a essa categoria, faz-se a ressalva que a falta de capítulo próprio de tecnologia da informação na diretriz da ALA ou mesmo explícitas recomendações a respeito (exceto para uso de computadores para atividades técnicas da biblioteca e para comunicação com sistemas cooperativos) tem influência de sua publicação em uma época em que se iniciava a popularização do microcomputador e ainda viria ser uma realidade mais acessível o acesso doméstico à internet.

Assim, tem-se que tanto a IFLA quanto a ALIA recomendam o uso de tecnologia da informação nas bibliotecas de estabelecimento prisional desde que não indo de encontro ao princípio da segurança institucional. O entendimento de que deve ser ofertado aos presos computadores com softwares multimídia bem como acesso a rede

para busca independente ao catálogo da biblioteca, em suma, representam meios de incluir digitalmente o preso ao mesmo tempo que disponibiliza meios diversos e modernos para promoção da sua melhor informação, educação e recreação.

Quanto a operacionalização dos trabalhos da biblioteca, as mesmas diretrizes sugerem o uso de sistema de informação automatizado para circulação e catálogo dos materiais disponíveis, cuja base de dados bibliográfica esteja em aderência com padrões de internacionais. Esse fator se faz essencial no contexto da ALIA que sugere a padronização dos sistemas de biblioteca dos estabelecimentos, possibilitando a interoperabilidade entre as bases locais das bibliotecas de uma mesma jurisdição bem como facilitando o fator experiência do usuário.

No que concerne à realidade brasileira, tem-se registro de bibliotecas de estabelecimentos prisionais que possuem computadores disponíveis para seus usuários bem como para a execução dos serviços da própria biblioteca. No projeto “Bibliotecas do Saber”, por exemplo, a entrega de um computador com software gratuito para catalogação dos materiais e gerenciamento de empréstimos/devolução dos itens é um dos objetivos de reformulação das bibliotecas (POSTO CASCOL, [2016]). Outra evidência de uso de sistema automatizado é obtida no Relatório da situação das bibliotecas do sistema penitenciário que indicava que no estado de São Paulo a Fundação de Amparo ao Preso doaria 110 computadores às bibliotecas de estabelecimentos prisionais para realização de monitoramento da circulação das obras e geração de relatórios estatísticos de uso da biblioteca (BRASIL, 2008).

Registra-se que não foi encontrado documento que versasse sobre impedimentos de uso de computadores nesse tipo de biblioteca no Brasil. Porém, igualmente esbarrando-se: na questão de espaço físico; na localização inadequada⁶⁶ já que algumas “bibliotecas” são livros em estantes em um corredor ou dentro de armários e; na disponibilidade orçamentária para a aquisição de equipamento, tem-se que para muitas bibliotecas a solução mais viável é a espera por uma doação do equipamento e treinamento para uso de um sistema de bibliotecas juntamente com a mudança da biblioteca para um local mais adequado.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “sistemas de informação”:

⁶⁶ Ocorrências citadas no Plano diretor do sistema penitenciário do Mato Grosso do Sul nos municípios de Bataguassú, Amambai, Aquidauana, entre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Quadro 36 - Critérios selecionados do elemento: sistemas de informação

Critério		Resultado
Sistemas de informação	– A biblioteca, na inviabilidade de automatização de todos os seus serviços, deve priorizar o uso de sistema de informação automatizado para gerenciar o acervo e o serviço de empréstimo/devolução dos materiais.	○
	– O sistema de biblioteca deve fazer uso de base bibliográfica seguindo os padrões internacionais. Havendo rede de bibliotecas de estabelecimento prisional regional, a biblioteca deve optar por este sistema.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Internet”

Quanto ao segundo elemento, tem-se que duas normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 37 - Critérios identificados do elemento: internet

CATEGORIA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Internet	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Internet e serviço de e-mail devem estar acessíveis à equipe da biblioteca para responder a pedidos de informação, pesquisar catálogos online, comunicar com outros profissionais e fornecedores, realizar cursos à distância e participar do serviço de empréstimo entre bibliotecas; • Uso por detentos de forma supervisionada para fins educacionais e de tratamento nos estabelecimentos onde há segurança de rede para tal;
	ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Internet e serviço de e-mail devem estar acessíveis à equipe da biblioteca para responder a pedidos de informação, pesquisar catálogos online, comunicar com outros profissionais e fornecedores, realizar cursos à distância e participar do serviço de empréstimo entre bibliotecas; • Uso por detentos de forma supervisionada para fins educacionais e de tratamento nos estabelecimentos onde há segurança de rede para tal. Ao bibliotecário deve caber a participação na decisão de quais sites devem ser liberados;
	ALA	

Fonte: Elaboração própria com dados de American Library Association (1992), Australian Library and Information Association (2015) e Lehmann e Locke (2005).

As diretrizes da IFLA e da ALIA são bastante coincidentes quanto a esse elemento, explicando a necessidade de disponibilização dos serviços de internet e mensageria para melhor desempenho das atividades intrínsecas à biblioteca como para capacitar a equipe.

Quanto ao uso pelos presos, tem-se que ambas também concordam que o uso deve ser liberado nos locais em que haja garantia de segurança (física e da informação), porém com ressalva de que o uso seja supervisionado e o acesso limitado aos sítios que contribuam com objetivos educacionais e de tratamento.

Fato é que durante esse estudo, nos diversos documentos oficiais pesquisados, não se encontrou qualquer menção ao uso de internet nas bibliotecas, seja descrevendo/incentivando a existência ou a impedindo. Nas salas de informática dos

estabelecimentos, contudo, foi possível encontrar registros que comprovam a realização de atividades educacionais com e sem o uso de internet.

No documento de Boas Práticas do Sistema Penitenciário Nacional (2009), por exemplo, consta projeto de inclusão digital cuja iniciativa era o ensino básico de sistema operacional e aplicativos de escritório, sendo indicado explicitamente de que os computadores não tinham acesso à internet.

Por outro lado, no site do Instituto Innovare⁶⁷, consta projeto de tele centro de informática iniciado em 2013 em um presídio de Santa Catarina, contando com sala moderna e devidamente equipada (parceria com a sociedade civil) e com acesso à internet para transmissão de cursos de informática. Na mesma linha, a sala de informática de um presídio em Alagoas⁶⁸, disponibiliza a presos a oportunidade de cursar o ensino superior a distância.

A questão é que, no Brasil, a internet nos presídios é um assunto extremamente sensível e polêmico. Recorrentemente, há notícias⁶⁹ sendo veiculadas com relação ao uso de smartphones e internet dentro dos estabelecimentos prisionais, fatos que geram revolta da população pelas leis que os proíbe sendo descumpridas, por saber que estão sendo usados majoritariamente para a prática de crime e por culturalmente achar que presos não devem ter acesso a quaisquer “mordomias”.

Assim, não bastasse a insuficiência de infraestrutura tecnológica e recursos humanos qualificados nos estabelecimentos prisionais já restringindo ou até impedindo um possível uso controlado da internet para fins educacionais e culturais, tem-se ainda uma grande parcela da população que seria contra gastos públicos a fim de estruturar tal tipo de serviço, por considera-lo um “luxo”.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “internet”:

⁶⁷ Informações do projeto disponível em: <http://premioinnovare.com.br/praticas/projeto-telecentro-de-informatica-no-presidio-regional-de-cacador-sc-20140531211239241488>

⁶⁸ Notícia veiculada em 17 maio de 2016 pelo governo de Alagoas. Disponível em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/3978-reeducandos-cursam-o-ensino-superior-dentro-do-sistema-prisional>

⁶⁹ Exemplo de notícia sobre o assunto apresentada pelo programa fantástico. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/06/detentos-com-dinheiro-tem-regalias-em-duas-penitenciarias-brasileiras.html>

Quadro 38 - Critérios selecionados do elemento: internet

Critério		Resultado
Internet	– A biblioteca deve ser provida de internet para a realização dos trabalhos técnicos.	○
	– A biblioteca deve fazer uso da sala de informática para realização de iniciativas de inclusão digital.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.8. Categoria “Comunicação e Marketing”

Nesta categoria, identificou-se 2 elementos, a saber: comunicação e; marketing.

a. Elemento “Comunicação”

Quanto ao primeiro elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 39 - Critérios identificados do elemento: comunicação

CATEGORIA: COMUNICAÇÃO E MARKETING		
Comunicação	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de canal aberto de comunicação com os presos, incluindo recepção de sugestões e pesquisas regulares de satisfação; • Esforços devem ser envidados para se comunicar com presos estrangeiros visto sua restrição natural em participar dos programas prisionais; • Bibliotecários podem superar o “isolamento” da atividade na prisão pela participação em redes profissionais, grupos de discussão na internet, participação em congressos e ministrando aulas para alunos da área; • Comunicação sobre a atuação da biblioteca entre os setores do estabelecimento através do Comitê consultivo da biblioteca;
	ALIA	<ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se pesquisas regulares de satisfação; • Criação do website da biblioteca para prover comunicação remota com o preso; • Comunicação sobre a atuação da biblioteca entre os setores do estabelecimento através do Comitê consultivo da biblioteca;
	ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Ao pessoal da biblioteca deve ser possibilitada a participação regular em conferências, programas de educação continuada, oficinas de desenvolvimento pessoal, e as oportunidades de formação que aumentam habilidades e promover um melhor serviço. Os bibliotecários devem poder participar em atividades promovidas pelas associações profissionais de biblioteconomia. • Comunicação sobre a atuação da biblioteca entre os setores do estabelecimento através do Comitê consultivo da biblioteca;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Quanto a essa categoria, observou-se que apenas a IFLA a trata em tópico próprio, sendo os itens das demais diretrizes pinçadas ao longo de seus documentos com base nas recomendações de temas correlatos aos indicados pela primeira.

Assim, tem-se que a ALIA foi a única a sugerir o uso de um website para a biblioteca, construindo um canal virtual com os presos. Por outro lado, todas

pontuaram a importância do comitê consultivo da biblioteca no estabelecimento prisional de modo a ter feedback e respaldo em sua atuação.

Destaca-se o uso de pesquisa de satisfação periódicas sugeridas tanto pela ALIA quanto pela IFLA, sendo que esta última instituição reforça a necessidade de se manter um canal de diálogo frequente com os presos, especialmente os estrangeiros. Esse contato permitirá verificar as necessidades dos usuários e trata-las com brevidade.

Por fim, tem-se que a IFLA e a ALA tratam o tema comunicação fora dos limites da instituição, incentivando que o profissional bibliotecário não se permita igualmente enclausurar, buscando inovações e informações através de congressos, seminários, enfim, a partir de troca de experiências com outros profissionais da área.

No cenário brasileiro, tem-se que a maioria desses itens já foram discutidos em outros elementos, sendo que em alguns foram alvo de critérios sugeridos como a criação de um comitê consultivo e a realização de pesquisa de satisfação. Assim, compreende que resta analisar os canais de comunicação sugeridos pelas diretrizes.

Quanto ao website indicado pela ALIA, entende-se não ser pertinente sua exigência frente às restrições quanto ao uso de computadores pelos usuários bem de uma infraestrutura tecnológica e recursos humanos que o suportem adequadamente.

Já quanto ao esforço de criação de um canal de comunicação eficiente com os presos, entende-se de fundamental importância, principalmente quando se carece de profissionais que possam realizar um estudo sistemático das necessidades dos usuários bem como implementar a avaliação dos serviços prestados. Assim, torna-se uma alternativa viável para entrar em contato com as necessidades de alguns usuários e planejar ações para dirimi-las, quando tratar-se de uma questão extensível aos demais. Importante ressaltar que esse procedimento não substitui o devido planejamento e avaliação dos serviços bibliotecários, mas que pode coexistir com eles quando forem implantados.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “comunicação”:

Quadro 40 - Critérios selecionados do elemento: comunicação

Critério		Resultado
Comunicação	– A biblioteca deve possuir mecanismos que promovam a troca de informações com os presos (discussões, caixa de sugestões, etc.).	●

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

b. Elemento “Marketing”

Quanto ao segundo elemento, tem-se que duas normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 41 - Critérios identificados do elemento: marketing

CATEGORIA: COMUNICAÇÃO E MARKETING		
Marketing	IFLA	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da biblioteca e seus serviços, incluindo a possibilidade de elaboração de materiais de divulgação em brochuras e participação da orientação de ingressos na prisão; • Oferta de suporte e serviços a outros departamentos da prisão; • Participação em programas multidisciplinares, comitês consultivos e projetos especiais para maior reconhecimento da biblioteca junto a outras áreas da prisão; • Complementarmente às atividades da biblioteca, a equipe pode realizar ações como confecção de bibliografias de assuntos, lista de aquisições, marcadores de livros, guias e exposições de livros/arte; • Atuação como centro de distribuição central para publicações de serviços sociais e centro de referência de apoio organizações externas.
	ALA	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção regular dos serviços e programas da biblioteca;

Fonte: Elaboração própria com dados de American Library Association (1992), Australian Library and Information Association (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Observa-se, nas recomendações da IFLA, a possibilidade de aplicação abrangente do marketing em prol da biblioteca: desde um instrumento para a inclusão do preso como um usuário até uma ferramenta para auxiliar o trabalho dos demais setores. Em outras palavras, tornar público o rol de serviços e produtos que a biblioteca pode ofertar a todos os envolvidos no estabelecimento prisional. A ALIA, por sua vez, centra as atenções na contínua divulgação dos serviços e programas ofertados pela biblioteca.

No cenário brasileiro, percebe-se que a Lei de Execução Penal é clara ao dispor que a biblioteca de estabelecimento prisional é “para uso de todas as categorias de *reclusos*, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984, grifo nosso). Nesse sentido, a extensão das suas atribuições para atendimento das necessidades de departamentos do estabelecimento prisional alheios aos programas de assistência aos presos não encontra respaldo legal no Brasil.

Dessa forma, acha-se pertinente que a biblioteca esteja diretamente envolvida nos projetos e ações assistenciais bem como se faça presente da acolhida do preso à instituição até a sua saída, auxiliando-o no processo de ressocialização.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “marketing”:

Quadro 42 - Critérios selecionados do elemento: marketing

Critério		Resultado
Marketing	– O responsável pela biblioteca deve, preferencialmente, participar do procedimento de acolhida do preso ao estabelecimento prisional a fim de informá-lo sobre as regras de acesso ao serviço bibliotecário local e dirimir possíveis dúvidas iniciais. Não sendo possível, cabe ao profissional que for acolher o preso realizar tal tarefa.	●
	– A biblioteca deve ter ciência dos projetos e ações dos diversos programas assistenciais que ocorrem no estabelecimento prisional desde as respectivas fases de planejamento de modo a poder ofertar os serviços bibliotecários pertinentes e viáveis.	●

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

4.1.9. Categoria “Acesso”

Nesta categoria, identificou-se um elemento, a saber: acesso.

a. Elemento “Regulamento de acesso”

Quanto a este elemento, tem-se que todas as normas indicaram critérios a serem atendidos, conforme descrito a seguir:

Quadro 43 - Critérios identificados do elemento: regulamento de acesso

CATEGORIA: ACESSO	
Regulamento de acesso	<p>IFLA</p> <p>1) BIBLIOTECA LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em regra geral, todos os presos devem ter acesso à biblioteca e seus serviços sem discriminação, independentemente de sua classificação de segurança e localização na prisão, tendo sua privacidade respeitada enquanto usuários de biblioteca; <p><u>Acesso Presencial:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos que não possuem restrição de movimentação no estabelecimento; • Semanalmente em intervalos de tempo suficientes para selecionar e verificar materiais, utilizar o serviço de referência, solicitar empréstimo de um item de acervo externo, ler material não circulante e participar de atividades culturais da biblioteca; • Horários de acesso coordenados com as atividades escolar e laboral; <p><u>Acesso à distância e via coleção de depósito⁷⁰:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos segregados (ex.: hospitalizados, sob custódia protetiva, em unidades de punição); • Garantia de acesso ao catálogo (impresso ou eletrônico) do acervo local e também de solicitação de material de acervos local e externo; • Garantia de acesso a serviços compatíveis aos oferecidos para os presos em situação normal; • Existência de uma coleção de depósito em cada unidade restrita de alojamento com no mínimo 100 (cem) livros populares e atualizados ou 2(dois) livros por preso, o quantitativo que for maior, em cada unidade de alojamento restrita; <ul style="list-style-type: none"> ○ Coleção de depósito deve ser renovada mensalmente, no mínimo; ○ Garantia ao preso de busca e seleção de pelo menos 2 (dois) títulos por semana dessa coleção; <p><u>Restrição de acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apenas aos usuários com documentada violação de regras da biblioteca; <p>2) BIBLIOTECA EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos usuários com permissão de saída do estabelecimento prisional para estudo ou trabalho, deve-se prover meios para utilização de biblioteca local pública/ acadêmica;

⁷⁰ Refere-se a uma seleção de materiais bibliográficos colocados em um local por um período de tempo para uso de um grupo específico de pessoas (AMERICA LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

	<p style="text-align: center;">ALIA</p> <p>1) BIBLIOTECA LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em regra, todos os presos devem ter igual acesso às instalações e serviços sem discriminação, tendo sua privacidade e confidencialidade respeitadas enquanto usuários de biblioteca. Inclui-se os presos de diferentes classificações e sob diferentes regimes; • Conforme declaração de livre acesso à informação da ALIA de 2007, cabe à biblioteca assegurar o suprimento das necessidades informacionais, independentemente de localização e de capacidade de pagamento. Cobranças podem ser realizadas para serviços de impressão e cópia a preços módicos; • As instalações e serviços da biblioteca poderão ser oferecidos a partir da combinação de 3 abordagens, conforme a necessidade de cada caso: <p><u>1.Acesso presencial (modelo preferido)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretamente, no dia planejado de visita à biblioteca; • Aos presos sem restrição de movimentação no presídio, visitas semanais devem ser permitidas em intervalos suficientes para selecionar e verificar materiais, utilizar o serviço de referência, solicitar empréstimo de um item de acervo externo, ler material não circulante, usar computadores e participar em atividades culturais da biblioteca; • Durante o período de funcionamento da biblioteca, dever-se-á ter a presença de um membro da equipe da biblioteca com conhecimento dos procedimentos bibliotecários; <p><u>2.Acesso volante</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • A partir da oferta de recursos e serviços através de entrega por carrinho. Não pode ser a única forma da biblioteca prover materiais aos presos; <p><u>3.Acesso via coleção satélite⁷¹:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em áreas de alojamento ou recreação dos presos, sendo a pequena coleção periodicamente renovada (ao menos mensalmente). Trata-se da melhor opção quando não há espaço físico suficiente para uma biblioteca completa ou quando o preso possui restrição para visitá-la presencialmente; <p><u>Acesso mediado:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Por questões de segurança e proteção, acesso a algumas obras jurídicas deverão ser mediadas pela equipe (ex.: obras de jurisprudência); • Pesquisas a recursos informacionais jurídicos impressos ou digitais devem se mediados; <p>2) BIBLIOTECA EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos usuários com permissão de saída do estabelecimento prisional para estudo ou trabalho, deve-se prover meios para utilização das bibliotecas locais nacional, estadual, pública e acadêmica (incluindo nessas, as bibliotecas de educação e treinamento vocacional);
--	--

⁷¹ Trata-se de uma coleção de materiais *stand-alone*, sendo quantitativamente menor que a biblioteca principal e normalmente localizada em área restrita como uma unidade de alojamento (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

ALA	<p>1) BIBLIOTECA LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em regra, todos os presos devem ter acesso aos serviços da biblioteca, independente da sentença, designação de segurança ou localização dentro da instituição; <p><u>Acesso Geral:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos em geral; • Os serviços devem funcionar durante a semana, à noite e nos fins de semana de modo a possibilitar que presos em situação normal tenham acesso a uma biblioteca com profissionais pelo menos 5h por semana; <p><u>Acesso Restrito:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos em unidades de acesso restrito deve ser garantido ao menos um dos seguintes tipos de acessos: <ul style="list-style-type: none"> ○ À biblioteca principal de forma diferenciada pelo menos 1 vez por semana por período mínimo de 1 hora; ○ À coleção de depósito na unidade com pelo menos 100 livros/outros materiais apropriados ou 2 títulos por preso na unidade, o que for maior. Essa coleção deve ser trocada pelo menos uma vez ao mês; ○ Ao carro de livros com mínimo de 100 títulos, podendo procurar e selecionar pelo menos 2 títulos com frequência mínima de uma vez por semana. Essa coleção deve ser trocada pelo menos uma vez ao mês; ○ À lista de no mínimo 300 títulos atuais de livros ou outros materiais apropriados, podendo o preso selecionar dessa lista ao menos 2 títulos por semana. As entregas devem ser realizadas no prazo de 5 dias úteis e a lista revisada com periodicidade mínima anual. • Garantia de acesso dos presos com restrição de movimentação a serviços e materiais compatíveis aos oferecidos para os presos em situação normal. Inclusive os materiais devem ser selecionados com os mesmos critérios, podendo os presos restritos sugerirem aquisições e serviços; <p><u>Restrição de acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apenas aos usuários com abuso documentado dos serviços da biblioteca; • A biblioteca não deve funcionar sem a presença de um membro qualificado da equipe. Durante o horário de funcionamento deve haver equipe suficiente para manter os serviços disponíveis; <p>2) BIBLIOTECA EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos que podem deixar a instituição de forma periódica ou que vivam fora do perímetro institucional, deve-se prover meios para que o indivíduo tenha o direito de realizar empréstimo na biblioteca pública local;
-----	---

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).

Por fim, apresenta-se o último elemento da análise, sendo exatamente o relativo aos regulamentos necessários para a concretização de todo esse estudo – o direito universal de acesso à informação.

Desse modo, cabe à biblioteca em conjunto com demais setores do estabelecimento prisional montar as estratégias necessárias para viabilizá-lo e impedir que casos como o ocorrido na inspeção de estabelecimento no Amapá⁷² sejam raras exceções ou, melhor, que não mais existam: “Também houve reclamações de que para ter acesso aos livros da biblioteca é necessário autorização, e que não é tão simples para conseguir”.

Assim, com relação às estratégias mostrada pelas diretrizes, as abordagens se concentraram em 2 cenários: acesso à biblioteca local e acesso à biblioteca externa.

⁷² Relatório de inspeção disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpccp-1/relatorios-de-inspecao-1/relatorios-de-inspecao-2015/relatorio_de_inspecao_conjunta___amapa___2016_versao_final_.pdf

Assim, iniciando-se pelo 2^a cenário, tem-se que o acesso à biblioteca externa, segundo a IFLA e a ALIA, deve estar condicionado ao preso estudar ou trabalhar em local externo ao estabelecimento, cabendo à biblioteca local intermediar com bibliotecas próximas das diversas tipologias a permissão de uso pelo preso. A ALA, por sua vez, distingue-se apenas por expandir esse direito também àqueles presos que não estão sujeitos ao cumprimento da pena exclusivamente no estabelecimento.

Já com relação ao acesso à biblioteca local, tem-se que todas as diretrizes preveem o acesso presencial à biblioteca àqueles que não possuem restrições de movimentação interna no estabelecimento, cujo período de duração seja suficiente para que ele desfrute minimamente dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca. Por outro lado, tem-se que para os usuários com restrição, cada diretriz oferece diferentes conjuntos de opções de modo a garantir que o apenado tenha serviços compatíveis com aqueles presos em condição normal, dentre eles são recorrentes: a coleção satélite ou de depósito, a escolha através do catálogo (parcial ou total) e a entrega volante. A ALA é a única que sugere a opção de agendamentos semanais para visita presencial.

Quanto à efetiva restrição de uso da biblioteca, tem-se que tanto a IFLA quanto a ALA entendem que só possa ser justificada por problemas oriundos da relação entre o preso e a própria biblioteca, formalmente comprovada. Exemplo disso é o tratamento dado na biblioteca do Instituto Penal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde “visando à organização e preservação do acervo, os internos que fazem mau uso dos livros levam um tempo indeterminado para realizar novos empréstimos” (MATO GROSSO DO SUL, 2012). Trata-se, assim, de medida educativa que não usurpa o direito de acesso definitivo, mas tão somente disciplina o usuário quanto ao cuidado ao bem comum da mesma maneira que é realizado na sociedade, por exemplo, exigindo-se reposição do exemplar sumido ou danificado.

Aproveitando o exemplo que já situa o assunto no contexto brasileiro, verifica-se impertinente para esse elemento a determinação de uma única forma de acesso à biblioteca e seus serviços a ser implementada em todos os casos concretos. Isso porque a depender do tamanho do estabelecimento, da organização dos pavimentos, do tamanho da biblioteca, da quantidade de funcionários e de unidades restritivas, a melhor dinâmica de oferecimento dos serviços bibliotecários poderá ser bastante diversa.

Nesse sentido, não há o que se questionar quanto ao direito de todos os presos comuns acessarem presencialmente a biblioteca. Já quanto ao tratamento dado aos presos em situação restritiva, caberá a cada biblioteca a decisão da forma de prover seus serviços que lhe couber mais eficiente e menos dispendiosa, sendo negado temporário acesso apenas aos que descumprirem as normas vigentes na biblioteca.

Assim, pelos motivos expostos, sugere-se os seguintes critérios para o elemento “regulamento de acesso”:

Quadro 44 - Critérios selecionados do elemento: regulamento de acesso

Critério		Resultado
Regulamento de acesso	– Todos os presos sem restrição de movimentação interna no estabelecimento devem poder visitar a biblioteca semanalmente durante período suficiente para consultar acervo, solicitar empréstimo, fazer uma leitura local e usufruir de outros serviços disponibilizados pela biblioteca.	●
	– Aos presos em situação restritiva no estabelecimento deve ser provido meio de usufruir do serviço da biblioteca de modo similar ao realizado pelos demais presos, podendo ser através de entrega volante, coleção de depósito ou solicitação via catálogo.	●
	– A restrição ao acesso à biblioteca deve ser de caráter temporário e educativo aos presos que descumprirem alguma norma de conduta vigente da biblioteca, devidamente comprovada.	●
	– A biblioteca deve intermediar com as bibliotecas públicas da região a disponibilização de acesso aos presos que estudam e trabalham fora do estabelecimento prisional bem como àqueles que cumprem parte da pena em liberdade.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

Por fim, apresenta-se a seguir um quadro de consolidação dos elementos identificados e analisados neste tópico do trabalho.

Quadro 45 - Resumo de Categorias x Elementos

Categoria	Elemento
1. Administração	Estrutura organizacional, Políticas e procedimentos, Planejamento e avaliação
2. Equipe	Bibliotecários, Funcionários
3. Instalação física/equipamentos	Localização, Espaço físico, Mobiliário e equipamentos
4. Coleção	Coleção, Política de desenvolvimento de coleções
5. Orçamento	Orçamento
6. Serviços e Programas	Serviço, Programas
7. Tecnologia da Informação	Sistemas de informação, Internet
8. Comunicação e Marketing	Comunicação, Marketing
9. Acesso	Regulamento de acesso

Fonte: elaboração própria.

4.2. Instrumento de desenvolvimento e análise para as bibliotecas no sistema prisional brasileiro

Tem-se que o levantamento dos elementos de uma biblioteca de estabelecimento prisional possibilitou a identificação de 18 itens. A análise de adequação desses elementos no contexto brasileiro, por sua vez, resultou na seleção de um total de 47 critérios, conforme apresentados no tópico anterior.

Tendo sido tomada a decisão de apresentá-los agrupados por categoria a fim de facilitar a compreensão das análises sendo realizadas, restou pendente uma visualização macro dos critérios selecionados (Quadro 46), sendo agora sanada.

Quadro 46 - Resumo dos elementos e critérios de uma biblioteca de estabelecimento prisional

Cat.	Elem.	Critério	Resultado
Administração	Estrutura organizacional	A biblioteca deve possuir um responsável designado, atendendo aos requisitos: <ul style="list-style-type: none"> o Ser pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto); o Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado; 	●
		A biblioteca deve presidir um comitê consultivo sobre sua atuação no estabelecimento prisional com a participação de representantes dos demais setores e de um grupo de presos.	○
	Políticas e procedimentos	As normas ou regulamentos que viabilizam o acesso aos serviços básicos da biblioteca – como horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais – devem estar definidos e ser de amplo conhecimento da população carcerária;	●
		A biblioteca deve possuir os procedimentos formalizados de demais áreas, quando existirem: operações diárias, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação;	○
	Planejamento e avaliação	A biblioteca deve, no mínimo, manter estatísticas atualizadas sobre a situação e uso do acervo: quantidade de obras adquiridas, quantidade de obras descartadas e quantidade de empréstimos das obras.	●
		A biblioteca deve realizar pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente.	●
		O estabelecimento prisional deve fazer uso de profissional bibliotecário (seja do seu quadro de pessoal, contratado ou através de parceria/convênio) para elaborar/atualizar o planejamento de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos), devendo ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos serviços de informação ofertados e nas estatísticas coletadas da situação e uso do acervo.	●
Equipe	Bibliotecário	A biblioteca deve possuir ao menos um profissional bibliotecário em sua equipe a quem caberá a chefia do setor, além do desempenho de atividades pertinentes à sua atuação profissional. O profissional poderá pertencer ao quadro de pessoal do estabelecimento prisional ou ser contratado, inclusive por convênio/parceria com outros órgãos.	○
	Funcionário	Deve ser permitido ao preso de boa conduta a oportunidade de desempenhar atividade laboral na biblioteca, desde que compatível com suas habilidades.	●
		A equipe da biblioteca deve estar capacitada para o desempenho das funções técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, organização do acervo, referência).	●
		Deve ser permitida a participação da comunidade em trabalho voluntário na biblioteca	○

Instalação Física/ Equipamentos	Localização	A biblioteca deve estar instalada em local exclusivo para sua atuação.	●
		A biblioteca deve estar localizada em área central do estabelecimento, preferencialmente dentro ou próximo ao módulo de ensino.	○
		A biblioteca deve ser acessível por todos os presos do estabelecimento prisional, incluindo os portadores de necessidades especiais	●
		A biblioteca deve ser um espaço bloqueável.	●
	Espaço físico	A biblioteca deve possuir área mínima de 30m ² e estar em bom estado de conservação (iluminação, instalações físicas, elétricas e controle de temperatura). O espaço físico da biblioteca deve comportar, no mínimo: acervo, setor de referência/processamento técnico e local de acomodação para 5% da população carcerária.	●
		A biblioteca deve contemplar espaço físico para comportar: os setores de referência, processamento técnico e escritório, acervo, área para exibição/promoção de livros e outros materiais, área para leitura, área para escuta (materiais não impressos); área de computadores para presos e fotocopiadora; espaço para atividades em grupo.	○
		O projeto da biblioteca deve compreender os aspectos: iluminação funcional para leitura, uso de computador e outras funções; tratamento acústico de paredes, piso e teto; controle de temperatura; capacidade suficiente para suportar a carga das estantes de livros; saídas de energia e dados para os equipamentos; controle visual de todo o espaço; local de armazenamento com fechadura; telefone para ligação externa e sistema eletrônico de comunicação de emergência;	○
	Mobiliário e equipamentos	A biblioteca deve possuir móveis para o setor de referência e de processamento técnico (balcão, armários, prateleiras, carrinho de livros, mesa, cadeiras, computador); estantes para os materiais informacionais; mesas e cadeiras para leitura.	●
		A biblioteca deve ainda possuir: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mobiliário e equipamento para a secretaria/escritório, o espaço de exibição de livros e demais materiais, a área de audiovisual e a área de atividades em grupo; ○ Computadores para uso dos presos e fotocopiadora; ○ Telefone e sistema de comunicação de emergência; 	○
Coleção	Coleção	O acervo deve conter no mínimo 10 títulos por preso, dentre obras de cunho literário, educativo (incluindo legislação) e recreativo.	●
		O acervo deve conter exemplares suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano, ou seja, deve haver 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)	●
		O acervo deve contemplar obras em línguas diversas do português bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante dos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente à população do estabelecimento.	●
		O acervo deve estar organizado por método conhecido pela equipe e usuários, preferencialmente seguindo padrões internacionais.	●
		A biblioteca deve possuir um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções.	●
		O acervo deve ser composto por livros, revistas, jornais, gravações de áudio e de vídeo.	○
	Política de desenvolvimento de coleções	Os critérios para seleção/desbaste de obras devem levar em consideração, além do estado de conservação, a pertinência e utilidade do material em relação às características da população carcerária local.	●
		A censura de materiais deve ocorrer somente se comprovado perigo à segurança ou se couber a igual censura em bibliotecas abertas à sociedade.	●
		A biblioteca deve possuir uma política de desenvolvimento de coleções pautada nas necessidades e características da população local.	○
Orçamento	Orçamento	A biblioteca deve possuir orçamento próprio anual para aquisição de coleção.	○
		A biblioteca deve possuir orçamento anual que possibilite cobrir despesas: salários compatíveis aos dos cargos administrativos do sistema penitenciário, materiais bibliográficos, assinaturas, tecnologia, equipamentos, suprimentos, serviços contratados, transporte de material por empréstimo entre bibliotecas, treinamento da equipe, licenças de banco, etc.	○

Serviços e Programas	Serviços	Os funcionários da biblioteca devem oferecer serviço de referência, instruções de uso do acervo e recomendações de leitura aos presos.	●
		A biblioteca deve poder realizar empréstimo entre bibliotecas.	○
		A biblioteca deve oferecer o serviço de disseminação seletiva da informação.	○
	Programas	A biblioteca deve oferecer programas de incentivo a alfabetização, educação e/ou cultura aos presos, seja por iniciativa própria ou em parceria com outros órgãos do governo e/ou sociedade civil.	○
Tecnologia da Informação	Sistemas de Informação	A biblioteca, na inviabilidade de automatização de todos os seus serviços, deve priorizar o uso de sistema de informação automatizado para gerenciar o acervo e o serviço de empréstimo/devolução dos materiais.	○
		O sistema de biblioteca deve fazer uso de base bibliográfica seguindo os padrões internacionais. Havendo rede de bibliotecas de estabelecimento prisional regional, a biblioteca deve optar por este sistema.	○
	Internet	A biblioteca deve ser provida de internet para a realização dos trabalhos técnicos.	○
		A biblioteca deve fazer uso da sala de informática para realização de iniciativas de inclusão digital.	○
Comunicação e Marketing	Comunic.	A biblioteca deve possuir mecanismos que promovam a troca de informações com os presos (discussões, caixa de sugestões, etc.).	●
	Marketing	O responsável pela biblioteca deve, preferencialmente, participar do procedimento de acolhida do preso ao estabelecimento prisional a fim de informa-lo sobre as regras de acesso ao serviço bibliotecário local e dirimir possíveis dúvidas iniciais. Não sendo possível, cabe ao profissional que for acolher o preso realizar tal tarefa.	●
		A biblioteca deve ter ciência dos projetos e ações dos diversos programas assistenciais que ocorrem no estabelecimento prisional desde as respectivas fases de planejamento de modo a poder ofertar os serviços bibliotecários pertinentes e viáveis.	●
Acesso	Regulamento de acesso	Todos os presos sem restrição de movimentação interna no estabelecimento devem poder visitar a biblioteca semanalmente durante período suficiente para consultar acervo, solicitar empréstimo, fazer uma leitura local e usufruir de outros serviços disponibilizados pela biblioteca.	●
		Aos presos em situação restritiva no estabelecimento deve ser provido meio de usufruir do serviço da biblioteca de modo similar ao realizado pelos demais presos, podendo ser através de entrega volante, coleção de depósito ou solicitação via catálogo.	●
		A restrição ao acesso à biblioteca deve ser de caráter temporário e educativo aos presos que descumprirem alguma norma de conduta vigente da biblioteca, devidamente comprovada.	●
		A biblioteca deve intermediar com as bibliotecas públicas da região a disponibilização de acesso aos presos que estudam e trabalham fora do estabelecimento prisional bem como àqueles que cumprem parte da pena em liberdade.	○

Fonte: elaboração própria. Legenda: Requerido (●) / Desejável (○)

Uma vez estabelecidos os critérios requeridos, obteve-se os insumos necessários para a elaboração de um instrumento de desenvolvimento e análise da biblioteca como um agente de inclusão social no sistema prisional brasileiro (Quadro 47).

Desse modo, tem-se que para cada critério requerido identificado, elaborou-se respectivo questionamento a ser confirmado pelo avaliador no momento da inspeção

da biblioteca e, conseqüentemente, permitir classificá-la ou não como sendo uma biblioteca de estabelecimento prisional no contexto atual do Brasil.

Importa evidenciar que este instrumento não tem como objetivo ser uma diretriz para as bibliotecas brasileiras de estabelecimento prisional, pois este importantíssimo e tão necessário trabalho só poderá efetivamente ter valia se tiver origem em um trabalho conjunto de várias esferas públicas.

Assim, cabe a este instrumento possibilitar a devida caracterização de uma biblioteca de estabelecimento prisional frente ao estágio de progresso atual do sistema penitenciário brasileiro de modo que avanços desse último demandarão as devidas atualizações dos critérios a serem atendidos por esse serviço de informação.

Quadro 47 - Instrumento de validação de uma biblioteca de estabelecimento prisional no Brasil

Cat.	Elemento	Critério Requerido	✓
Administração	Estrutura organizacional	A biblioteca possui um responsável designado que atende aos requisitos abaixo elencados? – Ser pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto); – Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado;	
	Políticas e procedimentos	Encontram-se definidos e amplamente divulgados dentre a população carcerária as normas ou regulamentos relativos ao horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais da biblioteca?	
	Planejamento e avaliação	A biblioteca mantém estatísticas atualizadas, no mínimo, sobre a situação e uso do acervo (quantidade de obras adquiridas, quantidade de obras descartadas e quantidade de empréstimos das obras)?	
		A biblioteca realiza pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente?	
		O estabelecimento prisional faz uso de profissional bibliotecário (seja do seu quadro de pessoal, contratado ou através de parceria/convênio) para elaborar/atualizar o planejamento* de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos)? * O plano deve ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos produtos/serviços de informação ofertados e das estatísticas coletadas da situação/uso do acervo.	
Equipe	Funcionário	É ofertado aos presos de boa conduta e com habilidades compatíveis a possibilidade de exercer atividade laboral na biblioteca?	
		A equipe da biblioteca está capacitada para o desempenho das funções técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, organização do acervo, referência)?	
Instalação Física/ Equipamentos	Localização	A biblioteca encontra-se instalada em local exclusivo para sua atuação?	
		A biblioteca é acessível por todos os presos do estabelecimento, incluindo os portadores de necessidades especiais?	
		A biblioteca possui mecanismo físico de fechamento ao público?	
	Espaço físico	A biblioteca possui área mínima de 30m ² e está em bom estado de conservação (iluminação, instalações físicas, elétricas e controle de temperatura)?	

		O espaço físico da biblioteca comporta, no mínimo: acervo; setor de referência/processamento técnico e; local de acomodação para 5% da população carcerária?	
	Mobiliário e equipamentos	A biblioteca possui móveis para o setor de referência e de processamento técnico (balcão, armários, prateleiras, carrinho de livros, mesa, cadeiras, computador), estantes para os materiais informacionais e mesas e cadeiras para leitura?	
Coleção	Coleção	O acervo contém no mínimo 10 títulos por preso, dentre obras de cunho literário, educativo (incluindo legislação) e recreativo?	
		O acervo contém exemplares* suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano? * 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)	
		O acervo contempla obras em línguas diversas do português bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante dos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente à população do estabelecimento?	
		O acervo está organizado por método conhecido pela equipe e usuários (preferencialmente, seguindo padrões internacionais)?	
		A biblioteca possui um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções?	
	Política de desenvolvimento de coleções	Dentre os critérios para seleção/desbaste de obras, a pertinência e utilidade do material em relação às características da população carcerária local são levados em consideração, além do estado de conservação do material? A censura de materiais ocorre somente quando comprovado perigo à segurança ou quando cabe a igual censura em bibliotecas abertas à sociedade?	
Serviços e Programas	Serviços	Os funcionários da biblioteca oferecem serviço de referência, instruções de uso do acervo e recomendações de leitura aos presos?	
Comunicação e Marketing	Comunicação	A biblioteca possui mecanismos que promovem a troca de informações com os presos (discussões, caixa de sugestões, etc.)?	
	Marketing	O responsável pela biblioteca, preferencialmente, participa do procedimento de acolhida do preso ao estabelecimento prisional a fim de informá-lo sobre as regras de acesso ao serviço bibliotecário local e dirimir possíveis dúvidas iniciais? Não sendo possível, o profissional que acolhe o preso realiza tal tarefa?	
		A biblioteca tem ciência dos projetos e ações dos diversos programas assistenciais que ocorrem no estabelecimento prisional desde as respectivas fases de planejamento de modo a poder ofertar os serviços bibliotecários pertinentes e viáveis?	
Acesso	Regulamento de acesso	Todos os presos sem restrição de movimentação interna no estabelecimento podem visitar a biblioteca semanalmente durante período suficiente para consultar acervo, solicitar empréstimo, fazer uma leitura local e usufruir de outros serviços disponibilizados pela biblioteca?	
		Aos presos em situação restritiva no estabelecimento é provido meio de usufruir do serviço da biblioteca de modo similar ao realizado pelos demais presos (através de entrega volante, coleção de depósito ou solicitação via catálogo)?	
		A restrição ao acesso à biblioteca aplicada aos presos que descumprirem alguma norma de conduta vigente da biblioteca, devidamente comprovada, tem caráter temporário e educativo?	

Fonte: elaboração própria.

5. CONCLUSÕES

Em um cenário em que seis diferentes órgãos públicos no Brasil se incumbem de fiscalizar o cumprimento da Lei de Execução Penal e, pelo menos mais outras 2 entidades também se prestam a essa árdua missão, garantir que todos tenham o mesmo entendimento sobre o objeto a ser avaliado faz-se vital para seu devido diagnóstico.

Nessa perspectiva, o instrumento desenvolvido nesse trabalho poderá auxiliar não somente o Ministério Público – responsável pelo melhor índice de inspeções no sistema penitenciário brasileiro–, mas quaisquer outros órgãos, diretores de estabelecimentos penais e/ou sociedade civil a terem um entendimento único sobre quais são as características mínimas necessárias para que se comprove a constituição de uma biblioteca de estabelecimento prisional no atual contexto do país.

Como exposto anteriormente neste trabalho, conceituar uma biblioteca vai além da descrição simplista de um espaço ocupado por livros disponibilizados a um grupo de indivíduos. Significa perpassar um conjunto complexo de dimensões – que não são autossuficientes –, cujas especificidades e forma de interação num dado momento histórico permitem a constituição de uma instituição singular, mas que sempre guarda consigo a função de informar, estimular o conhecimento, propiciar o descobrimento de novos horizontes, enfim, mudar vidas.

É a partir dessa função social que a biblioteca se apresenta como instituição chave para a promoção da dignidade do ser humano, principalmente daqueles restritos de liberdade que em sua maioria tem em comum o fato de vivenciarem as consequências da exclusão social.

Assim, os elementos e critérios sugeridos para a validação da biblioteca de estabelecimento prisional neste estudo tentam garantir que o mínimo dessa função social seja sempre ofertado ao preso no país. Ao propor a análise objetiva da existência da biblioteca, assegura-se aos presos não apenas a utilização de suas funções básicas, mas também se promove a superação de alguns aspectos da exclusão social. E, nutrindo a esperança de que a situação precária do sistema penitenciário brasileiro será paulatinamente revertida, tem-se o horizonte de periódicas readequações desses elementos e critérios a fim de desafiar a biblioteca a

oferecer aos presos toda sua potencialidade social adequada às condições do momento.

Desse modo, sugere-se como trabalhos futuros a implementação desse instrumento em estabelecimentos prisionais brasileiros com o objetivo de avaliar se a percepção de diretores e inspetores publicada nos diversos documentos oficiais condiz com os requisitos mínimos identificados por este estudo. A aplicação do instrumento em estabelecimentos prisionais de outros países, por sua vez, ainda permitiria estudos comparativos sobre a realidade dos sistemas prisionais de outras nações e a brasileira. Não obstante, sugere-se que uma vez definida a Política Criminal e Penitenciária já mencionada pelo poder público ou, quem sabe (não custa sonhar), a Diretriz brasileira para essa tipologia de bibliotecas, o instrumento proposto seja revisado a fim de se manter a uniformidade de entendimento entre todos os que compõe o sistema penitenciário brasileiro do que deve ser uma biblioteca de estabelecimento prisional. Afinal, somente assim se poderá garantir a adequada propositura e implementação de políticas e ações públicas sobre o tema a fim da biblioteca efetivamente contribuir para que, ao fim do cumprimento de sua pena, o preso detenha um sentimento real de pertencimento e respeito à sua comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005. p. 1-36.

ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-117, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2016.

ALVES, Maria Helena Hees. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1/2, p. 54-61, 1982. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/3179>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of Specialized and Cooperative Library Agencies. **Library standards for adult correctional institutions**. Chicago, IL: American Library Association, 1992. Disponível em: <<https://www.prisonlegalnews.org/media/publications/Library%20Standards%20for%20Adult%20Correctional%20Institutions%20Am.%20Library%20Ass'n%201992.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION. **Minimum Standard Guidelines for Library Services to Prisoners**. Canberra: Australian Library and Information Association, 2015. Disponível em: <<https://www.alia.org.au/about-alia/policies-and-guidelines/aliam-policies/prison-guidelines>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce; ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 1, p. 27-36, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. The role of social interaction between public library in information and knowledge in the context of information science. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160 p. Disponível em: <http://www.bn.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Diretrizes básicas para arquitetura penal**. Brasília: CNPCP, 2011. 111 p. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={BBAFF4D4-10A3-4477-A5B2-E96E75334F9F}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Brasília, 2015a. 37 p. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/imagens-cnpcp/plano-nacional-de-politica-criminal-e-penitenciaria-2015.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Boas práticas do sistema penitenciário nacional**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2009. 94 p. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/2009manual_boaspraticas.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen – junho 2014**. [Brasília]: Departamento Penitenciário Nacional, 2015b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen – dezembro 2014**. [Brasília], 2016a. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012. Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório da situação atual do sistema penitenciário: bibliotecas**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2008. 28 p. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/meta16_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **[Relatório Estatístico - Analítico do Sistema Prisional Brasileiro] Dezembro de 2014**: todas as UF's. [Brasília], 2016b. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BRASIL. Portal Brasil. Educação. **Dezenove escolas do DF contam com núcleo de altas habilidades**. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/12/dezenove-escolas-do-df-contam-com-nucleo-de-altas-habilidades>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.048, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 1962.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Estabelece regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil. **Diário Oficial da União**, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, DF, 2 dez. 1994.

BUARQUE, Cristovam. **Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2015**. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília: Senado Federal, 2015. p. 20-29. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=12/02/2015&paginaDireta=00020>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BULLA, Beatriz. Ministro da Justiça diz que prefere morrer a ir para a cadeia. Estadão, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-justica-diz-que-prefere-morrer-a-ir-para-a-cadeia,959839>>. Acesso em:

CALIXTO, José António et al. Bibliotecas públicas, exclusão social e o fim da esfera pública. In: Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 11., 2012, Lisboa. **Atas...** Lisboa: BAD, 2012. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/340/pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79 p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 611 p.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000019397/084b6a8aa840025fdd236ada90b5e7ef>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CONSELHO EUROPEU. Assembléia Parlamentar. **Fighting social exclusion and strengthening social cohesion in Europe**. jan. 1998. Disponível em: <<http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=7900&lang=EN>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro**. Brasília: CNMP, 2013. 320 p. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Comissoes/CSP/Relat%C3%B3rio_Vis%C3%A3o_do_Minist%C3%A9rio_P%C3%BAblico_no_Sistema_Prisional_Edi%C3%A7%C3%A3o_2013.PDF>. Acesso em: 18 mai. 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Programa Segurança sem violência**: relatório do grupo de trabalho. Brasília: CNMP, 2014. 20 p. Disponível em: <www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Comissoes/CSP/Programa_Seguranca_s_em_Violencia_Livreto.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

COYLE, Andrew. **Administração prisional**: uma abordagem em direitos humanos. 2. ed. Londres: International Centre for Prison Studies, 2009. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/2nd_portuguese_handbook_final.pdf. Acesso em: 31 mai. 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. 118 p.

DISTRITO FEDERAL. Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. **Festival De Arte E Cultura No Sistema Prisional Do Df – Fest’art**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.funap.df.gov.br/projetos/festival-de-arte-e-cultura-no-sistema-prisional-do-df-festart.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. **Programa de Educação e Cultura na Prisão**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.funap.df.gov.br/programas/educacao-e-cultura-na-prisao.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 121-159, dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 mai. 2016.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: biblioteca e bibliotecário em meio prisional. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTA, 9., 2007, Ponta Delgada (Açores). **Anais Eletrônicos...** Lisboa: BAD, 2007. Disponível em: <<http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2016.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 275 p.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais: características e modalidades de investigação.

ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003. Disponível em:

<seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11638/6840>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo: Polis, 1996. 124 p.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p. (Coleção pesquisa qualitativa).

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet De Lemos, 2007. p. 53-60.

FREITAS, Marília Augusta. **A biblioteca pública como agente de inclusão social: um estudo de caso da Biblioteca Demonstrativa de Brasília**. Brasília, 2010, 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GARCIA-PEREZ, Maria Sandra. Um acercamiento a las bibliotecas de los centros penitenciarios. **Boletim de la Asociación de Bibliotecarios**, n. 62, p. 79-89, mar. 2001.

INTELLECTUAL FREEDOM MANUAL. **Prisoners' Right to Read: An Interpretation of the Library Bill of Rights**. Disponível em: <<http://www.ifmanual.org/prisoners>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

JOHN, V. M. **“Palavras de salvação”**: as representações da leitura na prisão. Florianópolis, 2004. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87436/207489.pdf?sequence=1&isAllowed=>>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

JOHNSON, Justine. **Books behind bars: Is correctional librarianship a job for you?**. North Carolina, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ala.org/offices/sites/ala.org.offices/files/content/olos/incarcerated.pathfin.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

KLIKSBERG, Bernardo. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997. 209 p.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. **Diretrizes da Ifla sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. rev. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em:

<<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Florianópolis: UFSC, 2011. 233 p.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Guidelines for Library Services to Prisoners**. 3. ed. The Hague, Netherlands: International Federation of Library Associations and Institutions, 2005. 24 p. IFLA Professional Reports, n. 92. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

LEVINE-CLARK, Michael; CARTER, Toni M. (Ed.). **ALA Glossary of Library and Information Science**. 4. ed. Chicago: American Library Association, 2013. p. 238. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=QQObAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 25 mai. 2016.

LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress Subject Headings**. 38. ed. [Washington, D.C.], 2016. Disponível em: <<https://www.loc.gov/aba/publications/FreeLCSH/S.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CBBB, 2013. p. 764-779. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1284/1285>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

MARTINS, Carine Jansen Batista Neves; PRESSER, Nadi Helena. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133-150, 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/24097/13390>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário**: Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012. 66 p. Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/58/2015/04/Plano-Diretor-do-Sistema-Penitenci%C3%A1rio-de-MS.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 107 p. (Coleção primeiros passos, 94).

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Histórico do Ministério Público no Brasil**. Brasília, [201-]. Disponível em: <<http://www.mpu.mp.br/navegacao/institucional/historico>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF apresenta resultado da nova fase do Ranking da Transparência**. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-apresenta-resultado-da-nova-fase-do-ranking-da-transparencia>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ranking Nacional da Transparência**. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

NAVARRA, Maite Comalat; DUESA, Andreu Sulé. **Directrizes para las bibliotecas de prisión de Cataluña**. Cataluña: Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes, 2007. Disponível em: <http://www.cobdc.org/publica/directrius/presons_cast.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras mínimas para o tratamento dos reclusos**. Genebra, 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegMinTratRec.html>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNIC. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

PÉREZ-PULIDO, Margarita. Acerca de las bibliotecas de prisiones y sus servicios. **Educacion y Biblioteca**, Madrid, año 9, n. 85, 1997. p. 40-44. Disponível em: <http://gredos.usal.es/xmlui/bitstream/handle/10366/113436/EB09_N085_P40-44.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 mai. 2016.

PIMENTEL, Maria das Graças. **A biblioteca pública e a inclusão digital: desafios e perspectivas na era da informação**. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2035>>. Acesso em: 4 mai. 2016.

POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre; SILVA, Ronnie Aldrin (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2015a. p. [9]-39. v.1. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8524923997>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre; SILVA, Ronnie Aldrin (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2015b. p. [9]-63. v.2. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8524923822>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

POSTO CASCOL. **Institucional – Projeto Biblioteca do Saber – Cascol Combustíveis**. Disponível em: <http://www.bibliotecasdosaber.com.br/Institucional>. [Brasília], [2016]. Acesso em: 20 mai. 2016.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres – tratado como homens – nas prisões brasileiras. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. 292 p.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 336 p.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://revista.acb.org.br/racb/article/view/984/pdf_111>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SEN, Amartya. **Social exclusion**: Concept, application, and scrutiny. Philippines: Asian Development Bank, 2000. Disponível em: <<https://openaccess.adb.org/handle/11540/4936>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 115 p.

SILVA NETO, Epitacio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 47-58, dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.furg.br/biblos/article/view/1945>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital**: A miséria na era da informação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 46 p. (Coleção Brasil Urgente).

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, dez. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a02v58n4.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

STAM, David H. (Ed.). **International Dictionary of Library Histories**. London: Routledge, 2016. P. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=APtYCwAAQBAJ&pg=PR7&dq=Between+empty+covers:+prison+libraries+ln&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q=prison%20libraries&f=false>. Acesso em: 24 mai. 2016.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: Desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa, 1980. 81 p.

TARGINO, Maria das Graças. **Conceito de biblioteca**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1984. 117 p.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 20, n. 2, p. 149-160, 1991. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 18 mai. 2016.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais**: conceitos, objetivos e atribuições. 2009. 118 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 21 mai. 2016.

ZANDONADE, Tarcisio. **Ler se aprende lendo**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2015.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 15-29, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 mai. 2016.

APÊNDICE A – Levantamento dos elementos e critérios de bibliotecas de estabelecimentos prisionais

Quadro 48 - Elementos e critérios de bibliotecas de estabelecimento prisionais

Cat.	Elemento	Critérios IFLA (LEHMANN; LOCKE, 2005)	Critérios ALIA (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015)	Critérios ALA (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992)
1. ADMINISTRAÇÃO	1.1. Políticas e procedimentos	<p><u>Políticas de prestação de serviços</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboradas formalmente por autoridade prisional nacional e/ou local, contemplando missão, objetivos, fontes de financiamento e responsabilidades administrativas para os serviços; • Baseadas em leis/regulamentações pertinentes da área de biblioteconomia; • Periodicamente revistas e atualizadas; <p><u>Procedimentos locais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvidos com base na política formal, devem abordar diversas áreas: operações diárias e horário de funcionamento, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação; 	<p><u>Políticas de prestação de serviços</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Definidas para darem suporte ao gerenciamento das operações da biblioteca; • Elaboradas por jurisdição; <p><u>Procedimentos locais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvidos com base nas políticas, abordando diversas áreas: operações diárias e horário de funcionamento, gerenciamento de coleção, critérios para aquisição, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados e estatísticas da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação; 	<p><u>Políticas de prestação de serviços</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboradas formalmente, em nível departamental, pelo coordenador estadual de serviços bibliotecários; • Aprovadas pelos indivíduos possuidores de autoridade na instituição; <p><u>Procedimentos locais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvidos formalmente abordando diversas áreas: operações, seleção de materiais e processamento técnico, doações, acesso a materiais, circulação, inventário, estatísticas, rede, uso do espaço, orçamento, direitos autorais, organograma, equipe e revisão de políticas.
	1.2. Estrutura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade administrativa e orçamentária → a ser definida conforme peculiaridade de cada país; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Quando a responsabilidade é compartilhada entre vários entes públicos, deve-se ter acordo ou contrato formal especificando as contribuições e os níveis de serviço de cada parte; • Gestor da biblioteca → profissional bibliotecário com formação na área sendo o 	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade prisional (AP) → departamento de governo local ou nacional ou ente privado que supervisiona a administração da prisão, sendo responsável pela provisão administrativa e financeira dos serviços bibliotecários; • Gestor de serviços bibliotecários da jurisdição (GSBJ) → responsável por gerenciar o fornecimento dos serviços bibliotecários a todos os presos dos estabelecimentos prisionais de uma 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de serviços bibliotecários → departamento da instituição correcional hierarquicamente igual aos demais departamentos da prisão; • Diretor da biblioteca → chefe do departamento de serviços bibliotecários. Deve possuir participação na tomada de decisão em nível institucional uma vez que impacta a administração e serviços bibliotecários; • Comitê consultivo da biblioteca → composto pelo Diretor da biblioteca, equipe de diversos

		<p>responsável pela gestão/supervisão da biblioteca;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comitê consultivo da biblioteca (recomendação) → formado por representantes dos departamentos da prisão e grupo de presos a fim de defender a biblioteca e prover feedback útil sobre sua atuação. 	<p>jurisdição ou entidade privada. Deve se reportar diretamente a não menos que o terceiro nível de mando da AP. Responsável em última instancia por lidar com qualquer assunto relacionado às atividades inerentes a uma biblioteca;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Membro delegado da biblioteca (MD) → indivíduo da equipe de uma biblioteca prisional responsável por executar as instruções do GSBJ e garantir que a biblioteca cumpra as políticas e procedimentos de sua jurisdição. Recomenda-se que no mínimo tenha qualificação de técnico de biblioteca; • Gestor sênior da prisão (GSP) → responsável em última instancia por tratar de assuntos que afetam a biblioteca como segurança, disciplina, horários, tendo colaboração do gestor de serviços bibliotecários ou do membro delegado; • Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) → comitê de integrantes das equipes da biblioteca, segurança e educação, especialmente importante na construção de novas prisões a fim de garantir o atendimento dos requisitos tecnológicos da biblioteca; • Comitê consultivo da biblioteca → de caráter regular, composto por representantes dos diferentes serviços do estabelecimento prisional bem como por um grupo de presos, podendo ainda participar representantes de outras bibliotecas locais; 	<p>departamentos, presos, ao menos um bibliotecário profissional como membro externo, escolhidos pelo administrador-chefe ou vice-presidente da instituição;</p>
--	--	---	--	--

	<p>1.3. Planejamento e avaliação</p>	<p><u>Planejamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se fortemente o desenvolvimento e implementação de um plano de longo prazo (3-5 anos) baseado na avaliação minuciosa das necessidades dos usuários, contemplando: <ul style="list-style-type: none"> ○ Declaração da missão; ○ Descrição do papel principal da biblioteca na instituição; ○ Metas/objetivos mensuráveis; ○ Estratégias para cumprimento e métodos de avaliação dos objetivos; <p><u>Avaliação periódica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se realização a cada 3-5 anos para verificar conformidade com políticas, procedimentos e performance de serviços; • Recomenda-se realização regular de pesquisa de satisfação dos usuários, com implementação das sugestões pertinentes dentro das possibilidades da biblioteca; 	<p><u>Planejamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao dispor sobre os serviços e programas no item 8.6, a diretriz menciona que estes devem estar em conformidade com o plano de longo prazo, indicando que deva ser verificada a seção 2.4. Porém, tem-se que este item não existe na norma bem como não há outra menção a plano no documento. Em contrapartida, o item 2.4 da norma da IFLA se refere ao plano de longo prazo. Como não há instruções na norma da ALIA que garanta tratar-se de referência cruzada entre os documentos, opta-se por desconsiderar essa menção ao plano; <p><u>Avaliação periódica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação anual dos serviços deve verificar o cumprimento de metas de desempenho, políticas e objetivos traçados, sendo realizada pelo Gestor de serviços bibliotecários ou bibliotecário em posição equivalente; • Recomenda-se a realização regular de pesquisa de satisfação; • Avaliações abrangentes das necessidades dos presos deve ser conduzida e revisada regularmente; • Estatísticas da biblioteca devem ser coletadas e divulgadas regularmente a respeito da coleção, despesas, equipe, serviços e uso, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Qtd de empréstimos, materiais da biblioteca (total e per capita) ○ Qtd de visitas e de doações recebidas; ○ Índice médio de satisfação do usuário; ○ Estimativa do número de horas ocupadas pela leitura (nº médio de empréstimos por preso x tempo médio necessário para ler um livro); 	<p><u>Planejamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento, implementação e avaliação de planos de curto e longo prazos pelo Diretor da biblioteca, com a colaboração do Comitê consultivo, contemplando: metas, objetivos mensuráveis, estratégias, tarefas e métodos de avaliação, e devem estar em conformidade com os planos e políticas estaduais. Os planos devem compor o plano global da instituição. <ul style="list-style-type: none"> ○ Tarefas devem ser revistas anualmente; ○ Metas, objetivos e estratégias devem ser revistos pelo menos de cinco em cinco anos; • Estabelecimento de processo para identificação e tratadas pelo Diretor da biblioteca; <p><u>Avaliação periódica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Auditoria periódica de desempenho do programa de biblioteca, em intervalos máximos de cinco anos, para garantir a conformidade com a política e procedimentos. Devem ser considerados os serviços prestados para as unidades restritas de acesso. A auditoria pode ser realizada por avaliadores externos; • Avaliações de necessidades informacionais dos presos devem ser feitas anualmente por pesquisa, questionário, entrevista ou outro método justificadamente eficiente, devendo ser considerados os presos em situação de restrição de acesso;
--	--------------------------------------	---	---	---

2. ACESSO	2.1. Regulamento de acesso	<p>1) BIBLIOTECA LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em regra geral, todos os presos devem ter acesso à biblioteca e seus serviços sem discriminação, independentemente de sua classificação de segurança e localização na prisão, tendo sua privacidade respeitada enquanto usuários de biblioteca; <p><u>Acesso Presencial:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos que não possuem restrição de movimentação no estabelecimento; • Semanalmente em intervalos de tempo suficientes para selecionar e verificar materiais, utilizar o serviço de referência, solicitar empréstimo de um item de acervo externo, ler material não circulante e participar de atividades culturais da biblioteca; • Horários de acesso coordenados com as atividades escolar e laboral; <p><u>Acesso à distância e via coleção de depósito⁷³:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos segregados (ex.: hospitalizados, sob custódia protetiva, em unidades de punição); • Garantia de acesso ao catálogo (impresso ou eletrônico) do acervo local e também de solicitação de material de acervos local e externo; • Garantia de acesso a serviços compatíveis aos oferecidos para os presos em situação normal; • Existência de uma coleção de depósito em cada unidade restrita de alojamento com no mínimo 100 (cem) livros populares e atualizados ou 2(dois) livros por preso, o quantitativo que for maior, em cada unidade de alojamento restrita; 	<p>1) BIBLIOTECA LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em regra, todos os presos devem ter igual acesso às instalações e serviços sem discriminação, tendo sua privacidade e confidencialidade respeitadas enquanto usuários de biblioteca. Inclui-se os presos de diferentes classificações e sob diferentes regimes; • Conforme declaração de livre acesso à informação da ALIA de 2007, cabe à biblioteca assegurar o suprimento das necessidades informacionais, independentemente de localização e de capacidade de pagamento. Cobranças podem ser realizadas para serviços de impressão e cópia a preços módicos; • As instalações e serviços da biblioteca poderão ser oferecidos a partir da combinação de 3 abordagens, conforme a necessidade de cada caso: <p><u>1. Acesso presencial (modelo preferido)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretamente, no dia planejado de visita à biblioteca; • Aos presos sem restrição de movimentação no presídio, visitas semanais devem ser permitidas em intervalos suficientes para selecionar e verificar materiais, utilizar o serviço de referência, solicitar empréstimo de um item de acervo externo, ler material não circulante, usar computadores e participar em atividades culturais da biblioteca; • Durante o período de funcionamento da biblioteca, dever-se-á ter a presença de um membro da equipe da biblioteca com conhecimento dos procedimentos bibliotecários; 	<p>1) BIBLIOTECA LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em regra, todos os presos devem ter acesso aos serviços da biblioteca, independente da sentença, designação de segurança ou localização dentro da instituição; <p><u>Acesso Geral:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos em geral; • Os serviços devem funcionar durante a semana, à noite e nos fins de semana de modo a possibilitar que presos em situação normal tenham acesso a uma biblioteca com profissionais pelo menos 5h por semana; <p><u>Acesso Restrito:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos em unidades de acesso restrito deve ser garantido ao menos um dos seguintes tipos de acessos: <ul style="list-style-type: none"> ○ À biblioteca principal de forma diferenciada pelo menos 1 vez por semana por período mínimo de 1 hora; ○ À coleção de depósito na unidade com pelo menos 100 livros/outros materiais apropriados ou 2 títulos por preso na unidade, o que for maior. Essa coleção deve ser trocada pelo menos uma vez ao mês; ○ Ao carro de livros com mínimo de 100 títulos, podendo procurar e selecionar pelo menos 2 títulos com frequência mínima de uma vez por semana. Essa coleção deve ser trocada pelo menos uma vez ao mês; ○ À lista de no mínimo 300 títulos atuais de livros ou outros materiais apropriados, podendo o preso selecionar dessa lista ao menos 2 títulos por semana. As entregas devem ser realizadas no prazo
-----------	----------------------------	--	--	--

⁷³ Refere-se a uma seleção de materiais bibliográficos colocados em um local por um período de tempo para uso de um grupo específico de pessoas (AMERICA LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

		<ul style="list-style-type: none"> o Coleção de depósito deve ser renovada mensalmente, no mínimo; o Garantia ao preso de busca e seleção de pelo menos 2 (dois) títulos por semana dessa coleção; <p><u>Restrição de acesso:</u> Apenas aos usuários com documentada violação de regras da biblioteca;</p> <p>2) BIBLIOTECA EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos usuários com permissão de saída do estabelecimento prisional para estudo ou trabalho, deve-se prover meios para utilização de biblioteca local pública/acadêmica; 	<p><u>2.Acesso volante</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • A partir da oferta de recursos e serviços através de entrega por carrinho. Não pode ser a única forma da biblioteca prover materiais aos presos; <p><u>3.Acesso via coleção satélite⁷⁴:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em áreas de alojamento ou recreação dos presos, sendo a pequena coleção periodicamente renovada (ao menos mensalmente). Trata-se da melhor opção quando não há espaço físico suficiente para uma biblioteca completa ou quando o preso possui restrição para visitá-la presencialmente; <p><u>Acesso mediado:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Por questões de segurança e proteção, acesso a algumas obras jurídicas deverão ser mediados pela equipe (ex.: obras de jurisprudência); • Pesquisas a recursos informacionais jurídicos impressos ou digitais devem se mediados; <p>2) BIBLIOTECA EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos usuários com permissão de saída do estabelecimento prisional para estudo ou trabalho, deve-se prover meios para utilização das bibliotecas locais nacional, estadual, pública e acadêmica (incluindo nessas, as bibliotecas de educação e treinamento vocacional); 	<p>de 5 dias úteis e a lista revisada com periodicidade mínima anual.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia de acesso dos presos com restrição de movimentação a serviços e materiais compatíveis aos oferecidos para os presos em situação normal. Inclusive os materiais devem ser selecionados com os mesmos critérios, podendo os presos restritos sugerirem aquisições e serviços; <p><u>Restrição de acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apenas aos usuários com abuso documentado dos serviços da biblioteca; • A biblioteca não deve funcionar sem a presença de um membro qualificado da equipe. Durante o horário de funcionamento deve haver equipe suficiente para manter os serviços disponíveis; <p>2) BIBLIOTECA EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos presos que podem deixar a instituição de forma periódica ou que vivam fora do perímetro institucional, deve-se prover meios para que o indivíduo tenha o direito de realizar empréstimo na biblioteca pública local;
--	--	--	---	--

⁷⁴ Trata-se de uma coleção de materiais *stand-alone*, sendo quantitativamente menor que a biblioteca principal e normalmente localizada em área restrita como uma unidade de alojamento (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

3. INSTALAÇÃO FÍSICA / EQUIPAMENTOS

3.1. Localização	<ul style="list-style-type: none">• Local próprio e bloqueável com localização central dentro do complexo prisional, preferencialmente dentro ou próximo ao departamento educacional;• Fácil acesso para o maior número de usuários, incluindo deficientes físicos;	<ul style="list-style-type: none">• Área reservada para tal finalidade, localizada centralmente às unidades de alojamento e posicionada de forma a minimizar necessidade de acompanhamento e supervisão dos presos;• Localização em proximidade do centro de educação para melhor apoio às atividades educacionais, porém não restringindo seus horários de funcionamento aos do centro;	<ul style="list-style-type: none">• Área separada, bloqueável e de fáceis acesso e uso pelos presos, incluindo aqueles com deficiências;• Área que permita a abertura da biblioteca tanto durante a semana e à noite quanto aos fins de semana, se fizer necessário para cumprir o padrão mínimo de horas aberta;								
3.2. Espaço físico	<ul style="list-style-type: none">• Projetado especificamente para uso, fluxo de trabalho e funcionamento de uma biblioteca, pois a efetividade e sucesso dos serviços são em grande parte consequência de um ambiente físico confortável e acolhedor:<ul style="list-style-type: none">○ Instalações antigas podem necessitar de reorganização do espaço da biblioteca;○ Auxílio de especialistas no projeto de bibliotecas;• Projeto deve compreender os aspectos: iluminação funcional para leitura, uso de computador e outras funções; tratamento acústico de paredes, piso e teto; controle de temperatura; capacidade suficiente para suportar a carga das estantes de livros; saídas de energia e dados para os equipamentos; controle visual de todo o espaço; local de armazenamento com fechadura; telefone para ligação externa e sistema eletrônico de comunicação de emergência;• Área do piso deve comportar suficientemente as atividades dos usuários, funções da equipe, armazenamento e exposição de materiais, incluindo em termos gerais:	<ul style="list-style-type: none">• Projetado para ser um ambiente que incentive o uso dos recursos informacionais disponibilizados, sem descuidar do quesito segurança;• Projeto compreende os aspectos gerais sugeridos pelas diretrizes da IFLA⁷⁵;• Área do piso deve acomodar, em termos gerais, as mesmas atividades dos usuários, funções da equipe, armazenamento e exposição de materiais sugeridos pelas diretrizes da IFLA, exceto por<ul style="list-style-type: none">○ Especificar que a área de escritório seja segura e de acesso privativo da equipe da biblioteca;○ Incluir espaço para armazenamento de telefone e computador quando não em uso (móveis com fechadura);○ Incluir aspectos de adequação e segurança das estantes de materiais;○ Reservar espaço para as coleções de bibliotecas satélites em outras áreas da prisão;• Metragens indicadas:<ul style="list-style-type: none">○ Área da biblioteca → 70 m²;• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:	<ul style="list-style-type: none">• Projeto deve compreender: iluminação funcional sem brilho em conformidade com guias da comunidade de engenharia; tratamento acústico para paredes, chão e teto; controle climático; capacidade suficiente para suportar média de 68 kg/m² por área de acervo com corredores de 36 polegadas; saídas de energia e eletricidade para suprir computadores e equipamentos eletrônicos e audiovisuais; controle visual de todo o espaço; espaço de armazenamento com fechadura; escritório do diretor da biblioteca; telefone; sistema de comunicação eletrônica para emergências; acesso a pessoas com deficiência.• Metragem/quantidade indicada para assentos dos usuários com objetivo de estudo, leitura, escuta de áudio, datilografia, uso de computador e outros:<table><tr><td>População</td><td>Nº de Assentos</td></tr><tr><td>301 - 500 presos</td><td>10%</td></tr><tr><td>501 - 1000 presos</td><td>50 + 8% da população acima de 500</td></tr><tr><td>Acima de 1000 presos</td><td>90 + 7% da população acima de 1000</td></tr></table>Espaço para assentos (incluindo mesas e corredores) = Nº de assentos x 2,32258 m²	População	Nº de Assentos	301 - 500 presos	10%	501 - 1000 presos	50 + 8% da população acima de 500	Acima de 1000 presos	90 + 7% da população acima de 1000
População	Nº de Assentos										
301 - 500 presos	10%										
501 - 1000 presos	50 + 8% da população acima de 500										
Acima de 1000 presos	90 + 7% da população acima de 1000										

⁷⁵ O serviço de telefonia, previsto pela IFLA, não aparece no correlato item da norma da ALIA (nº 6.6), porém há especificação de sua necessidade privativamente à equipe da biblioteca no item posterior (nº 6.7). Dessa forma, admitiu-se que todos os aspectos citados pela IFLA foram contemplados.

	<ul style="list-style-type: none">Os setores de referência, processamento técnico e escritório com respectivos mobiliários;Acervo;Área para exibição/promoção de livros e outros materiais;Área para leitura;Área para escuta (materiais não impressos);Área de computadores para presos e fotocopadora;Espaço para atividades em grupo; <ul style="list-style-type: none">Metragens indicadas:<ul style="list-style-type: none">Área de estar/estudo → acomodação mínima de 5% da população prisional ou a quantidade máxima de usuários permitida na biblioteca. O espaço para estar (incluindo mesas e corredores) deve considerar 2.5 m² por assento;Área de prateleiras → 15 m² por 1000 volumes;Área da equipe → 9 m² por pessoa;Secretaria → mínimo de 9 m²;Uso especial⁷⁶ → 5% da área total da biblioteca;Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:<ul style="list-style-type: none">Exemplo de recomendações de acessibilidade específicas podem ser encontradas no documento da IFLA: <i>Access to libraries for persons with disabilities</i>;	<ul style="list-style-type: none">Exemplo de recomendações de acessibilidade específicas podem ser encontradas no documento da IFLA: <i>Access to libraries for persons with disabilities</i>;	<ul style="list-style-type: none">Metragens indicadas para o acervo:<table><tr><td>Tipo de material</td><td>Área (1 pé quadrado ≡ 0,092903 m²</td></tr><tr><td>Livros</td><td>Um pé quadrado de espaço para cada 10 volumes</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>0,7 pé quadrado por título para o espaço de exibição; 0,5 por título para armazenamento por ano</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>25 pés quadrados de espaço por prateleira de armazenamento</td></tr><tr><td>Materiais audiovisuais</td><td>15 pés quadrados de espaço por cada módulo genérico de armazenamento</td></tr><tr><td>Materiais de arquivo vertical</td><td>10 pés quadrados de espaço por gabinete de arquivo</td></tr></table>Metragem para alocação da área da equipe:<table><tr><td>Setor</td><td>Área</td></tr><tr><td>Circulação, referência, serviços audiovisuais (tarefas básicas)</td><td>150 pés quadrados por área funcional (inclui acesso e corredores)</td></tr><tr><td>Serviços técnicos e processamento de materiais</td><td>Mínimo de 150 pés quadrados</td></tr><tr><td>Escritório do diretor</td><td>Mínimo de 150 pés quadrados com controle visual da biblioteca</td></tr><tr><td>Espaço de atividades coletivas</td><td>Para 25 pessoas Se palestra: 10 pés quadrados por assento Se conferência com mesa: 25 pés quadrados por assento</td></tr><tr><td>Uso especial (equipamentos ou programa)</td><td>5% do espaço total da biblioteca</td></tr></table>	Tipo de material	Área (1 pé quadrado ≡ 0,092903 m²	Livros	Um pé quadrado de espaço para cada 10 volumes	Revistas	0,7 pé quadrado por título para o espaço de exibição; 0,5 por título para armazenamento por ano	Jornais	25 pés quadrados de espaço por prateleira de armazenamento	Materiais audiovisuais	15 pés quadrados de espaço por cada módulo genérico de armazenamento	Materiais de arquivo vertical	10 pés quadrados de espaço por gabinete de arquivo	Setor	Área	Circulação, referência, serviços audiovisuais (tarefas básicas)	150 pés quadrados por área funcional (inclui acesso e corredores)	Serviços técnicos e processamento de materiais	Mínimo de 150 pés quadrados	Escritório do diretor	Mínimo de 150 pés quadrados com controle visual da biblioteca	Espaço de atividades coletivas	Para 25 pessoas Se palestra: 10 pés quadrados por assento Se conferência com mesa: 25 pés quadrados por assento	Uso especial (equipamentos ou programa)	5% do espaço total da biblioteca
Tipo de material	Área (1 pé quadrado ≡ 0,092903 m²																										
Livros	Um pé quadrado de espaço para cada 10 volumes																										
Revistas	0,7 pé quadrado por título para o espaço de exibição; 0,5 por título para armazenamento por ano																										
Jornais	25 pés quadrados de espaço por prateleira de armazenamento																										
Materiais audiovisuais	15 pés quadrados de espaço por cada módulo genérico de armazenamento																										
Materiais de arquivo vertical	10 pés quadrados de espaço por gabinete de arquivo																										
Setor	Área																										
Circulação, referência, serviços audiovisuais (tarefas básicas)	150 pés quadrados por área funcional (inclui acesso e corredores)																										
Serviços técnicos e processamento de materiais	Mínimo de 150 pés quadrados																										
Escritório do diretor	Mínimo de 150 pés quadrados com controle visual da biblioteca																										
Espaço de atividades coletivas	Para 25 pessoas Se palestra: 10 pés quadrados por assento Se conferência com mesa: 25 pés quadrados por assento																										
Uso especial (equipamentos ou programa)	5% do espaço total da biblioteca																										

	3.3. Mobiliário e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Móveis e equipamentos indicados: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mobiliário e equipamentos para os setores: referência (balcão e armários), processamento técnico (equipamento de informática, prateleiras, armários, carrinhos de livros e mesas) e secretaria; ○ Estantes para os recursos informacionais (livros, revistas, jornais, audiovisuais); ○ Mesas e cadeiras para leitura; ○ Computadores e fotocopadora; ○ Telefone e sistema de comunicação de emergência; • Critérios para seleção de móveis e equipamentos: eficiência, conforto, atratividade, facilidade de manutenção e durabilidade, sendo recomendados móveis modulares para melhor a adaptação à flexibilidade de mudança da biblioteca; 	<ul style="list-style-type: none"> • Móveis e equipamentos indicados são similares ao identificados nas diretrizes da IFLA, exceto por explicitar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Necessidade de telefone para ligações internas/externas e computador com internet de exclusivo acesso pela equipe da biblioteca; ○ Estantes adequadas e seguras para as bibliotecas satélites; ○ Móveis com fechaduras; ○ Dispositivo pessoal de comunicação de emergência em alternativa ao sistema de comunicação; • Metragens indicadas (sugestões): <ul style="list-style-type: none"> ○ Estantes baixas: 900x300x1000h ○ Estantes altas: 900x300x1500h ○ Rack de revistas: 1800x600x1200h ○ Mesa: 1800x750x710h <p>Obs.: a diretriz ainda conta com diversas especificações de ativos de instalação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Móveis: não há lista específica, porém, há menção a áreas funcionais (que consequentemente devem ser mobiliadas), armários com fechadura, mesas, cadeiras, • Equipamentos indicados (lista não exaustiva): máquinas de datilografia, equipamento audiovisual, leitores e impressoras de microfilme, computadores e fotocopadoras; • Critérios para seleção de móveis e equipamentos: eficiência, conforto, atratividade, facilidade de manutenção e durabilidade, mantidos em boas condições e arranjados em configurações que atendam aos regulamentos de segurança;
4. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.1. Sistemas de informação	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de tecnologia da informação atualizada até o limite que não comprometa a segurança da prisão; • Uso de sistema automatizado de circulação e catálogo implementado com uso de base de dados bibliográficos em formato padronizado internacional (MARC21), possibilitando melhoria nas pesquisas, gerenciamento da coleção e avaliação de seu uso; • Recomenda-se fortemente uso de computadores com softwares multimídia para fins informacionais, educacionais e recreativos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de tecnologia da informação atualizada até o limite que não comprometa a segurança da prisão; • Uso de sistema automatizado de circulação e catálogo implementado com uso de base de dados bibliográficos em formato padronizado internacional; <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve-se considerar a utilização ou a substituição por um sistema automatizado padrão nas diversas bibliotecas de estabelecimentos prisionais do estado a fim de que haja consistência na usabilidade por parte dos presos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de tecnologia para suporte à comunicação com sistemas de bibliotecas, redes de compartilhamento de recursos ou outro tipo de relação cooperativa;

5. EQUIPE			<ul style="list-style-type: none">• Catálogo online possibilitando a pesquisa do acervo local e recursos eletrônicos disponíveis deve ser provido aos presos a fim de que se tenha acesso remoto e comunicação com a biblioteca. O catálogo deve ser acessível a partir de um website da biblioteca disponível na internet e/ou intranet, sendo desenvolvido com padrões de acessibilidade;• Não havendo acesso à internet, computadores autônomos com softwares multimídia devem ser disponibilizados para fins informativo, educacional e recreativas;															
	4.2. Internet	<ul style="list-style-type: none">• Internet e serviço de e-mail devem estar acessíveis à equipe da biblioteca para responder a pedidos de informação, pesquisar catálogos online, comunicar com outros profissionais e fornecedores, realizar cursos à distância e participar do serviço de empréstimo entre bibliotecas;• Uso por detentos de forma supervisionada para fins educacionais e de tratamento nos estabelecimentos onde há segurança de rede para tal;	<ul style="list-style-type: none">• Internet e serviço de e-mail devem estar acessíveis à equipe da biblioteca para responder a pedidos de informação, pesquisar catálogos online, comunicar com outros profissionais e fornecedores, realizar cursos à distância e participar do serviço de empréstimo entre bibliotecas;• Uso por detentos de forma supervisionada para fins educacionais e de tratamento nos estabelecimentos onde há segurança de rede para tal. Ao bibliotecário deve caber a participação na decisão de quais sites devem ser liberados;															
	5.1. Bibliotecário	<ul style="list-style-type: none">• Exigência de formação superior em biblioteconomia ou diploma equivalente para gerenciamento/supervisão da biblioteca, independente de tamanho. Deve possuir habilidades humanas e interpessoais para trabalhar de modo eficaz em instituições correccionais;• Disponibilidade do profissional: <table><tr><th>Nº presos</th><th>Bibliotecário</th><th>Presença</th></tr><tr><td>0 - 300</td><td>1</td><td>24h</td></tr><tr><td>301 - 499</td><td>1</td><td>30h</td></tr><tr><td>500 - 999</td><td>1</td><td>Integral</td></tr><tr><td>1000+</td><td>2</td><td>Integral</td></tr></table>	Nº presos	Bibliotecário	Presença	0 - 300	1	24h	301 - 499	1	30h	500 - 999	1	Integral	1000+	2	Integral	<ul style="list-style-type: none">• Exigência de um bibliotecário qualificado, com experiência e elegível para membro profissional da ALIA para desempenho do papel de Gestor de serviços bibliotecários de uma jurisdição ou entidade privada;• Exigência de um bibliotecário ou de um técnico bibliotecário qualificado em cada biblioteca para desempenho do papel de supervisor (membro delegado) em conjunto com a prestação de serviços profissionais:
Nº presos	Bibliotecário	Presença																
0 - 300	1	24h																
301 - 499	1	30h																
500 - 999	1	Integral																
1000+	2	Integral																

		<ul style="list-style-type: none">• Deve ser possibilitada a participação em organizações profissionais, desenvolvimento profissional e programas educacionais continuados	<ul style="list-style-type: none">○ Aconselhamento a leitores, suporte à alfabetização, desenvolvimento de coleções, catalogação, conformidade a direitos autorais, pesquisa bibliográfica avançada e capacitação em habilidades relacionadas ao uso da biblioteca;• Disponibilidade dos profissionais:<ul style="list-style-type: none">○ Em regra, o número de horas por semana de toda equipe depende do tamanho da biblioteca, horário de funcionamento, necessidades especiais dos usuários e as funções desempenhadas (ex.: catalogação, empréstimo entre bibliotecas);○ Papel de supervisor: poderá ser desempenhado em tempo integral ou parcial a depender do tamanho da biblioteca;○ Flexível para inclusão de atividades de desenvolvimento profissional, programas educacionais continuados ou participação como membro de sua organização profissional.	<ul style="list-style-type: none">○ Responsabilidades: coordenar os serviços bibliotecários em todo estado, desenvolver políticas dos setores de uma biblioteca, avaliar os serviços prestados, treinar a equipe e dar orientação profissional para o administrador do estabelecimento prisional;• Exigência de mestrado em Biblioteconomia (em instituição cujo programa seja credenciado pela ALA ou equivalente) <u>e</u> 2 anos de experiência em cargo específico da área para desempenho do papel de diretor da biblioteca<ul style="list-style-type: none">○ Outros requisitos: familiaridade com todos os aspectos de gestão de uma biblioteca; habilidade para trabalhar em ambiente correcional;○ Responsabilidades: dirigir e supervisionar todos os serviços e operações bem como atuar como chefe da biblioteca;• Exigência de mestrado em Biblioteconomia (em instituição cujo programa seja credenciado pela ALA ou equivalente) <u>ou</u> graduação <u>e</u> pelo menos 15 créditos em matérias de biblioteconomia/ciência da informação <u>e</u> 1 ano de experiência de trabalho em biblioteca para desempenho do papel de assistente bibliotecário;<ul style="list-style-type: none">○ Outros requisitos: habilidade para trabalhar em ambiente correcional;○ Responsabilidade: oferecer serviços profissionais de primeiro nível;• Disponibilidade dos profissionais:<table><tr><th>Nº de presos</th><th>Equipe civil mínima</th></tr><tr><td>301-500</td><td>1 diretor</td></tr><tr><td>501-1000</td><td>1 diretor</td></tr><tr><td>1001-1500</td><td>1 diretor 1 bibliotecário assistente</td></tr><tr><td>1501-2500</td><td>1 diretor 1 bibliotecário assistente</td></tr></table>	Nº de presos	Equipe civil mínima	301-500	1 diretor	501-1000	1 diretor	1001-1500	1 diretor 1 bibliotecário assistente	1501-2500	1 diretor 1 bibliotecário assistente
Nº de presos	Equipe civil mínima													
301-500	1 diretor													
501-1000	1 diretor													
1001-1500	1 diretor 1 bibliotecário assistente													
1501-2500	1 diretor 1 bibliotecário assistente													

				<ul style="list-style-type: none"> ○ Complementação à equipe mínima sugerida ou para populações carcerárias acima de 2500 presos, os critérios de dimensionamento devem considerar ao menos os aspectos: horário de funcionamento, quantidade de presos, tamanho/acessibilidade/configuração do espaço da biblioteca, quantidade de bibliotecas satélites, características das unidades de acesso restrito (número, tipo, tamanho, tempo de permanência do preso), quantidade e tipo de serviços regulares, programação oferecida, nível de automação das funções desempenhadas, quantidade e tipo de programas educacionais e de reabilitação; propósito de atuação; ○ Deve ser possibilitada a participação regular em conferências, workshops, desenvolvimento profissional, programas educacionais continuados e treinamentos que aprimorem habilidades para melhor desempenhar o serviço. Os bibliotecários devem poder participar de atividades ligadas à associação de classe;
	5.2. Funcionário	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho pode ser composta por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Presos selecionados por habilidade, experiência ou familiaridade com as operações e processos de uma biblioteca; ○ Voluntários da comunidade desde que como força de trabalho extra ao quadro formal de funcionários; 	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho pode ser composta por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Presos selecionados pelo Gestor da jurisdição, em consulta ao supervisor da respectiva biblioteca e autoridades sênior prisionais, levando em consideração: aptidão, experiência, confiabilidade, personalidade e o tempo disponível do preso para trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho pode ser composta por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Assistentes de biblioteca (1); ○ Assistentes administrativos (2); ○ Presos (3); • (1) Exigência de grau acadêmico de associado⁷⁷ ou 2 anos de faculdade com conhecimento básico em técnicas e procedimentos bibliotecários para desempenho do papel de técnico bibliotecário;

⁷⁷ Grau de associado é um programa acadêmico em nível abaixo da graduação (o primeiro estágio depois do nível médio) com objetivo de dar aos alunos os conhecimentos técnico e acadêmico básico e competências necessárias para o mercado de trabalho ou para um estudo mais aprofundado em seu campo escolhido. Normalmente, essa modalidade é largamente encontrada nos Estados Unidos, tendo duração média de 2 anos. Informações disponíveis em: <http://www.topuniversities.com/blog/what-associates-degree>

	<ul style="list-style-type: none">• Devem ser qualificados profissional e tecnicamente para atendimento a usuários e suporte operacional. Presos e voluntários devem ter orientação ampla e treinamento prático do serviço;• Quantidade variará com a necessidade da instituição, tamanho da população prisional e fatores como: horas de funcionamento, tamanho, quantidade de programações, número de postos da biblioteca no presídio, número de unidades restritas de acesso à biblioteca, nível de automação, tipos/quantidade de programas educacionais e de reabilitação, entre outros;	<ul style="list-style-type: none">○ Voluntários, incentivados pela equipe a contribuir com os serviços da biblioteca;• Disponibilização de diretrizes para treinamento da equipe, evidenciando responsabilidades acerca da privacidade e confiabilidade dos usuários. Os funcionários devem ser encorajados a se qualificar em biblioteconomia;• Dentre as atividades a serem desempenhadas por assistentes de biblioteca, sejam funcionários ou presos, citam-se: empréstimos, devoluções, gerenciamento de reservas e pedidos, trabalho básico de referência, manutenção de registros e estatísticas simples, arquivamento, ordenação geral e de estantes, processamento mecânico e reparo de itens, publicidade e exposições;<ul style="list-style-type: none">○ Pessoa treinada nos procedimentos bibliotecários será responsável pela supervisão da biblioteca na ausência do Gestor e do supervisor oficial decorrente de trabalho compartilhado em diversas bibliotecas;• Disponibilidade dos profissionais:<ul style="list-style-type: none">○ Em regra, o número de horas por semana de toda equipe depende do tamanho da biblioteca, horário de funcionamento, necessidades especiais dos usuários e as funções desempenhadas (ex.: catalogação, empréstimo entre bibliotecas);	<ul style="list-style-type: none">○ Outros requisitos: habilidade para trabalhar em ambiente correcional;○ Responsabilidade: realização de atividades técnicas;• (2) Exigência de nível médio ou equivalente com habilidades para atividades administrativas para o desempenho do papel de técnico administrativo;<ul style="list-style-type: none">○ Outros requisitos: habilidade para trabalhar em ambiente correcional;• Disponibilidade dos profissionais:<table><tr><th>Nº de presos</th><th>Equipe civil mínima</th></tr><tr><td>301-500</td><td>1 tec. bibliotecário ou tec. administrativo</td></tr><tr><td>501-1000</td><td>2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos</td></tr><tr><td>1001-1500</td><td>2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos</td></tr><tr><td>1501-2500</td><td>3 tec. bibliotecários ou tec. administrativos</td></tr></table> <p>(3) Os presos serão selecionados, treinados e avaliados regularmente pelo Diretor da biblioteca em quantidade e qualificação necessárias para o cumprimento dos objetivos da biblioteca;</p>	Nº de presos	Equipe civil mínima	301-500	1 tec. bibliotecário ou tec. administrativo	501-1000	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos	1001-1500	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos	1501-2500	3 tec. bibliotecários ou tec. administrativos
Nº de presos	Equipe civil mínima												
301-500	1 tec. bibliotecário ou tec. administrativo												
501-1000	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos												
1001-1500	2 tec. bibliotecários ou tec. administrativos												
1501-2500	3 tec. bibliotecários ou tec. administrativos												

6. ORÇAMENTO

6.1. Orçamento

• Destinação anual de recursos próprios para a biblioteca cobrir despesas: salários compatíveis com o mercado, materiais bibliográficos, assinaturas, tecnologia, equipamentos, suprimentos, serviços contratados, transporte de material por empréstimo entre bibliotecas, treinamento da equipe, licenças de banco, etc.;

• Recurso anual baseado no plano de longo prazo da biblioteca;

• Planejado e administrado pelo bibliotecário principal;

• Reportado anualmente em conjunto com as estatísticas das atividades e os resultados dos programas;

• Alocação anual para aquisição de recursos informacionais:

Nº presos	Orçamento anual mínimo
> 500	(VMLN ⁷⁸ x 70% da população prisional) + 10% para renovação por perda
< 500	Suficiente para repor 10% da coleção

• Primeiro reporte suficiente para prover ao menos 50% da coleção, sendo recursos adicionais anuais providos além dos habituais a fim de que ao final do 5º ano, o acervo atinja tamanho máximo;

• Provisão financeira realizada pela autoridade prisional;

• Alocação anual de orçamento em adequação aos propósitos do Gestor de serviços bibliotecários;

• Destinação orçamentária à biblioteca deve compreender provisão para pessoal e outras necessidades de gastos: salários em conformidade com tabela nacional, formação e treinamento da equipe, artigos de escritório, equipamentos, manutenção, encadernações e fotocópias, coleções e empréstimos entre bibliotecas e despesas geral e de capital;

• Alocação para aquisição de recursos informacionais:

Orçamento anual mínimo
AUD\$30.00 ⁷⁹ x nº de leitos prisionais disponíveis na jurisdição

• Montante alocado desse orçamento pelo gestor dos serviços bibliotecários à cada biblioteca de sua jurisdição deve atender a uma relação entre o número de leitos e as necessidades específicas dos presos;

• Agência responsável por todo serviço bibliotecário deve garantir que a todas bibliotecas seja destinado anualmente recurso próprio e apropriado;

• Orçamento para a biblioteca e materiais de escritório deve ter por base o valor de uso anual e ser ajustado à inflação do período;

• Destinação orçamentária à biblioteca deve compreender provisão para equipamentos, móveis (incluindo hardware e software), manutenção e substituição desses itens, educação continuada e desenvolvimento de atividades da equipe, serviços contratuais, participação em arranjos de empréstimo entre bibliotecas, sistemas automatizados, rede bibliográfica online e bases de dados;

• Salários dos funcionários contratados devem ser compatíveis com o mercado;

• Alocação anual para aquisição de recursos informacionais (novos e substituição):

Orçamento anual mínimo
(VML ⁸⁰ x 70% da população prisional) + 20% para renovação por perda

• Primeiro reporte suficiente para prover ao menos 50% da coleção e todos os equipamentos e estantes. Recursos adicionais anuais, além dos habituais, deverão ser providos anualmente a fim de que ao final do 5º ano, o acervo atinja tamanho recomendado;

⁷⁸ VMLN: trata-se do valor médio de um livro não ficcional de capa dura (em moeda local) que será usado como base de cálculo (LEHMANN; LOCKE, 2005).

⁷⁹ Valor em dólar australiano relativo ao índice de preços de consumo de 2015. Trata-se de um índice atualizável (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

⁸⁰ VML: trata-se do valor médio de um livro de capa dura que será usado como base de cálculo por cada preso. Não significa, contudo, que serão comprados apenas livros de capa dura, pois trata-se apenas de dado para o cálculo de uma previsão (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

7. COLEÇÃO	7.1. Coleção	<ul style="list-style-type: none"> • Composta por tipos diversos de materiais⁸¹, em formatos impresso e não impresso⁸², para atender às necessidades informativas, educacionais, culturais, de recreação e reabilitação dos presos. • Deve englobar ampla variedade de materiais impressos e não impressos atualizados à semelhança de coleções encontradas nas bibliotecas escolar e pública; • Compreende materiais em línguas não nativas, quando necessário; • Regularmente aprimorada por novas aquisições selecionadas pelo profissional bibliotecário; • Desenvolvida e mantida em conformidade com padrões profissionais, sendo exibida e promovida com eficiência; 	<ul style="list-style-type: none"> • Composta por materiais⁸³ variados em formatos impresso e não impresso para atender às necessidades informativas, educativas, culturais, recreativas, jurídicas e de reabilitação dos presos. Deve englobar ampla variedade atualizada de materiais impressos, com letras grandes e não impressos à semelhança de coleções encontrados em bibliotecas escolar, pública ou TAFE⁸⁴; • Deve englobar variedade de materiais impressos e não impressos atuais à semelhança de coleções encontradas nas bibliotecas escolar e pública. • Compreende materiais em inglês e nas outras línguas nativas de presos estrangeiros; • Na disponibilidade de lista de materiais jurídicos para bibliotecas prisionais na jurisdição, estes devem compor a coleção; 	<ul style="list-style-type: none"> • Composta por materiais⁸⁵ que devem refletir os formatos e tecnologias geralmente disponíveis para atender às necessidades informativas, culturais, educacionais, profissionais e recreativas dos presos por: <ul style="list-style-type: none"> ○ Informação sobre procedimentos/regulamentos da instituição; ○ Informação para manter contato com a comunidade externa; ○ Informações sobre habilidades vocacionais; ○ Informação educacional; ○ Apoio aos programas de reabilitação; ○ Leitura autodirigida para aprendizado contínuo e necessidades pessoais; ○ Leitura recreativa; ○ Informação para reingresso à comunidade;
------------	--------------	--	---	---

⁸¹ Títulos de referência, ficção de diferentes gêneros (romance, mistério, crime, ficção científica), biografias, não ficção (especialmente auto ajuda, habilidades e relações pessoais), materiais jurídicos, poesia, quadrinhos e romances gráficos (para leitores iniciantes e entusiastas avançados), materiais para auto estudo, materiais de fácil leitura para pessoas com dificuldades de leitura ou não nativos na língua, livros adaptados para deficientes visuais, audiobooks, materiais eletrônicos e softwares onde haja computador disponível, informação comunitária, material educacional/alfabetização, quebra-cabeças, jogos, revistas, jornais (LEHMANN; LOCKE, 2005).

⁸² Devem ser suficientes para atender às necessidades do público com deficiências física e cognitiva e àqueles com dificuldade de leitura e aprendizado (LEHMANN; LOCKE, 2005).

⁸³ Exemplos: Títulos gerais de referência como dicionários e enciclopédias impressas (devido à restrição de acesso à internet), ficção de diferentes gêneros (romance, mistério, crime, ficção científica, fantasia, horror, poesia), não-ficção (tais como autoajuda, habilidades para a vida, relações pessoais, relações parentais, habilidades de negócios, temas indígenas, história, biografia, autobiografia, arte, música, cinema, *hobbies*, manutenção do carro, esporte, corrida de carro, fotografia, saúde e bem-estar), filmes e DVDs de esporte, quadrinhos e romances gráficos (para leitores iniciantes e entusiastas avançados), quebra-cabeças e jogos, livros didáticos e materiais de auto estudo (para apoiar a educação a distância e aprendizagem ao longo da vida), materiais para desenvolvimento de alfabetização, assuntos específicos da prisão (agricultura, jardinagem, máquina, engenharia mecânica), informação comunitária e material de referência jurídica (tais como legislação, livros de referência jurídica e guias de auto ajuda jurídica) (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

⁸⁴ TAFE é abreviatura de *Technical and Further Education*. Conforme glossário da norma da ALIA, trata-se de instituição que provê educação e treinamento vocacional na Austrália (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

⁸⁵ Exemplos: Livros, revistas, jornais, gravações de áudio, gravações de vídeo, microfilmes e software de computador.

	<ul style="list-style-type: none">• Guia geral para uma biblioteca prestando todos seus serviços:<table><tr><th>Tipo</th><th>Quantidade mínima</th></tr><tr><td>Livros</td><td>2.000 títulos ou 10 títulos por preso (o que for maior)</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>20 títulos ou 1 assinatura por 20 presos (o que for maior)</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>Locais, nacionais e estrangeiros, quantidade conforme representatividade de áreas/países dos presos</td></tr><tr><td>Áudio e vídeo, multimídia, softwares</td><td>Quantidade suficiente para necessidades básicas e atendimento aos programas.</td></tr></table><ul style="list-style-type: none">○ Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias;• Quantitativo adequado para cada biblioteca irá variar por diversos fatores, dentre eles: quantidade e nacionalidade de presos, nível de custódia, quantidade de coleções satélites, tempo médio de encarceramento, programas de laborais e educacionais disponíveis, frequência de visitas à biblioteca por semana e a amplitude de programas/atividades oferecidas na biblioteca;• Processo técnico e organização:<ul style="list-style-type: none">○ Materiais processados tecnicamente (classificação e catalogação) de acordo com padrões internacionais, preferencialmente aproveitando registros já cadastrados em outras bases bibliográficas;○ Materiais preparados mecanicamente (etiqueta com número de chamada) e organizados para acesso público;	Tipo	Quantidade mínima	Livros	2.000 títulos ou 10 títulos por preso (o que for maior)	Revistas	20 títulos ou 1 assinatura por 20 presos (o que for maior)	Jornais	Locais, nacionais e estrangeiros, quantidade conforme representatividade de áreas/países dos presos	Áudio e vídeo, multimídia, softwares	Quantidade suficiente para necessidades básicas e atendimento aos programas.	<ul style="list-style-type: none">• Deve ser desbastada e ampliada continuamente e sistematicamente;• Guia geral para uma biblioteca prestando todos seus serviços:<table><tr><th>Tipo</th><th>Quantidade mínima</th></tr><tr><td>Livros</td><td>10 títulos por preso (em língua relevante e nível de leitura apropriado)</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>20 títulos</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>2 títulos diários em inglês; 1 título para cada grupo linguístico de presos</td></tr><tr><td>Não impresso</td><td>2 títulos por preso</td></tr></table><ul style="list-style-type: none">○ Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias;• Quantitativo adequado para cada biblioteca irá variar conforme as características da população prisional quanto a tamanho, demografia (línguas estrangeiras e indígenas), faixa etária, nível de custódia, tipo de centro de detenção (provisório ou não), quantidade de coleções satélites, tempo médio de encarceramento, programas educacionais disponíveis, frequência de visitas à biblioteca por semana e a amplitude de programas/atividades oferecidas na biblioteca;• Processo técnico e organização:<ul style="list-style-type: none">○ Materiais classificados e catalogados de acordo com padrões internacionais;○ Adequada identificação dos recursos informacionais (ex.: número de chamada);• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:	Tipo	Quantidade mínima	Livros	10 títulos por preso (em língua relevante e nível de leitura apropriado)	Revistas	20 títulos	Jornais	2 títulos diários em inglês; 1 título para cada grupo linguístico de presos	Não impresso	2 títulos por preso	<ul style="list-style-type: none">• Guia geral para uma biblioteca prestando todos seus serviços:<table><tr><th>Tipo</th><th>Nº de títulos</th></tr><tr><td>Livros</td><td>Superior a 5.000 títulos ou 15 títulos por preso até um máximo de 2.500 presos</td></tr><tr><td>Revistas</td><td>50 títulos ou um título a cada dez presos (o que for maior)</td></tr><tr><td>Jornais</td><td>Locais, estaduais e nacionais cujo número depende das regiões mais representativas dos presos</td></tr><tr><td>Gravações de áudio</td><td>100 títulos, acrescidos de mais 1 título a cada 5 presos</td></tr><tr><td>Gravação de vídeo</td><td>Superior a 20 títulos ou 1 título a cada 30 presos</td></tr><tr><td>Aplicativos de computador</td><td>Coleção representativa de aplicativos: processadores de texto, de uso empresarial, de aprendizado acadêmico e programas gráficos, podendo outros serem adquiridos conforme necessidade dos usuários/instituição.</td></tr></table><ul style="list-style-type: none">• Itens muito requeridos, devem ser disponibilizados em múltiplas cópias;	Tipo	Nº de títulos	Livros	Superior a 5.000 títulos ou 15 títulos por preso até um máximo de 2.500 presos	Revistas	50 títulos ou um título a cada dez presos (o que for maior)	Jornais	Locais, estaduais e nacionais cujo número depende das regiões mais representativas dos presos	Gravações de áudio	100 títulos, acrescidos de mais 1 título a cada 5 presos	Gravação de vídeo	Superior a 20 títulos ou 1 título a cada 30 presos	Aplicativos de computador	Coleção representativa de aplicativos: processadores de texto, de uso empresarial, de aprendizado acadêmico e programas gráficos, podendo outros serem adquiridos conforme necessidade dos usuários/instituição.
Tipo	Quantidade mínima																																				
Livros	2.000 títulos ou 10 títulos por preso (o que for maior)																																				
Revistas	20 títulos ou 1 assinatura por 20 presos (o que for maior)																																				
Jornais	Locais, nacionais e estrangeiros, quantidade conforme representatividade de áreas/países dos presos																																				
Áudio e vídeo, multimídia, softwares	Quantidade suficiente para necessidades básicas e atendimento aos programas.																																				
Tipo	Quantidade mínima																																				
Livros	10 títulos por preso (em língua relevante e nível de leitura apropriado)																																				
Revistas	20 títulos																																				
Jornais	2 títulos diários em inglês; 1 título para cada grupo linguístico de presos																																				
Não impresso	2 títulos por preso																																				
Tipo	Nº de títulos																																				
Livros	Superior a 5.000 títulos ou 15 títulos por preso até um máximo de 2.500 presos																																				
Revistas	50 títulos ou um título a cada dez presos (o que for maior)																																				
Jornais	Locais, estaduais e nacionais cujo número depende das regiões mais representativas dos presos																																				
Gravações de áudio	100 títulos, acrescidos de mais 1 título a cada 5 presos																																				
Gravação de vídeo	Superior a 20 títulos ou 1 título a cada 30 presos																																				
Aplicativos de computador	Coleção representativa de aplicativos: processadores de texto, de uso empresarial, de aprendizado acadêmico e programas gráficos, podendo outros serem adquiridos conforme necessidade dos usuários/instituição.																																				

	<ul style="list-style-type: none">• Em consonância com leis e código existentes sobre o atendimento de usuários com deficiências físicas ou cognitivas em bibliotecas, englobando:<ul style="list-style-type: none">◦ Acesso a materiais e informações em formatos alternativos não impressos. Obs.: a norma sugere para recomendações específicas, a consulta ao documento da IFLA “Access to libraries for persons with disabilities – Checklist”⁸⁶.	<ul style="list-style-type: none">◦ Acesso a materiais e informações em formatos alternativos não impressos. Obs.: a norma sugere para recomendações específicas: Access to libraries for persons with disabilities – Checklist	<ul style="list-style-type: none">•
7.2. Política de desenvolvimento de coleções	<ul style="list-style-type: none">• Determina critérios de seleção de materiais em conformidade com a composição demográfica, buscando equilíbrio quanto à representatividade de ideias/opiniões diversas ao tratar:<ul style="list-style-type: none">◦ Composição cultural/étnica, idade, nível de leitura, formação e língua nativa dos presos;◦ Materiais necessários para prepará-los para o reingresso à sociedade, incluindo informações sobre os recursos da comunidade e grupos de apoio, oportunidades de trabalho e de habitação, educação e opções de formação profissional;◦ Materiais de referência e de outros tipos necessários para apoiar os programas oferecidos pela instituição;◦ Processos para recomendação de títulos e tratamento de pedidos para a remoção de títulos da coleção;◦ Procedimentos para a retirada periódica do acervo de materiais desatualizados e desnecessários;◦ Processo de tratamento de doações;• Critérios sugeridos (não exaustivos):<ul style="list-style-type: none">◦ Adequação de assunto e estilo ao público, interesses e necessidades dos presos, atenção às críticas e revisões.	<ul style="list-style-type: none">• Baseada na composição demográfica da população prisional, deve compreender:<ul style="list-style-type: none">◦ Composição cultural/étnica, idade, nível de leitura, formação e língua nativa dos presos;◦ Materiais necessários para prepará-los para o reingresso à sociedade, incluindo informações sobre os recursos da comunidade e grupos de apoio, oportunidades de trabalho e de habitação, educação e opções de formação profissional;◦ Processos para recomendação de títulos pelos presos e tratamento de pedidos para a remoção de títulos da coleção;◦ Procedimentos para a retirada periódica do acervo de materiais desatualizados e danificados;◦ Processo de tratamento de doações;◦ Processo para empréstimos entre bibliotecas e entrega de documentos para complementar o acervo da biblioteca, em conformidade com os requisitos da biblioteca participante e a norma local da ALIA para compartilhamento de recursos entre bibliotecas;	<ul style="list-style-type: none">• Deve ser formalmente criada para definir os critérios e princípios de seleção e manutenção de materiais, sejam adquiridos por compra ou doação, contemplando:<ul style="list-style-type: none">◦ Composição étnica, idade, níveis de leitura e línguas dos presos◦ Necessidade de materiais úteis na preparação de detentos para o reingresso à sociedade, incluindo informações sobre os recursos da comunidade, oportunidades de trabalho e de habitação, educação e oportunidades de formação profissional;◦ Necessidade de materiais de referência e outros tipos para apoio aos programas oferecidos pela instituição;◦ Processo para a recomendação de aquisições e procedimentos para tratar pedidos de remoção de materiais da coleção;◦ Exigências de segurança da instituição correcional;◦ Procedimentos para a remoção de materiais desatualizados ou desnecessários da coleção;• Deve conter como anexo os documentos: Library Bill of Rights, Resolution on Prisoners Right to Read, Policy on Confidentiality of

⁸⁶ Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/89.pdf>.

		<p>significado artístico, social, cultural, científico, exatidão dos fatos, adequação do formato para o uso, relevância frente ao acervo e cobertura do assunto e custos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recepção de doações desde que compatíveis com a necessidade da biblioteca, ou seja, atendam aos critérios de seleção por aquisição; • Empréstimos entre bibliotecas devem ser tratados como complemento e não alternativa no plano de desenvolvimento da coleção; <p>Proibição de censura de materiais, exceto por item específico que se tenha conhecimento de risco à segurança do presídio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Interação com o desenvolvimento de coleção das bibliotecas nacional, estadual e públicas. Em especial, no desenvolvimento de coleções jurídicas com agências locais, bibliotecas estaduais, universitárias e Associação Bibliotecária Jurídica da Austrália; • Previsão de atualização constante do acervo através de aquisição e, complementarmente de doações. Ambos procedimentos de seleção devem ser realizados por profissionais bibliotecários, seguindo os mesmos critérios: <ul style="list-style-type: none"> ○ Adequação de assunto; interesses e necessidades dos presos; significado artístico, cultural, social e científico; exatidão dos fatos; adequação do formato para uso; relevância frente ao acervo existente e; custos; ○ Em conformidade com a declaração de livre acesso à informação da ALIA de 2007, tem-se que a censura a materiais deve-se restringir àquelas aceitas por bibliotecas públicas ou a restrições ditadas em prol da manutenção da boa ordem e segurança da prisão; 	<p><i>Library Records, Freedom to Read Statement, and Freedom to View;</i></p>
8. SERVIÇOS E PROGRAMAS	8.1. Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e nível baseados no perfil demográfico da população prisional e no plano de longo prazo; • Serviços mínimos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Serviço de informação e referência: atendimento às necessidades de dados e fatos através de materiais do acervo local e, onde factível, de recursos da internet; ○ Serviço de aconselhamento de leitura: recomendações de acordo com interesse e nível apropriado de leitura do preso; ○ Regular orientação e instrução de uso da biblioteca; 	<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e nível baseados no perfil demográfico da população prisional e no plano de longo prazo; • Serviços mínimos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Serviço de informação e referência: atendimento às necessidades de pesquisa e informação através de materiais do acervo local e, onde factível, de recursos da internet. Em especial, o serviço de referência a obras impressas ou digitais de direito deve ser disponibilizado por profissional bibliotecário (local, contratado ou via biblioteca estadual) 	<ul style="list-style-type: none"> • Baseados no perfil da população prisional (atualizado anualmente), os serviços da biblioteca devem compreender: <ul style="list-style-type: none"> ○ Serviços técnicos: gerenciamento de coleções para atender às necessidades dos usuários, organização dos recursos e procedimentos otimizados para melhor circulação de materiais; ○ Serviços aos presos, mesmo aqueles com restrições de acesso, contemplando: serviços ao leitor com materiais adequados ao nível de leitura; orientação e instrução aos presos, acesso a coleções externas por cooperação; auxílio no uso de materiais,

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Empréstimo entre bibliotecas; ○ Fornecimento de materiais especiais para usuários com deficiências; • Comprovada impossibilidade de atendimento das demandas de informação e leitura devido às diversidades cultura e linguisticamente dos presos, cabe participação em sistema nacional ou regional de empréstimo entre bibliotecas; 	<ul style="list-style-type: none"> com experiência em informação jurídica; ○ Serviço de aconselhamento de leitura: recomendações de acordo com interesse e nível apropriado de leitura do preso; ○ Regular orientação e instrução de uso da biblioteca e de computadores; ○ Fornecimento de materiais especiais para usuários com deficiências; • Apesar de não indicado no rol de serviços básicos, tem-se a filosofia de que o acervo da biblioteca deve ser colocado à disposição para empréstimo do preso como se fosse uma biblioteca pública. Assim, na falta do item requerido, realizar-se-ia o processo de empréstimo com biblioteca cooperante. E, ocorrendo perda do material, o ressarcimento seria de responsabilidade do preso solicitante; 	<p>serviço de referência e informação e serviços para necessidades especiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em sistemas de bibliotecas, redes de compartilhamento de recursos, consórcio ou outros relacionamentos cooperativos;
8.2. Programas	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e suporte a diferentes atividades e programas de promoção da leitura, alfabetização e cultura em consonância com os objetivos e anuência do estabelecimento prisional. • Exemplos de programas relevantes e interessantes: <ul style="list-style-type: none"> ○ Leitura de autores, clube do livro e discussões, concursos literários e fatuais com uso de recursos da biblioteca, workshop de escrita, programas musicais, workshop e mostras de arte, tutoria de leitura, concurso de ortografia, celebrações culturais e de feriados, feiras de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e suporte a diferentes atividades e programas de promoção da leitura, alfabetização e cultura em consonância com os objetivos e anuência do estabelecimento prisional. • Exemplos de programas relevantes e interessantes: <ul style="list-style-type: none"> ○ Leitura de autores, clube do livro e discussões, concursos literários e fatuais com uso de recursos da biblioteca, workshop de escrita, programas musicais, workshop e mostras de arte, tutoria de leitura, concurso de ortografia, celebrações culturais e de feriados, feiras de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de programas em diferentes formatos, provendo variadas atividades. Os programas devem estar em conformidade com os objetivos (papéis⁸⁷) almejados pela biblioteca;

⁸⁷ Dentre 8 papéis elencados pela Associação de Bibliotecas Públicas dos Estados Unidos, a ALA indica que 6 podem ser adaptados para bibliotecas de estabelecimentos prisionais: Centro de atividades à comunidade, Centro de informações à comunidade, Centro de suporte formal à educação, Centro de aprendizagem Independente, Biblioteca de materiais populares e Biblioteca de referência (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992).

		Obs.: nem todas essas atividades são compatíveis para todo tipo de estabelecimento prisional;	Obs.: nem todas essas atividades são compatíveis para todo tipo de estabelecimento prisional;	
9. COMUNICAÇÃO E MARKETING	9.1. Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de canal aberto de comunicação com os presos, incluindo recepção de sugestões e pesquisas regulares de satisfação; • Esforços devem ser envidados para se comunicar com presos estrangeiros visto sua restrição natural em participar dos programas prisionais; • Bibliotecários podem superar o “isolamento” da atividade na prisão pela participação em redes profissionais, grupos de discussão na internet, participação em congressos e ministrando aulas para alunos da área; • Comunicação sobre a atuação da biblioteca entre os setores do estabelecimento através do Comitê consultivo da biblioteca; 	<ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se pesquisas regulares de satisfação; • Criação do website da biblioteca para prover comunicação remota com o preso; • Comunicação sobre a atuação da biblioteca entre os setores do estabelecimento através do Comitê consultivo da biblioteca; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao pessoal da biblioteca deve ser possibilitada a participação regular em conferências, programas de educação continuada, oficinas de desenvolvimento pessoal, e as oportunidades de formação que aumentam habilidades e promover um melhor serviço. Os bibliotecários devem poder participar em atividades promovidas pelas associações profissionais de biblioteconomia. • Comunicação sobre a atuação da biblioteca entre os setores do estabelecimento através do Comitê consultivo da biblioteca;
	9.2. Marketing	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da biblioteca e seus serviços, incluindo a possibilidade de elaboração de materiais de divulgação em brochuras e participação da orientação de ingressos na prisão; • Oferta de suporte e serviços a outros departamentos da prisão; • Participação em programas multidisciplinares, comitês consultivos e projetos especiais para maior reconhecimento da biblioteca junto a outras áreas da prisão; • Complementarmente às atividades da biblioteca, a equipe pode realizar ações como confecção de bibliografias de assuntos, lista de aquisições, marcadores de livros, guias e exposições de livros/arte; • Atuação como centro de distribuição central para publicações de serviços sociais e centro de referência de apoio organizações externas. 		<ul style="list-style-type: none"> • Promoção regular dos serviços e programas da biblioteca;

Fonte: Elaboração própria com dados de *American Library Association* (1992), *Australian Library and Information Association* (2015) e Lehmann e Locke (2005).